



CMO 01107

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA



COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

ORÇAMENTO

REUNIÃO 06/12/93 - 15h08min

PRESIDENTE: SENADOR JARBAS PASSARINHO

RELATOR: DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES

DEPOENTE: MANOEL AILTON SOARES DOS REIS



06/12/93



O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está aberta a reunião.
Vamos dar início a mais uma reunião desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Vamos proceder a nossa reunião, tomando o testemunho do Dr. Ailton Reis, que foi convocado por nós para prestar seu testemunho hoje, às 15 horas.

Convido o Dr. Ailton a sentar-se à mesa e ao Vice-Presidente a fazer as perguntas de praxe.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Manoel Ailton Soares dos Reis.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - 48 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado Civil.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Rua Tenente Pires Ferreira, 143, aptº 1702 - Barra - Salvador (BA).

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Engenheiro civil.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce sua atividade.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos tomar o termo de compromisso.

Solicito à bancada da imprensa que se dê ao incômodo de levantar-se.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Juro dizer a verdade e somente a verdade do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dr. Ailton, o senhor tem o tempo de até uma hora para a exposição que quiser fazer, a contar de agora.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Exmº Sr. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Senador Jarbas Passarinho, Exmº Sr. Relator desta Comissão, Deputado Federal Roberto Magalhães, Srs. Deputados, Srs. Senadores, demais presentes, dirijo-me a V. Exªs da seguinte forma:

Exmº Sr. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, antes de mais nada, devo dizer a V. Exª, ao eminente Relator, Deputado Roberto Magalhães, e aos demais membros do Congresso Nacional aqui presentes, que tenho consciência da minha responsabilidade neste momento.

Ao aqui comparecer, o faço representando a mim mesmo e à Organização ODEBRECHT, da qual faço parte, com muito orgulho. De outro lado, reconheço ser do meu dever dar aos fatos recentes, que comoveram o País, a sua devida dimensão; seja esclarecendo o que for necessário, seja fazendo vir abaixo as injustas suspeitas que ora pairam sobre respeitáveis membros do Congresso Nacional.

Por dever de cidadania e justiça, devo iniciar o meu depoimento nesta Casa, afirmando, em alto e bom som, que nada existe que possa comprometer os Srs. Parlamentares, cujos nomes foram apontados como constantes de listas que teriam sido encontradas em minha residência em Brasília.

É importante dizer, desde logo, que, até o presente momento, nada me foi exibido formalmente como arrecadado em meu escritório particular, que se situa em minha residência, conjugadamente à suíte.

Como a minha atividade profissional exige permanentes deslocamentos, sobretudo entre as cidades de Brasília, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro - já que tenho duas residências, uma em Brasília e outra em Salvador, inclusive declinei, no



início, a residência de Salvador, mas são duas residências; eleitoralmente e para efeito de domicílio minha residência é Salvador, já que estou aqui com a família desde fevereiro deste ano - passei a ter dificuldade de organizar papéis de ordem pessoal, relacionados, muitos deles, aos meus compromissos perante a empresa para a qual trabalho. Por isso, resolvi ter, em minha residência em Brasília, para organização e acesso, se necessário, documentos relacionados com o meu trabalho.

Tendo ocorrido uma ação de busca em minha residência, inspirada no falso argumento de que estivesse a destruir documentos, o que é uma inverdade absoluta, iniciou-se exame unilateral de diversos papéis que teriam sido arrecadados, o que ensejou, a despeito da exigüidade de tempo e sem que eu fosse ouvido, uma acusação orquestrada, colocando-se, a mim pessoalmente e, por via oblíqua, a empresa em que trabalho, como se integrasse um grupo sinistro voltado para a espoliação do patrimônio público.

Quero deixar bem claro, e com todas as letras, que jamais efetivei, em meu nome ou da empresa em que trabalho, qualquer pagamento a quem quer que seja, em razão de procedimento que pudesse configurar benefício indevido para mim ou para a Organização ODEBRECHT.

Desejo frisar, ainda, que todos os valores recebidos pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. decorrem, como decorreram, de obras efetivamente realizadas ou em fase de realização.

Cumprê, ainda, assinalar que todos os empreendimentos da ODEBRECHT, envolvendo obras públicas, são levados a efeito através de licitações vencidas regularmente e na forma da lei. Por outro lado, a Organização ODEBRECHT, como sabem muitos nesta Casa, defendeu veementemente a adoção dos critérios de menor preço e do uso do seguro garantia pela nova lei de licitações, como forma de assegurar obras econômicas, sem riscos de não conclusão das mesmas.

Sempre a postura da Organização ODEBRECHT, quanto à lei de licitações, foi propugnar por sua democratização, com adoção de critérios justos e adequados, de sorte a propiciar real competição entre as diversas empresas do setor.

Dito isso, quero deixar patente que não tive acesso ou conhecimento formal ao material que se diz apreendido em minha residência. Com efeito, não presenciei a diligência policial em minha residência, em Brasília, no dia 25 de novembro, porque me encontrava em São Paulo. Por esta razão, evidentemente, não posso assegurar, de pronto e de imediato, tudo o que existia em meu arquivo pessoal, envolvendo, de resto, muitos anos de experiência profissional.

Afirmo, no entanto, categoricamente, ser uma ofensa inadmissível o que vem sendo dito pela imprensa, reproduzindo, basicamente, conclusões apressadas do Senador José Paulo Bisol. Veicula-se, assim, a infamante acusação de que a Organização ODEBRECHT seria uma espécie de sociedade secreta, com o poder de influenciar, em seu nome e de seus concorrentes, postos como se integrasse um imaginário cartel de ações do Governo, ditando-lhes prioridades, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

Apresentando-me a V. Ex^{as}, gostaria de informar que trabalho na Organização ODEBRECHT há 20 anos, tendo atuado principalmente na área de execução de projetos. Sou engenheiro civil formado em 1969, na Bahia, com cursos de pós-graduação em fundações e obras de infra-estrutura, pela Universidade Gama Filho e pelo Centro de Processamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também tenho especialização e pós-graduação em concreto armado e protendido e, como tal, executei obras em vários Estados, podendo citar, dentre outros, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e outros Estados. No Exterior, profissionalmente atuei no Peru e no Equador.



No elenco das obras de cuja execução ocupei-me, peço permissão para registrar as obras do Edifício Sede do BNDES e Torre do Rio Sul, ambas no Rio de Janeiro; a implantação da Mina de Timbopeba para a Vale do Rio Doce, em Minas Gerais; e uma hidrelétrica no Peru.

Na verdade, estive diretamente ligado a obras, no Brasil e no Exterior, durante dezessete anos, tendo, assim, acumulado, nesse longo período, larga experiência técnica e gerencial, podendo perceber como o custo das obras públicas sobe, assustadoramente, diante de paralisações constantes, em virtude da falta de regularidade no fluxo de recursos. O problema se agrava, na realidade brasileira, diante da inflação corrosiva e de juros sabidamente exagerados.

Muitas foram as crises que vi de perto em razão desse problema, muitas vezes desembocando na paralisação de obras essenciais para a comunidade, com o comprometimento de programas sociais de indiscutível valor.

Os compromissos da empresa, diante de inadimplementos dos contratantes, em geral o Poder Público, tinham - como têm - que ser atendidos, sob pena de quebrar, de descrédito, de falência. A rigor, ninguém desconhece a situação catastrófica das contas públicas neste País. Isso vem agravando-se a cada dia. Se não defendermos de forma eficiente os projetos em que trabalhamos, se não estivermos diuturnamente informados sobre o fluxo de recursos para esses projetos, se não atuarmos imediatamente sobre a possibilidade de garantirmos as liberações indispensáveis, viabilizando o pagamento de faturas por serviços realizados, colocaríamos em risco não apenas a possibilidade de trabalho de mais de quarenta mil colaboradores, cujas famílias deles dependem diretamente, mas também as próprias obras que executamos, em favor do progresso nacional, causando, assim, graves e imensos prejuízos para as múltiplas comunidades onde atuamos.

É necessário dizer que a política da CNO, por tudo isto que acabo de dizer, é de não concorrer em empreendimentos para os quais não haja perspectivas de fontes adequadas para o provimento dos indispensáveis fluxos de caixa. Assim sucedeu em muitos casos e cito aqui, como exemplo, as obras nos CIACs.

No que diz respeito às minhas atribuições atuais, como Diretor da Construtora Norberto Odebrecht, em Brasília, devo dizer que dentre as suas finalidades está a de compensar esses efeitos devastadores, que têm origem na profunda desorganização do Estado brasileiro.

Através de um trabalho profissional, sério e dedicado, procuramos:

- verificar a inclusão das obras por nós contratadas no Orçamento da União, quando esta for a fonte;
- verificar a liberação dos recursos de diversas fontes para as nossas obras;
- orientar as obras que devem ser iniciadas, paralisadas ou continuadas em função de projeções dos fluxos de recursos;
- interagir com as equipes dos contratos, visando agilizar os processos burocráticos em órgãos públicos ou junto aos clientes, de forma a não prejudicar o andamento da obras.

É também de minha responsabilidade representar a Construtora Norberto Odebrecht junto a associações e entidades de classe, para definir o posicionamento do setor nos temas de relevantes interesses na indústria da construção civil.

Minha atuação e a da minha equipe perante os órgãos da administração pública, nos termos já explicitados, não é só legítima, como também essencial, para lidar com o permanente estado de inadimplência ou - para usar uma expressão um pouco mais dura - "de calote", com o que se defronta quem trabalha para o setor público neste País.



Essa absoluta certeza da legalidade e legitimidade do que faço me anima, Srs. Parlamentares, além dos deveres que já nomeei, a aqui vir, apesar do clima adverso e persecutório já instaurado pelos excessos e precipitações.

Tem havido de tudo nesse cenário em exageros. Chegou-se ao ponto de se fazer, inclusive, malévola e leviana insinuação de suborno, atribuída a um delegado de Polícia, a quem estou interpelando judicialmente, seja pela apreensão de documentos em minha casa sem a observância do devido procedimento legal, matéria já objeto de requerimento formal junto ao Supremo Tribunal Federal (documento que anexo à presente), sem falar no jogo de informações precipitadas, tudo conduzindo até a possibilidade de supressão ou inclusão de papéis, gerando, afinal de contas, perplexidade e incerteza, a justificar a indagação que explico: se aqui compareço como testemunha ou como suspeito, com todas as prevenções já dirigidas, pelo menos, por alguns que já avançaram em seus juízos de valor.

A propósito, creio que a quebra de sigilo de minha conta-corrente, já ocorrida, de algum modo, com a diligência de busca e apreensão, tornou-se uma necessidade, para espantar e afastar insinuações perversas que têm sido veiculadas.

Entretanto, tenho perfeita consciência de que somente minha palavra poderá conter os ânimos exaltados pela divulgação deturpada desse episódio de invasão à minha casa, a partir da informação incorreta e inexata de suposta destruição de documentos.

Sobre os documentos, eu gostaria de dizer:

De início, reitero, quanto ao material apreendido, que não me foi dado qualquer acesso ao exame dos documentos agora questionados. Alegou-se, na Polícia Federal, que não se achavam devidamente autuados. Assim se falou aos advogados da empresa. No entanto, os jornais estampavam e publicavam o que teria sido apreendido!

De qualquer modo, tomo como referência o que foi divulgado pelos jornais, com base em relatório do Senador José Paulo Bisol.

Assim, a partir de documentos diversos, sem qualquer sistematização, ou através de ligações artificiais, procurou-se dizer que existiria um conluio entre a CNO e as demais empresas concorrentes no mercado brasileiro.

Referiu-se, ainda, a suposta existência de pretensas facilidades na liberação de recursos na Caixa Econômica Federal, bem como houve alusões a nomes de autoridades e parlamentares, listas de brindes, listas de campanha eleitoral, critérios de rateio do lucro da CNO e assim por diante.

Na verdade, fez-se uma confusão generalizada, estabelecendo-se ilações descabidas e despropositadas, com interpretações subjetivas e maldosas, obedecendo-se a critérios apressados e inconseqüentes.

Exemplo do que acabo de dizer - e de que muitos já se deram conta -, vem a ser a divulgação do organograma representativo de uma teia de ações ilícitas, interpretando-o, com inescondível má-fé, como representativo de um esquema de poder paralelo que envolveria o controle de empresas concorrentes.

A distorção é evidente. Confunde-se ato formal de reunião de empresas do setor, que inclusive constituem uma associação de classe, como existem em vários setores da atividade econômica, com algo de proibido, secreto e cartelizado. Na reunião citada no relatório do Senador José Paulo Bisol, o assunto em pauta era o das concessões de obras e serviços públicos, prática comum nos países mais desenvolvidos, pois as concessões aliviam o setor público de pesados investimentos, liberando recursos para as atividades prioritárias do Estado, isto é, Saúde, Educação e Segurança.

Tratou-se, especificamente, da Ponte Rio-Niterói, que se encontra em situação precária de manutenção. O que há de ilegítimo em reunião desta natureza,



destinada a formular proposições concretas, voltadas à implantação do regime de concessões de serviços públicos?

A propósito, vale salientar que a Lei Federal relativa ao assunto não foi, até agora, aprovada pelo Congresso.

Quanto à questão inerente ao suposto cartel consubstanciado no documento datado de 6 de agosto de 1987, da ANEOR - Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias, tenho a esclarecer o seguinte:

- não tive qualquer relação, direta ou indireta, com esta questão, pois me encontrava, à época, respondendo por outra área da empresa;

- considero estranho que o documento publicado pela imprensa indique a data de 6 de agosto de 1987, endereçado à atual sede da CNO em Brasília, cujo prédio, na data em questão, ainda não existia;

- a atuação da CNO no segmento rodoviário é inexpressiva, tendo apenas contratos menores em andamento, todos ganhos em concorrências por menor preço;

Quanto às siglas utilizadas internamente na empresa, tais como LE, DPA, RAI, RM, RV, RG, etc., carta endereçada pelo Presidente da Odebrecht S.A., Emílio Odebrecht, ao Senador Jarbas Passarinho, Presidente desta CPI, esclareceu plenamente o equívoco em que incorreu o Senador José Paulo Bisol. De qualquer forma, junto a estes meus esclarecimentos iniciais, as resoluções internas da Organização ODEBRECHT que encerram esta questão.

A respeito da acusação de que haveria um acréscimo de 36%, como taxa mínima de lucro no curso das obras realizadas pela CNO, era totalmente improcedente.

Na verdade, não sei de onde se extraiu tal conclusão. Não tem nenhuma lógica ou nexos. Os balanços da empresa, **aqui juntados**, provam que a margem de lucro jamais atingiu tais patamares. Em termos especulativos, este número poderia representar o valor dos encargos previdenciários e trabalhistas incidentes sobre a distribuição de lucros pela empresa a seus funcionários, denominados internamente de parceiros ou colaboradores. Ou ainda, o valor correspondente aos dividendos distribuídos pela CNO à **holding** ODEBRECHT S.A., cujo mínimo fixado pela Lei de Sociedades Anônimas é de 25%.

A propósito, vale esclarecer que a Organização ODEBRECHT pratica, há mais de 40 anos, um sistema de remuneração que valoriza a produtividade do trabalho, dividindo os ganhos resultantes, antecipando-se à regulamentação do art. 7, inciso XI, da Constituição Federal, que consagra o direito do trabalhador de participar nos lucros ou resultados das empresas.

Quanto aos nomes de parlamentares citados em listas que teriam sido encontradas em minha casa, devo dizer que nada existe de irregular no relacionamento que tenha tido com qualquer deles, sendo certo que vários, inclusive, não tive oportunidade de conhecê-los.

Jamais paguei a qualquer deles importâncias relacionadas com atuação no Congresso Nacional, em favor ou desfavor de quem quer que seja.

Existe uma confusão absoluta entre os documentos que têm sido divulgados de maneira sensacionalista, tumultuando-se o esclarecimento dos fatos, pois há pessoas que já têm as suas "deduções" preestabelecidas, enquadrando-as da forma que melhor se compatibiliza com seus objetivos marcadamente políticos.

Antes de mais nada, quanto à campanha de 1994, busca-se dizer que existiriam diversos parlamentares vinculados à Construtora Norberto Odebrecht. Na verdade, diante da nova lei eleitoral em vigor, iniciou-se, **internamente**, processo de avaliação de nomes e pretensões políticas diante do pleito eleitoral que se aproxima, gerando, perante a empresa, estudos destinados a colaborações de campanha, nos



termos e limites dos dispositivos legais que cuidam da questão. O objetivo nada tem a ver com interesses escusos ou subalternos.

É claro que a lei não foi feita para ficar no vazio.

A discussão interna da Construtora Norberto Odebrecht obedece critérios bastante preliminares, sem qualquer envolvimento pessoal de qualquer dos nomes elencados, cujo registro se deve ao perfil de probidade, liderança e sintonia com os conceitos sócio-políticos em que crê a Organização ODEBRECHT.

Quanto a indicações de percentuais que estão sendo exibidos pela imprensa, reitero que jamais houve qualquer solicitação, proposta ou exigência de parlamentares para o recebimento de valores. Por outro lado, a CNO, por mim, ou por qualquer outra pessoa, jamais prometeu ou ofereceu dinheiro ou vantagens pessoais, a Deputados ou Senadores, ou autoridades do poder público. Por conseguinte, tudo que se diga sobre propina, favorecimento, corrupção, resulta de ilação e de conjectura.

Existem, de fato, algumas anotações pessoais, do mesmo modo que os jornais vêm divulgando documentos, a pretexto de inferir pagamentos a tal ou qual parlamentar. Nada disso procede.

Eventuais percentuais anotados, aqui ou ali, nada representam além de estimativas do valor real, na data do efetivo pagamento ou recebimento, das verbas nominais aprovadas no Orçamento da União, levando em conta a distância temporal entre a data da lei e a liquidez representada pelo pagamento dos serviços efetivamente prestados. Outras tantas vezes, têm relação com estimativa de remuneração variável dos integrantes das equipes responsáveis pela execução de projetos específicos. Ou ainda, aí sim, uma valoração pessoal e subjetiva para balizar internamente critérios para eventuais e futuras colaborações em campanhas políticas, sem qualquer deliberação da empresa como tal e sem o conhecimento, é importante frisar, sem o conhecimento de seus possíveis destinatários.

Quanto à lista de brindes de fim de ano, é evidente que não passa de uma cortesia usual, sem qualquer conotação de favorecimento a quem quer que seja. Na verdade, existe a prática - que não é recente ou exclusiva da Organização ODEBRECHT -, remetendo-se lembranças singelas, agendas e livros de arte, e concedendo-se especial estímulo à arte regional, através da aquisição de lotes de quadros, esculturas de artistas locais, conferindo-se, assim, o registro do apreço e da consideração da Organização ODEBRECHT a figuras representativas da sociedade. Não há nada diverso do que ocorre no mundo nessa época de conagração. Além disso, busca-se divulgar, dessa forma, a cultura brasileira.

Quanto a disquetes que teriam sido apreendidos, só se identifica no episódio especulação. Jamais me convocaram para eventual decodificação, para se verificar o que neles se contém. Não há o que temer. Tenho a consciência tranqüila e a certeza de que sempre agi com retidão.

Como já disse, o que desejo é restabelecer a verdade dos fatos, seja inocentando cabalmente aqueles que tiveram seus nomes maldosamente divulgados, seja rebatendo as acusações do Senador Bisol contra a Organização ODEBRECHT e a minha pessoa.

Tudo isso sem permitir que utilizem a mim ou aos referidos documentos para incriminar indevidamente inocentes!

Aproveito para novamente desculpar-me com aqueles que tiveram seus nomes envolvidos, por ter sido o causador involuntário de dúvidas sobre a honorabilidade dessas pessoas.

Considero esta CPI o foro apropriado para o debate e a investigação que conduz. V. Ex^{as} representam a Nação. Ponho-me agora à disposição de V. Ex^{as} para quaisquer outros esclarecimentos que julgarem necessários com vistas a colocar uma pá



de cal sobre as dúvidas decorrentes das apressadas conclusões a que chegaram os afoitos examinadores daqueles papéis.

São estas as minhas considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Suplicy...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, como Relator não tenho prioridade?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem. Apenas não cheguei à oração principal do meu período. Senador Suplicy, V. Ex^a pediu para assinar a lista, mas não há necessidade, porque V. Ex^a goza - e gosta também - do privilégio de poder fazê-lo depois. Por isso mesmo o Deputado Vivaldo não quis assinar aqui.

Tem a palavra, com a reclamação atendida, o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senhor Presidente, não foi uma reclamação, foi uma mera lembrança.

Dr. Ailton, vou passar às mãos de V. S^a um conjunto de cópias xerox de anotações a mão, pedindo que V. S^a informe se essas cópias correspondem a originais que estiveram em sua residência de Brasília e foram apreendidas em sua residência de Brasília.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Isso efetivamente corresponde a manuscritos de caráter pessoal e devem ter sido extraídos dos originais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

Em face da afirmação de V. S^a, faço uma pergunta que parece já ter sido respondida em parte, mas creio que pela sua importância devemos nela insistir. Essas anotações constantes nos referidos papéis que foram apreendidos são de responsabilidade de V. S^a ou apenas foram entregues a sua guarda e administração?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Relator, entendi que o senhor me pergunta se são de minha responsabilidade. São escritos de ordem pessoal, única e exclusivamente de meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certo.

V. S^a já afirmou aqui que o senhor e a empresa eximem de qualquer responsabilidade parlamentares e outros políticos que, em função desses papéis, tenham sido - não acusados - mas colocados sob algum tipo de suspeição, isto é, essas notas não têm a co-responsabilidade de nenhum dos políticos, parlamentares ou não, nela citados. É isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sendo assim, pergunto a V. S^a o seguinte: como se explica que nesses manuscritos existam nomes de parlamentares, por extenso ou abreviadamente, tendo ao lado indicações de obras sob responsabilidade da ODEBRETCH e percentuais, que variam de 0,27 a 5%?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Com relação à pergunta do ilustre Relator, Deputado Federal Roberto Magalhães, como coloquei na minha ilustre explanação, afirmo que não há aqui colocações com relação a percentuais que não sejam estimativas de caráter pessoal, visando definir duas questões: primeiro, a minha avaliação em função de situações de provisionamento de campanhas políticas de 1994, que não é de conhecimento de nenhum parlamentar, que não é de conhecimento da organização, ou seja, são conjecturas minhas. Já que pela lei eleitoral passamos a nos arruar, visando no futuro em cumprimento a lei dar o nosso apoio de maneira clara e transparente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, podemos considerar que V. S^a afirma que esses percentuais se referem a futuros apoios políticos.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Unilateralmente estabelecidos.



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Exatamente. Sem conhecimento, a não ser da minha pessoa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Ailton, faria mais uma pergunta: se é assim, por que além de nomes de obras e de percentuais aparecem - vou dar dois exemplos a V. Ex^a - uma fração expressa em bilhões de cruzeiros que redundam no número inferior àquele que é o percentual inicial. Exemplificando, temos aqui, manuscrito de março de abril de 1993... V. S^a já o tem em mãos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está aqui nesta relação?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está. Devo ter colocado os números 1, 2 e 3.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Na segunda página, provavelmente.

Manuscrito de março e abril de 1993, Rio Grande do Norte: Barragem Oiticica - DNOCS. Em seguida, FUNASA, manuscrito de 23 de março de 1993: emenda parcial OP - 3%.

V. S^a já encontrou?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Encontrei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - 15 bilhões sobre 17 bilhões é igual a 2,5%. Logo em seguida, temos uma outra hipótese, que é uma emenda parcial do MEC, com 2%, e uma fração de quatro bilhões sobre nove bilhões, que é igual a 0,4%.

Qual é o nexó entre o percentual ao lado do parlamentar, essa fração e esse novo percentual que surge?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Quero esclarecer ao ilustre Relator que não há relação de percentual com o parlamentar. O que existe é que tenho a liberdade, dentro da organização, de iniciar, mandar parar ou aumentar ritmos de obra. Como tal, tenho a autoridade de alocar centros de resultados/ custos.

No entanto, volto a afirmar categoricamente que nada do que se refere aqui tem a ver com qualquer tipo de pagamento, com qualquer solicitação que possa ter sido feita. Isso aqui foram situações configuradas em avaliações de caráter pessoal ou com o responsável direto, para oportunamente poder propor, regionalmente, situações de caráter político-institucional e de uma maneira aberta e transparente.

Então, não há como querer fazer qualquer correlação com nomes e situações, porque aí sim o nome da obra refere-se ao centro de custo - como chamamos em nossa organização -, ao qual irei alocar futuramente, porque isso aqui é utopia, uma situação teórica. Isso tudo que está aqui é teórico e parcial, e simplesmente vazou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Ailton, estou entendendo. V. S^a já disse que os 3% são uma estimativa de auxílio futuro, hipotético, político; e quanto a essa fração de 15 bilhões sobre 17 bilhões? O que expressam esses valores?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse valor expressa um percentual ao qual, dentro da conjuntura regional, a ele alocar um volume de verba de caráter político, iria debitar a um determinado programa aquele valor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A explicação de V. S^a não se harmoniza com a minha experiência de político; mas, evidentemente, V. S^a tem o direito de fazer declarações, e temos de ouvi-lo sem contestar.

Eu lhe pediria mais uma ajuda importante. Recebi todos esses papéis e um relatório do Senador José Paulo Bisol e verifiquei que todas as iniciais estão decodificadas. Todavia, há algumas que não estão.

Então, pediria o obséquio de que V. S^a me informasse, ainda sobre os documentos um, dois e três, o seguinte: tem Barragem Oiticica - DNOCS, Estado do Rio



Grande do Norte, LN, 2%; G., 0,5%; Estado, 1%; CW, 3%; NR, 0,5% e MN, 3%. Ora, considerando que o Estado não se candidata e que este deve ser o do Rio Grande do Norte, indagaria: esse percentual é também a jura política no Rio Grande do Norte?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Todos esses percentuais se referem a uma previsão de caráter político não solicitada e do não conhecimento de qualquer pessoa e não tem nenhuma outra correlação que não seja como uma previsão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que o fato de um Estado como o Rio Grande do Norte...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - São políticos do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, mas o Estado tem apenas 1%, e temos aí Deputados com 3%, 5%...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É importante ressaltar que esses percentuais não podem ser tomados dessa forma. Vou figurar um exemplo para ver se me faço entender: se ficar consignada determinada verba para o Rio Grande do Norte, sobre aquela verba é que esses percentuais se aplicariam.

Como coloquei, essa situação aqui é de caráter pessoal, não está aprovada pela Organização e seria objeto de uma proposição para futura eleição em 1994.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor teria algum constrangimento em traduzir para nós o que seja LN, G, CW, NR e NN?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sr. Relator, se for fazer aqui analogia com o nome, estarei pecando com os meus princípios. Se citar nomes ou situações de pessoas que não conhecem ou não sabem o porquê do conteúdo aqui. Então, se V. Ex^a permitir, preferiria não declinar nomes, mesmo porque não tenho nada a ver com nomes, nada a ver com situação futura. Hoje as pessoas estão vivas e amanhã podem não estar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero dizer a V. S^a que esses mesmos percentuais se repetem em relação a outra obra, Baixo Açu, no mesmo Estado, com uma sigla a mais: Brasília - BSB.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Reitero a minha colocação...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - ... de que todas as configurações constantes da presente lista são objeto de estudos feitos por mim, visando representar sempre situações teóricas para uma visão futura, que não pode ser interpretada de maneira direta com relação a qualquer solicitação, pagamento ou promessa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço silêncio ao Plenário, por obséquio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Ailton Reis, temos aqui um papel apreendido também com os outros em que está expresso o seguinte:

"Brasília - DF, 02 de setembro de 1993.

Para o Deputado José Geraldo Ribeiro - Fax nº 061 318 2224. Pólo Cloroquímico Sergipe: US\$17.550; Formoso A. Bahia: US\$52.702; Belo Jardim, Ipojuca, Pernambuco: US\$ 5.195; Nassau, Pernambuco; Nassau Pernambuco, duas vezes." Num deles, são projetos, se não me engano, de canais no Recife, não é isso. Projeto Nassau?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Projeto Nassau, em Recife.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - US\$ 17.054 e US\$ 5.465; Porto de Natal: US\$ 211. Total: US\$ 119.502.



Como sou pernambucano, conheço o Projeto Nassau e iniciei a obra de perenização do rio Ipojuca, que, para ser concluída, depende de uma barragem que é exatamente esta, a barragem de contenção de Belo Jardim, e como nunca o Deputado José Geraldo Ribeiro esteve em Pernambuco, que eu saiba, nem jamais me procurou para tratar desse assunto, pergunto a V. S^a qual a explicação para Pernambuco estar três vezes nessa lista ao lado de dólares e um Deputado de Minas Gerais que, pelo que eu saiba, não tem qualquer relacionamento com Pernambuco.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sr. Relator, este documento não foi encaminhado ao Deputado José Geraldo, mas era uma solicitação que ia ser feita para emendas ao Orçamento deste ano e que efetivamente, já em setembro, o problema orçamentário não foi levado à frente e este documento não foi encaminhado ao Deputado José Geraldo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Este fax foi redigido, mas não foi expedido?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não foi expedido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Temos aqui uma documentação interna da ODEBRECHT de 03.09.93 para Brasília (documento 5): " Origem: escritório do Recife. Destino: unidade escritório de Brasília, Dr. Ailton Reis.

"Peço seu empenho junto ao Tio (tio com T maiúsculo) no sentido de complementar os valores prometidos para o terceiro trimestre com a publicação da portaria correspondente, sem o que DENOCS e CENIR não podem pagar.

O que foi dispensado pela portaria do Paulino foi a celebração de convênios do DNOCS com os governos dos Estados, permanecendo a exigência das prestações de contas. Foi também dispensado a contrapartida de 30%. Lembra que foi prometido pelo Tio para o terceiro trimestre do dia 20.08."

Aí vem uma relação de obras: Oiticica, Canoas, Olinda. Qual é a obra que V. S^{as} tem em Olinda? É um hospital?

O SR. AILTON SOARES DOS REIS - Temos um hospital.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - "Olinda-Açu, ligação do Moxotó. Valor prometido pelo Tio: 10.070 milhões; 11.575 milhões; 2.154 milhões e 5 milhões. Liberado para empenho." Aí vem alguns valores e, na última coluna: "falta liberar para empenho: 5.499, 7.199 milhões e 1.428 mil."

Queria saber quem é o "Tio".

O SR. AILTON SOARES DOS REIS - Em resposta ao ilustre Relator, efetivamente é um assunto de 1992. Não consigo me recordar desse suposto Tio". Mas pode ser considerado que sou o "tio-pai" de todo esse pessoal que está lá nos estados. Porque tenho essa missão de evitar que as obras paralisem. Por isso eles recorrem a mim, porque o "tio-pai" deles sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O senhor prefere ficar como "tio" ou como "pai"?

O SR. AILTON SOARES DOS REIS - Perdoe-me, Senador. Considero que a responsabilidade é minha.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Ailton, tenho duas correspondências em que o "Tio" aparece sempre com muito prestígio. Veja essa outra:

"Irrigação do Moxotó:

Peço esforço no sentido de priorizar junto ao Tio que essa prioridade seja passada a PG a fim de que o DNOCS complete a operação."

No primeiro documento que passei às mãos de V. S^a aparece aqui, também, não o "Tio" mas, uma letra "P". Não sei se é de "Pai".

O SR. AILTON SOARES DOS REIS - Esse documento é o mesmo?



O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É o mesmo. Não tem "P" aí. Aqui os documentos estão muito apagados. É um bilhete para o senhor e não está assinado. Está quase ilegível, e diz:

"Estivemos hoje com o Dr. Luiz Marques (LM) que nos informou não ter recebido instruções do Tio ou do "P" para colocar valores diferentes para a CNO do que esse que colocou até hoje. Que foram colocados, certamente. Recebendo os quatro que você entregou... Bom, o importante aqui é o seguinte: "Informo também que no terceiro trimestre a OAS fica com 32 bilhões e a CNO... É uma empresa, a CNO?"

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É a Construtora Norberto Odebrecht.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ah, sim. A OAS fica com 32 bilhões e a CNO, com 24 bilhões; e a EIT com 16 bilhões de cruzeiros. A EIT é uma empresa potiguar, da terra do Senador, não é isso? Se V. S^a não se lembra do tio, não vai se lembrar do "p". Porque o tio é muito mais sugestivo. Esquecendo-se do tio, não vai se lembrar do "p", que é uma letra que não tem maior...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Relator, essa questão que envolve o tio ou o pai, porque me parece que é o que se refere aqui, eu insistiria que, efetivamente, quando surge uma coisa desse tipo, o tio e o pai têm que ser um só. Sou eu que tenho essa responsabilidade. E as questões citando aqui a OAS e a EIT, essas são uma constante de todas as empresas que lutam para ter recursos, e de que os regionais têm ciúmes, desejos, necessidades e ficam preocupados que seus projetos não paralitem e procuram obter informações para ver se estão sendo desmerecidos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho aqui um novo documento, semelhante, e perguntaria: há algum engenheiro, algum funcionário chamado Azambuja no seu escritório?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Azambuja...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tem Azambuja?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deixe-me ver...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vou dizer o que é, e passo às suas mãos. É o seguinte: há uma série de recomendações, para incluir a duplicação da BR-101, de Pernambuco, 6 bilhões; RFFSA, valor 5 bilhões, etc. E aqui é para o Orçamento de 1992. É dirigido ao Azambuja, com a seguinte recomendação: "Peço encaminhar para o nosso amigo do MINFRA os seguintes pleitos". Como não sabemos quem é o tio e muito menos o "p", se pudermos decifrar o amigo do MINFRA, já será uma grande vitória para nós.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O Azambuja é uma pessoa que trabalha conosco aqui em Brasília, em resposta à solicitação de V. Ex^{as}. E essa questão dos pleitos, de ter valores orçamentários, ela vem de todas as partes. Dos nossos escritórios, das nossas regionais, em função de quererem que seus programas sejam prioritários.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O MINFRA é o Ministério da Infra-Estrutura.

Não está assinada por V. S^a?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, eu não tinha conhecimento desse...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não está assinado por ele. Perguntei, mas não está assinado por ele...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não tenho conhecimento do documento. Apenas...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O documento é Azambuja.



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu sei que os pedidos de inclusão de verbas... Efetivamente todo mundo pede, mas nem sempre é possível.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O documento é para o Azambuja, pede que o amigo do MINFRA ajude, mas não tem assinatura. Ou está apagada, quer dizer, devido ao tempo, a xerox mal feito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. S^a se lembra, em 1992, quem era, em Belo Horizonte, o contato para os assuntos do Orçamento da União de 1993? O contato da ODEBRECHT de Belo Horizonte?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A nossa pessoa em Belo Horizonte, que tinha...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É, o contato. Quem quisesse tratar desse assunto de obras, etc.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Olha, o responsável pela área de Belo Horizonte era o DS, William Urquiza(?). Agora, especificamente assim, não sei se ele...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. Aqui o Urquiza assina William Urquiza Veloso, e é para V. S^a. Diz que "anexa a relação dos programas de interesse da DS/MG-AS, dependendo da conveniência, podemos dar entrada nas emendas por aqui. Caso prefira fazer por aí, avise para que preparemos a justificativa."

O nome do contato em Belo Horizonte, para o seu pessoal, sobre assunto OGU/93, é Sávio Duarte.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sávio Duarte. Trabalha no escritório, é administrativo do William Urquiza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certo. A ODEBRECHT tem alguma obra no São Francisco, particularmente em Pernambuco? Petrolina, talvez?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Na área de Petrolina, não. O que temos é a irrigação de Itaparica.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Itaparica é parte em Pernambuco, parte na Bahia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Temos aqui mais uma correspondência para V. S^a, cuja assinatura está aqui, está muito viva, mas não consigo decifrá-la. Trata que, nessa semana, seguiram para o DNOCS 4 bilhões para Canoas; Baixo Açu, 2 bilhões; Canoas, 2 bilhões; Belo Jardim, 1,6. Em relação aos empenhos liberados, havia uma série de importâncias em bilhões, para Oiticica, Baixo Açu, Saco Nova Olinda - onde é Saco Nova Olinda?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Paraíba.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Canoas, de novo. E aí diz: "CODEVASF. Nessa semana seguiram 5 bilhões para a CODEVASF; Formoso A. Como só tinha de empenho 1,5 bilhões, foi pago nesta data, o restante o Dr. Lócio está providenciando ainda hoje o empenho para atualizar Formoso A." O Dr. Lócio é o diretor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Aí vem uma afirmação: "Estava havendo, nos trabalhos da CODEVASF, uma operação tartaruga. O Dr. Lócio agiu e conseguiu o retorno normal do trabalho. Ele irá lhe procurar para falar sobre o assunto."

Essa greve tartaruga era contra a CODEVASF ou contra a ODEBRECHT?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não me recordo muito desse documento, mas pelo que estou depreendendo do que está escrito, deveria ser alguma operação tartaruga dentro do órgão, ou seja:...



O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tenho dúvida. É porque o assunto tendo extravasado de um órgão público federal para a empresa, fico na dúvida se foi um movimento contra a própria empresa, se foi uma sabotagem a um projeto da empresa...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, eu diria que não, ilustre Relator. Tenho a impressão que deve ter havido algum tipo de greve no órgão. A CODEVASF é um órgão centralizado, aqui, em Brasília, e toda regional depende daqui. Então, provavelmente a burocracia local não estava funcionando, e essa operação tartaruga aí devia ser alguma greve, alguma coisa desse tipo. Mas nada contra a Organização, até porque esse projeto é em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, e está perto de sua conclusão, falta cerca de 10%, já está em assentamento, não tem...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Ailton, não sei se V. S^a sabe, mas o Relator tem a prerrogativa de inquirir primeiro e, se quiser, inquirir por último. Vou me reservar para, por último, voltar a perguntar a V. S^a, lembrando que tudo o que perguntei ficou assim, parece-me, sem muito convencimento, a questão de que aqueles números não têm nenhuma vinculação com os Deputados. Não que eu ache que eles recebam propinas, mas acho que o número tem a ver com um código qualquer, classificação qualquer, porque está junto do nome de cada um.

Outra coisa são aquelas iniciais que constam, em relação à obra do DNOCS, no Estado do Rio Grande do Norte, e que V. S^a não quis revelar. É um direito seu, mas sei que, claro, não falta nesta CPI, na sua assessoria, condições de rapidamente se chegar a uma conclusão e, afinal de contas, coisas de menor monta começam do tio, afinal apareceram tantas pessoas aí, outras poderiam ter.

Quero apenas, encerrando esta primeira fase, dizer a V. S^a que nós não estamos aqui para condenar ninguém; nós estamos aqui para tentar uma profunda reforma no Estado brasileiro. E eu, que não sou ingênuo, tenho a impressão, pela minha experiência de administrador e de governante que fui, de que, no dia em que as concorrências públicas forem as mais límpidas, as mais sérias, todos ganharão, inclusive os empreiteiros.

Digo isso a V. S^a porque, quando Governador, ninguém ganhou concorrência - pelo menos eu tenho essa convicção - que não fosse lícita. E muitas empresas grandes, inclusive a de V. S^a, perderam muitas concorrências. Jamais recebi qualquer reclamação desses empresários. E jamais andaram falando mal de mim porque no meu Estado se agia com mão de ferro. De modo que a cooperação que V. S^a puder dar para que não só esta CPI, mas o Congresso e, de um modo geral, o Estado brasileiro possam reformular profundamente as estruturas do Estado e recolocar as relações entre o Estado, os empresários e os segmentos da sociedade em seu lugar, ajudará a, efetivamente, criar um novo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, V. Ex^a deve até estar estranhando que eu vá fazer perguntas na sessão de hoje. Vou usar o microfone do próprio depoente, para facilitar as perguntas e respostas, até para que ele possa ir olhando os documentos junto comigo, porque enquanto ele depunha e respondia ao nobre Relator, eu olhava os documentos e chegava à conclusão de que ele precisa nos dar algumas explicações.

Dr. Ailton, V. S^a nos disse que "tio" é uma forma carinhosa de ser tratado por pessoas, inclusive vinculadas à imprensa. Este documento é uma correspondência do Sr. Murilo Martins, do escritório de Recife, para o Dr. Ailton Reis, do escritório de Brasília. No meu entendimento, se "tio" fosse o Dr. Ailton Reis, no cabeçalho ele escreveria "tio" e um ponto, ou dois pontos, ou uma vírgula, e depois diria: "Peço o seu



empenho junto a Fulano de Tal no sentido de complementar os valores prometidos para o terceiro trimestre". Aqui, não. Aqui, Murilo Martins se dirige ao Dr. Ailton Reis, e consta o seguinte: "Peço seu empenho junto ao tio". O Dr. Murilo não chama de "tio" a pessoa a quem ele dirige a correspondência. A pessoa é V. S^a, e o Dr. Murilo diz: "Peço seu empenho junto ao tio no sentido de complementar os valores prometidos para o terceiro trimestre", etc.

E esta outra correspondência é dirigida ao Dr. Ailton Reis, assinada também pelo Dr. Murilo Martins. E consta aqui... Está um pouco ilegível, mas estivemos com o Dr. Luís Marques, que nos informou não ter recebido instruções do "tio". Uma correspondência dirigida pelo Sr. Murilo Martins, da empresa, para V. S^a, da empresa - dirigida ao Dr. Ailton Reis -, não o chamando de "tio" e dizendo que o Dr. Luís Marques não recebera instruções do "tio" para a liberação de recursos. Se o "tio" é V. S^a, como se dirigem a V. S^a dizendo que o "tio" não liberou recursos.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein, quando eu me expressei na figura do "tio" ou "pai", foi figurativo. Eu avisei que, na realidade, a correspondência é do diretor regional para a minha pessoa. Como eu - são correspondências antigas - não me recordei do que ele se referia aí de "tio", uma coisa que estou lendo agora, um documento antigo, então eu me responsabilizei, mas não me colocando como eu sendo... Talvez eu tenha me expressado de uma forma errada. Efetivamente, o que eu quis dizer é que não me recordo de quem seja a figura do "tio" ou do "pai", mas me considero como responsável por atender o pleito e ter a responsabilidade em função da provocação feita pelo diretor regional.

Não sei se complementa o esclarecimento.

O SR. ODACIR KLEIN - Na verdade, V. S^a não respondeu quem é o "tio", e ficou muito claro que o tio não é quem V. S^a disse quando respondeu às primeiras perguntas. Mas enquanto V. S^a respondia, eu olhava também os documentos que estavam em suas mãos, e V. S^a dizia que os percentuais constantes ao lado das iniciais LM, G, Estado e depois BSB e outras iniciais eram percentuais para possíveis contribuições futuras, vindo essas pessoas a ser candidatos. Mas tudo isso está num contexto. O contexto é o quê? Estado do Rio Grande do Norte, Barragem de Oiticica, emenda parcial DNOCS; e ao lado do DNOCS vem LM, G, Estado, BSB, vem BSB mais iniciais de três pessoas. Depois, vem irrigação Baixo Açu, de novo DNOCS, emenda parcial, DNOCS, as iniciais de novo, repetidas para as mesmas pessoas, para Estado e para BSB. Depois vem CENIR, também repetição de iniciais de pessoas.

Pergunto a V. S^a: o que tem a ver com ajuda eleitoral futura uma emenda parcial destinada ao DNOCS, outra emenda parcial destinada ao DNOCS, uma para a Barragem de Oiticica e outra para a irrigação de Baixo Açu, e o que tem a ver DNOCS, CENIR, e essas entidades com campanhas eleitorais futuras e iniciais de pessoas cujos nomes V. S^a diz que não quer revelar?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Odacir Klein, como afirmei desde o início na minha explanação, as situações configuradas aqui são de caráter restrito, interno à minha pessoa, de não conhecimento da empresa, nunca implicou qualquer solicitação, promessa ou pagamento a quem quer que seja. A situação configurada aqui são aprovisionamentos regionais. Daí porque a colocação, quer dizer, é um aprovisionamento visando à futura campanha, em que vou debitar os custos futuros aos programas do Rio Grande do Norte: Barragem de Oiticica e Barragem de Baixo Açu.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra. Por favor, use os dez minutos de que dispõe.



O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Ailton Reis, há quanto tempo V. S^a trabalha como diretor no Grupo ODEBRECHT?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Digníssimo Senador, Dr. Eduardo Supply, estou no Grupo ODEBRECHT há 20 anos.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. S^a falou, em seu depoimento inicial, que ocorreram reuniões entre os diretores das empreiteiras apenas para tratar de assuntos do interesse da Associação Nacional dos Construtores. Como eram convocadas tais reuniões e onde elas aconteciam?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Ex^a pergunta de maneira generalizada ou algum caso específico?

O SR. EDUARDO SUPPLY - As diversas reuniões correntes, corriqueiras, da Associação Nacional dos Construtores, ou das entidades mencionadas por V. S^a no depoimento inicial.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As associações não têm uma sistematização de reunião. Ela envolve sindicatos do Brasil inteiro. As vezes são promovidas pela Câmara Brasileira de Construção, quando o assunto lhe compete, e aí vêm os sindicatos regionais de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul. As vezes, essas reuniões são aqui em Brasília e podem ser no Rio de Janeiro.

O SR. EDUARDO SUPPLY - São convocadas por edital?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As reuniões de associações e sindicatos não são convocadas por edital, a não ser quando ela é especificamente para mudança de diretoria, como os estatutos dessas associações prevêem. Isso é regulamentado através dos estatutos sociais de cada entidade.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Onde estão registradas as atas das reuniões de tais associações?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador, não tenho condições de afirmar para V. Ex^a uma coisa em que não tenho participação efetiva. Posso citar a V. Ex^a que sou do Sindicato da Construção Civil com base no Rio de Janeiro. Sou Vice-Presidente do Sindicato Nacional da Indústria e da Construção. Eleito, é um Sindicato que congrega duzentas e poucas empresas a nível nacional, entre grandes e pequenas, e nós e nos reunimos a cada 15 dias - as atas encontram-se à disposição, porque estão registradas lá no sindicato do qual participo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E aqui, em Brasília, de quais reuniões o senhor participava?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Participei de uma reunião que está aí, para discutir o assunto da ponte Rio-Niterói, por uma convocação da Câmara Brasileira de Construção, juntamente com os sindicatos de São Paulo e Belo Horizonte, quando se discutiram alguns assuntos de interesse da classe.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, gostaria de registrar um requerimento que vou fazer sobre as atas de reuniões das diversas entidades mencionadas; mas ao final da reunião.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Nobre Senador, se V. Ex^a me permite...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sim.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Ex^a está falando das reuniões citadas em meu depoimento?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Das diversas entidades, as empresas construtoras... vou pedir ao senhor, ao final - porque tenho que ser sucinto -, que encaminhe à Mesa, por favor, todas as entidades como: Associação Nacional dos Construtores, Sindicato dos Construtores da Construção Civil, das quais o senhor e a



Norberto Odebrecht participaram, para que possa a CPI encaminhar às mesmas o pedido das atas das respectivas reuniões.

O senhor mencionou como teórico e pessoal, relativamente às eleições de 1994, as contribuições que hipoteticamente seriam feitas aos que contribuíssem para os propósitos da ODEBRECHT. Mas isso...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me, Senador, não para quem contribuísse, mas para quem tivesse alinhamento político com as teses que defendemos, de desburocratização, de redução da participação do Estado brasileiro, de privatização e de modernidade. Só para efeito de esclarecimento.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Bem, o senhor mencionou ao Sr. Relator que as proporções indicadas, nos diversos exemplos, referiam-se a obras, por exemplo, da FUNASA, do Hospital Universitário de Teresina, da Aduora Pedro II e, assim, por diante. O senhor mencionou que eram porcentagens referentes a contribuições que V. S^a atribuiria àqueles que contribuíram... e aí não é propriamente...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Acho que V. Ex^a está interpretando errado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Estou interpretando o que V. S^a mencionou ao Relator, quando ele perguntou especificamente sobre aquelas comissões.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Então, eu gostaria de repetir para ficar um pouco mais claro.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Mas eu queria completar a pergunta. Isto é algo novo, ocorrido nos anos de 1992, 1993, 1994, referente à 1994 ou houve prática semelhante no passado? Porque o senhor há de convir que os políticos que conhecem essa prática, ou seja, de que a Construtora Norberto Odebrecht, por avaliação de V. S^a, seu Diretor, permite que possa se dar 2,37%, 0,65%, 0,98% ou até 4 ou 5% para determinado político que vai ajudar na indicação de uma obra ou na elaboração de emenda - talvez seja algo para 1994 - mas, se é uma prática recorrente de anos anteriores, isso significa que pelo menos alguns dos políticos já sabem da prática da ODEBRECHT. Já sabem que se reiterarem aquela prática ou aquele comportamento serão beneficiários para as eleições de 1994.

Queria saber desde quando existe esta prática por parte da ODEBRECHT, já que V. S^a é diretor da mesma há 20 anos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Senador Eduardo Suplicy, reitero que a interpretação do que coloquei não corresponde ao que, efetivamente, poderei explanar depois.

Quanto à pergunta propriamente dita, quero dizer que - como afirmei nas minhas colocações preliminares -, durante os 17 anos, trabalhei diretamente vinculado a canteiros na execução de obras no Brasil e no Exterior. Então, não tenho condições de conhecer a respeito de que forma essa questão política foi tratada no passado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - V. S^a era responsável pelas avaliações de ajuda financeira para campanhas anteriores?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, porque, inclusive, não era o meu papel; eu trabalhava em obra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Então, a ODEBRECHT nunca ajudou políticos nas campanhas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Senador Eduardo Suplicy, essa questão foi explanada para a imprensa pelo nosso Presidente em algumas oportunidades. Seria um contra-senso, demagogia e faltar com a verdade - já que jurei falar a verdade - dizer que não contribuimos; devemos ter contribuído de várias formas. Correto?



O SR. EDUARDO SUPLYCY - As sugestões de V. S^a, os seus trabalhos e avaliações pessoais, muitos dos quais estão aqui delineados, têm sido considerados pela construtora Norberto Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Reitero que são exercícios especulativos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Mas têm sido adotados pela Norberto Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sou político, mas, pelo conhecimento que tenho, só iremos tratar de política quando os Partidos e os seus diretórios definirem quem são, realmente, os candidatos, até porque hoje existem quatro ou cinco candidatos com a mesma função, e a Lei Eleitoral não o permite. Faremos tudo dentro da lei; cumpriremos, religiosamente, o que a lei determinar.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Impressionou-nos muito, dentre os documentos apreendidos em sua residência, a quantidade de ofícios aos Governadores, aos Prefeitos e aos Ministros do Governo. O interessante é que consta, na maioria dos ofícios, a assinatura de recebimento. Sr. Ailton Reis, como é que a empresa obtinha esses ofícios? Esses ofícios eram obtidos através dos funcionários dos Ministérios ou diretamente do emissor? Havia solicitação formal da empresa para obter esses documentos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador Eduardo Suplicy, como disse nas minhas colocações preliminares, nos meus 25 anos de engenheiro, nunca sofri uma tamanha violência como a que ocorreu comigo e com a minha família, a qual está na Bahia traumatizada. O que fizeram comigo é um desacato ao ser humano e ficará marcado pela minha vida inteira.

Nunca tive um mínimo de contato nem com pessoas, nem com empresas, nem com Poderes Públicos, nem com a Polícia. Sou um trabalhador que dedica a sua vida; tenho o orgulho de dizer que fiz obras no Brasil inteiro. Tenho um currículo, com o qual posso participar de todas as concorrências em qualquer lugar deste País. Quem me conhece sabe da minha probidade.

Efetivamente, essa situação me deixou bastante abalado, até porque algumas coisas de caráter pessoal foram levadas. Eu estava em São Paulo quando me telefonaram e me perguntaram: "Como está a ação de busca e apreensão em sua casa?" Eu respondi: "Estou em uma reunião empresarial aqui em São Paulo. Estão com uma ação de busca e apreensão em minha casa?" Pedi licença a quem me comunicou e liguei para a minha casa; ao fazê-lo, pedi para a minha esposa que estava chegando - foi minha filha quem atendeu às pessoas que foram fazer a busca e a apreensão - que ela fizesse uma listagem de tudo e que não deixasse que saísse nada sem uma lista. A invasão do meu domicílio foi feita de uma maneira lamentável.

Fui político estudantil. Quando eu tinha 15 anos, fiz moção de louvor a Ernesto Che Guevara: tomei posições políticas, porque penso que é importante que o jovem participe da política, para que ele tenha uma consciência do País. Participei do Diretório da Escola de Engenharia na época da Revolução, isto é, logo após a Revolução, e o trauma que presenciei quando da invasão do Sindicato da PETROBRÁS na Bahia foi muito parecido...

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo, porque essa história pode ser humanamente comovente, mas não responde à pergunta que fiz, depois perco minha oportunidade.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador, desculpe-me mas o que eu queria dizer a V. Ex^a era o seguinte: ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Talvez me comovesse por proximidade de pensamento, mas, aqui, no caso...



O SR. EDUARDO SUPLICY - Estou ficando cada vez mais preocupado, porque não consigo obter a resposta, Sr. Presidente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É que eu não conheço todos os documentos, Senador. Essa é a questão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu gostaria de saber apenas como é que V. S^a obtinha aqueles ofícios. V. S^a recebeu uma porção de ofícios que estavam na sua casa; era feita uma solicitação formal da empresa? Quem lhe entregava esses ofícios?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tinha pensado que fosse algum ofício específico que V. Ex^a estava querendo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, V. S^a tem todos os ofícios dos Ministérios. Quem lhe dava isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O nosso contrato, a nossa relação contratual com os clientes, os donos das obras, Senador, com o Estado, com o Município, eles, os clientes nossos - os que têm o contrato com a empresa - nos fornecem. Não sei se há algum mal a empresa que tem um contrato, ter uma carta da pessoa que está com o contrato. Ou seja, a relação contratante e contratado é normal.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Há 44 obras citadas nesse ofício; eram todas obras que estavam sendo executadas pela empresa? Essa resposta é importante, porque o Presidente Jarbas Passarinho encaminhou ofício às empresas envolvidas na investigação, para que informassem as obras que estão sendo realizadas com recursos do Orçamento da União. Mas como tem sido difícil obter as respostas é que lhe pergunto: todas as 44 obras, eu poderia...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de ver o documento, se o Senador me permitir.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Vou citar 10 das 44 para V. S^a saber. São: Pirapama; Projeto Habitação, em Passarinho, em Pernambuco; Urbanização, em Penedo; Infra-estrutura Urbana, em Arapiraca; Esgoto, em João Pessoa; Esgoto, em Campina Grande; Adutora de Pedro II; Drenagem, em Natal; Esgoto, em Natal; Água, em Valente; Abastecimento de água, em Valente; Adutora, em Candeal.

Citei algumas das 44, para não citar todas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito, são todas nossas, Senador. Agora, tenho a impressão que a solicitação feita aqui na Comissão, no caso específico da Construtora Norberto Odebrecht já foi feita e encaminhada. Se V. Ex^a está se referindo à relação que foi solicitada. É isso?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim. Última pergunta. Eu gostaria de - embora não querendo ser filho ou sobrinho - perguntar, quem é que escolhe ser sobrinho ou filho? V. S^a é quem escolhe quais as pessoas que vai adotar como sobrinho ou filho, ou algum Parlamentar chegou e disse: eu gostaria que o senhor fosse meu tio ou meu pai.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador, a pergunta...

O SR. EDUARDO SUPLICY - É que V. S^a foi quem definiu que é tio ou pai.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Retiro minha colocação, porque não foi feita nesse sentido, certo?

Coloco apenas que a responsabilidade de atender..., eu trabalho, nós trabalhamos descentralizados, e sou responsável por estender o apoio aos diretores regionais. Então, essa responsabilidade de apoiar ou mandar parar a obra ou reiniciar, é minha.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu gostaria de registrar que fiz a pergunta com a mesma seriedade com que V. S^a respondeu à CPI.



O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Ex^a por não prosseguirmos no campo da adoção.

Vamos adiante.

Se V. Ex^a pudesse evitar o direito de adoção seria bom.

Com a palavra Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sim, Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Ailton Reis, além das questões que nosso Presidente acaba de sublinhar, de tios e pais, V. S^a fez uma afirmação realmente de tamanha importância para os trabalhos desta CPI, que não foi à toa que tanto o Relator, quanto o Vice-Presidente e o Senador Eduardo Suplicy, reiteraram a mesma indagação e o mesmo questionamento, também uma perplexidade a V. S^a a qual não posso fugir.

V. S^a justifica que os nomes colocados, as iniciais, ao lado de emendas relativas a obras, os percentuais ali colocados são, segundo informação de V. S^a, análise unilateral de V. S^a, cálculo unilateral de V. S^a, para contribuição à futura campanha. V. S^a traz, com essa afirmação, para nós da CPI, um quadro de perplexidade, porque a atividade de fazer uma emenda é, por princípio, uma atividade em que o Parlamentar tem de atender a uma exigência pública, a um interesse público determinado. V. S^a, certamente, como qualquer cidadão, reconhece isso como dever parlamentar. Mas, V. S^a reconheceu uma virtude especial em apresentar emendas ou ser relator especial ou ser um relator-geral: é que V. S^a, além de a pessoa do Parlamentar atender o interesse público, V. S^a sentiu, na sua avaliação - que é unilateral, segundo V. S^a afirma -, que a pessoa merece uma contribuição de campanha. E, pelo cálculo unilateral de V. S^a, certamente, essa pessoa, esse Parlamentar, alguns deles merecem vultosas contribuições para suas campanhas.

Eu até fico aqui a imaginar como é que V. S^a acha que o Ministério ou o Estado, que vai receber essa contribuição, possa fazer campanha. É mais: V. S^a, na lista que o relatório do Senador Bisol e do Deputado Aloizio Mercadante nos propiciou, colocou quase todos os relatores parciais das emendas que interessavam à organização para qual V. S^a trabalha, bem como o Relator-Geral, como merecedores também de uma contribuição para campanha, a tal ponto que, se o Relator-Geral viesse a receber todos os percentuais para cuja campanha V. S^a indicou querer contribuir, ele faria a mais estrondosa campanha da história da República.

Realmente é essa a explicação que V. S^a nos traz aqui ou há algo realmente que esses números expressam diferente do que V. S^a está nos dizendo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Deputado Federal Vivaldo Barbosa, parece-me que a minha explanação não foi bem entendida. Então, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de colocar duas questões que considero relevantes: a primeira é dizer que a ODEBRECHT não faz emendas; nós não temos esse direito nem essa delegação...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Nem eu afirmei isso.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito; mas é importante que eu ressalve isso porque ficou um pouco parecido. Então, quem solicita as emendas nossas são os governos...

O SR. VIVALDO BARBOSA - "Emendas nossas" V. S^a acabou de dizer?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não; dos nossos programas, está certo? Os nossos programas, as obras nas quais estamos trabalhando. Vou configurar um exemplo aqui bem claro sobre essa questão de emendas. Como explicou o ilustre Relator, acho que daria para contribuir um pouco com essa questão. E, logo em seguida, se V. Ex^a me permite, volto à questão...



O SR. VIVALDO BARBOSA - Estou preocupado com o tempo. Eu gostaria que encarássemos a questão de frente para podermos avançar no tempo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A definição de emendas não tem nada que ver com pagamentos. Jamais vamos pensar em uma situação dessa porque seria uma deformação; não existe isso; não existe de maneira... Reitero que não temos compromissos. Não prometi, não pago nada com relação a emendas, porque seria uma utopia, um contra-senso, seria desvirtuar todo um processo e nossa organização não se presta a isso. Gostaria que isso ficasse bem configurado nas minhas declarações, porque ela pode ser objeto de alguma interpretação diferente. Nós não assumimos nenhum tipo de compromisso nem propusemos, nem criamos ilusão com relação a esse tipo de assunto.

O que está configurado nesse documento são situações de caráter pessoal, porque vou alocar... previsão, futurologia. Esse percentual não tem nada que ver com o valor da emenda. Se eu determinar que...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Tem que ver com o quê, Sr. Ailton? Se não tem que ver com a emenda, está ao lado da emenda, ao lado do valor da emenda, tem que ver com o quê, então?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É que vou, no futuro, debitar ao programa e vou aprovisionar...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Esta é que é a razão, realmente, por que eu gostaria que V. S^a nos revelasse o seu pensamento sobre isto. Por que um deputado ou um senador, ao apresentar uma emenda, merece essa contribuição da ODEBRECHT?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não é essa a conotação que eu quis colocar. Quero voltar a dizer que a ODEBRECHT não faz nenhuma promessa, não assume nenhum compromisso...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não questiono isto. Apenas por que a pessoa que apresentou a emenda merece a contribuição na sua campanha futura, segundo esse cálculo que V. S^a vai debitar à obra?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, essas simbologias existentes aí são de minha responsabilidade. Fui eu quem fiz. Como disse ao senhor, esses percentuais aí tem a ver com o volume de recursos que será destinado a um determinado Estado e, a partir dali, haverá desmembramento de percentual em relação àquele volume determinado para um processo de campanha, porque temos limitações.

Estamos aprovisionando 12 milhões de dólares para colaborar com a campanha, dentro de um processo previsto na lei eleitoral.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Como explicar que a cada emenda V. S^a alocou um percentual em relação ao Relator-Geral? Ele receberia de cada emenda uma percentagem na sua campanha?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, por que está este percentual relacionado à Relatoria Geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está relacionado com a obra. Ele está relacionado com a obra, com o projeto e não com a Relatoria.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas V. S^a...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A Relatoria...

O SR. VIVALDO BARBOSA - ...caprichou em destacar a Relatoria. Além da obra em si, caprichou em especificar a Relatoria.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu quis determinar... Isso é uma simbologia em função das possibilidades de fontes de recursos que um



determinado programa possa ter. Não tem correlação direta com o nome das pessoas e, sim, um aprovisionamento de recursos de campanha.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Segundo o que está aqui - diversos exemplos que podemos pegar, inclusive aqueles que o Relator-Geral pegou -, além do Relator-Geral, V. S^a também colocou a emenda parcial com percentagem; pela liquidez, outra percentagem; no Estado, outra percentagem. Já que V. S^a tinha apenas a intenção de debitar aquela obra, por que esta riqueza de detalhes?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Porque eu vou fazer uma avaliação da estrutura do contrato em função do volume de ingressos que ele propiciar, seja através de fontes do Estado, seja através de recursos do Tesouro.

Deputado, é importante que eu dê um dado ao senhor: a participação da ODEBRECHT no Orçamento da União é de apenas 10% do seu faturamento no Brasil. Então, a nossa organização e a minha pessoa estão, neste momento, sujeitas a um nível de desgaste em que o custo/benefício disto realmente não compensa, porque estamos sendo objeto de um questionamento muito maior, muito mais profundo, para uma participação pequena no processo orçamentário. A questão orçamentária...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Desculpe-me, Sr. Ailton, acho que não há questionamento da participação da ODEBRECHT no processo orçamentário. O questionamento é por que em cada obra que a ODEBRECHT consegue contratar, ela aloca um percentual vinculado às pessoas que fizeram a emenda naquela obra. Este é o questionamento.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Deputado, não há vínculo da pessoa que emendou a obra, não há vínculo com a pessoa que emendou a obra. Não há...

O SR. VIVALDO BARBOSA - As iniciais das pessoas que fizeram a emenda nas obras não tem nada a ver então?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Isso aí é uma simbologia de caráter pessoal de que assumo a responsabilidade. Seria um crime eu dizer que isto está vinculado a uma determinada pessoa que eu nem conheço, nunca estive com a pessoa. Não posso afirmar ao senhor uma coisa que não existe.

O SR. PRESIDENTE - (Fazendo soar a campainha)

O SR. VIVALDO BARBOSA - Estou encerrando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou encerrando é vago. Eu queria saber quando vai encerrar.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Ex^a vai concluir que estou encerrando. Esta foi realmente uma das questões. A outra questão fundamental que traz inclusive V. S^a aqui é a de que, pelo relatório, teria sido constituída uma sociedade secreta ou, segundo os criminalistas, e temos tantos ilustres ao nosso lado, seria uma **societas sceleris** para a prática de violações, as boas práticas parlamentares e orçamentárias.

Há um documento em que V. S^a relata, parece que é uma ata que V. S^a fez da reunião do dia 06.10.92 em que há a participação de diversas empreiteiras nesta reunião. Esta reunião foi destinada a quê? Qual o objetivo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de conhecer a ata a que o senhor se refere.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Algum funcionário poderia levar... Acho que há um funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Daqui a pouco, V. Ex^a estará conivente com o depoente, pelo menos, na troca de papéis, na cortesia.

Está faltando realmente alguém. O Dr. Panicea não prestou atenção, mas estava ocupado por um correligionário de V. Ex^a. (Pausa.)

Deputado Vivaldo, já vamos também para...



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, não me recorde desse documento e poderia, depois, encaminhar uma posição para o senhor.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Porque realmente esse documento é muito central ao relatório e é o único documento onde aparecem as indicações de diversas empreiteiras de uma reunião para definir o objetivo comum.

Nesse objetivo comum é que estamos realmente interessados e são diversas empreiteiras, com seus respectivos representantes, numa reunião em que o documento...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está muito apagado. Ele é do dia 6.10.92 e o que pude depreender é que se trata de uma reunião para tratar do assunto de concessões. Esse assunto de concessões, no caso, que não é o assunto da Ponte Rio-Niterói porque quando me referi ao assunto com o Senador Eduardo Suplicy, falava da Ponte Rio-Niterói e acredito que o Senador entendeu, essa reunião é sobre concessões...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Concessões de quê? Estradas? Pontes?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho a impressão de que se trata de estradas.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Privatização de estradas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Exatamente.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, essas empreiteiras se reuniram, segundo V. S^a, está informando, não para licitação, mas para participar do processo de privatizações.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Na realidade, o processo de privatização no Brasil é algo muito novo e quase todas as empresas têm o interesse de conhecer a tecnologia que é muito recente e se troca, se intercambiam informações, já que todos querem ter oportunidade de participar do processo de concessões. Veja-se o número de participante que teve na Ponte Rio-Niterói e nos programas da Rodovia Rio-São Paulo, mas foi especificamente sobre assuntos rodoviários.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Teria muito mais questões para talvez o depoente não responder, mas realmente não posso fazê-las mais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa é a angústia de todos, Deputado. Todos gostariam de ter muito mais tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. Ailton Reis, sem desejar ser repetitivo, observa-se nos documentos que há uma graduação de percentagens relativas a emendas parciais, por exemplo, X por cento, Relator-Geral, Y por cento, liquidez, Z por cento e assim por diante.

V. S^a poderia explicar, sem desejar ser repetitivo, com clareza, o que significa isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O ilustre Deputado Fernando Freire se refere a aquilo que está sendo tratado pelo...

O SR. FERNANDO FREIRE - Precisamente.

Refiro-me àquilo que consta naquela documentação que V. S^a tem em seu poder.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A relação de percentual existente não tem nada a ver com o compromisso, solicitação, promessa ou pagamento a quem quer que seja, porque sabemos todos, os senhores mais do que eu, que o Orçamento é uma questão autorizativa, é uma questão teórica.



Não existe esse tipo de compromisso. Nenhuma empresa séria trabalha com compromissos de emenda. Essa questão de responsabilizar o projeto com relação a uma previsão futura de valores que serão destinados ao processo de campanha eleitoral.

Esse percentual se aplicará ao montante que ficar consignado para aquele Estado e para a relação parlamentar que ficar definida. Essa é a teoria.

O SR. FERNANDO FREIRE - Dr. Ailton, V. S^a vai me permitir extrair um caso específico. Esse caso é relacionado ao Rio Grande do Norte, à Barragem de Oiticica. V. S^a parece-me que tem em seu poder esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Às perguntas já feitas podem ser recusadas novas respostas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Pois não, ilustre Deputado.

O SR. FERNANDO FREIRE - Dr. Ailton, V. S^a vai verificar que tem emenda parcial - 3%, Barragem de Oiticica, Rio Grande do Norte; Relator-Geral - 3%; DNOCS - 2%; Estado - 1% e Brasília aparece dentro de um conjunto totalizando 6,5%.

Pergunto a V. S^a o seguinte: todas essas siglas embutidas referem-se a Parlamentares, apenas a Parlamentares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essas siglas não se referem a Parlamentares, não têm analogia, Deputado. São questões de simbologia que dizem respeito a um problema de uma previsão a ser proposta à empresa, quando tiver que decidir o processo de campanha. Se quisermos fazer relação aqui com o Parlamentar, com o compromisso de valor de emenda, não vamos conseguir porque eu seria um tremendo irresponsável se permitisse. Não posso, não tenho esse direito. Nossa organização não tem esse direito e eu não posso dizer uma coisa que não existe.

Então, esses papéis são rascunhos feitos em minha residência. Reitero : é unilateral. Já pedi desculpas, em meu pronunciamento, a Parlamentares que foram citados; Parlamentares que nem conheço e que não têm nada a ver com essa questão de pagamento. Se não houver um convencimento disso, acho que só com a abertura das contas, como é o caso da minha, que já está aberta, é que se pode checar essa posição. Não há como querer vincular um tipo de compromisso que não existiu, seria uma temeridade, uma infelicidade. Essa questão aqui é uma infelicidade total da qual assumo a responsabilidade. Mas não posso, de maneira nenhuma, ser irresponsável. Citações de nomes, de percentuais que existem aqui não podem ser utilizados para vincular qualquer compromisso porque seria, de minha parte, um crime.

O SR. FERNANDO FREIRE - Dr. Ailton, só para esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só queria fazer uma recomendação aos meus nobres pares: não é cabível que se repitam as perguntas sistematicamente. Não estamos aqui numa sistemática de fazer perguntas para ver se as respostas acabam levando o Depoente a contradições.

Várias vezes já foi feita a pergunta sobre valores relacionados com emendas e nomes ou iniciais. Seria mais interessante se essas perguntas tivessem alguma novidade a respeito do assunto.

O SR. FERNANDO FREIRE - Está havendo, Sr. Presidente, um interesse na pergunta anterior, que se tratava, na verdade, de inquirir o se essas siglas indicavam apenas e tão-somente parlamentares. Eu gostaria de saber se continha nessas siglas não-parlamentares também.

Era essa a razão da pergunta.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito. Ela é de cunho político, ao nível estadual e federal. Os prováveis futuros parlamentares não têm conhecimento desses raciocínios colocados nesses documentos.



O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente, Dr. Ailton. Existem aqui também, nesse papel, duas obras indicadas nesse documento manuscrito. Uma se refere à Adutora Pedro II, no Piauí, e a outra à drenagem da zona sul do rio de Natal. Indicam emenda parcial JLM, que foi interpretado por esta Comissão como de autoria de um Deputado. Entretanto, por pesquisas realizadas, só encontrei, em 503 Deputados, um parlamentar com tais iniciais, e esse parlamentar não é autor de nenhuma dessas emendas para essas obras e sequer pertencia à Comissão de Orçamento em 1992/93.

O que V. S^a poderia informar sobre isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Efetivamente V. Ex^a está constatando uma coisa que eu venho dizendo: não há relação entre emenda/percentual e parlamentar. Não existe isso.

Em alguns momentos, V. Ex^a encontra rubricas, encontra um determinado nome que são simplesmente situações dentro dos meus pensamentos de identificar parlamentar regional que possa apoiar o programa, por solicitação do cliente, do dono da obra.

O SR. FERNANDO FREIRE - Então, Dr. Ailton, nós podemos concluir, finalizando, que V. Ex^a afirma que esses tais percentuais significam uma indicação de auxílio para a campanha do próximo ano, sem prévio entendimento com os parlamentares citados nos documentos. Essa conclusão é correta?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa conclusão é correta e - permita-me só para complementar - sem aprovação e conhecimento da Organização. Seriam proposições futuras num processo de avaliação que eu estava fazendo e concluindo. Não houve solicitação, não houve promessa, não houve pagamento, até porque não poderia existir.

O SR. FERNANDO FREIRE - Já conclui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Ailton, faça o favor de responder à seguinte pergunta inicial: V. S^a está investido e falando em nome da ODEBRECHT ou em nome pessoal?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado Roberto Rollemberg, eu fui convocado como pessoa física e integrante da Organização ODEBRECHT. Naquilo que me compete, estou como pessoa física e, quanto à Organização, o que me disser respeito eu responderei.

Eu não posso falar pela Organização, pela construtora como um todo.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Muito obrigado. É porque depois vou pedir algumas coisas de V. S^a e eu queria saber se é o Sr. Ailton que está me respondendo ou a ODEBRECHT.

Outra coisa que eu queria saber, para certificar as minhas perguntas: a Bandeira brasileira é o símbolo nacional, o nome é Brasil, eu não entendi bem a sua simbologia com nomes. Na última pergunta do Deputado Fernando Freire, V. S^a chegou próximo. Se simbólico ou não, V. S^a lembrou de determinado nome; porque não entendi bem simbologia com nome escrito. Eu queria saber o que é que, simbolicamente, esses nomes significam para o senhor.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não há declinação de nomes.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Estão escritos nos papéis nomes de Deputados.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de ter conhecimento do papel a que V. Ex^a está se referindo.



O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Como ninguém se referiu a nomes, também vou continuar como os colegas, não me referindo. Mas nos documentos que V. S^a leu, existem nomes e, na frente, os percentuais.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Vou tentar atender à solicitação de V. Ex^a: segundo me recorde, um dos primeiros documentos que o Relator me entregou aqui tem nomes e, do lado, percentuais, e há nomes sem percentual. Esses percentuais...

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Quero saber dos nomes. São símbolos com nome?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, são nomes. Só está nominado.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Isso significa coisas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não entendi a pergunta do ilustre Deputado.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - É muito simples. Tenho a impressão de que dei um exemplo claro. A bandeira é símbolo nacional, o nome é Brasil. O senhor coloca nomes de deputados com percentuais e informa que isso é uma criação simbólica.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Naquela parte que se refere aos nomes, afirmo a V. Ex^a que foi identificação de parlamentares que, futuramente, poderiam ser apoiados em suas campanhas. Eles, inclusive, não sabem. Peço mil desculpas por isso, pois vários deputados citados nesse documento não têm nenhum conhecimento, nem me conhecem. Trata-se de documentos internos que foram tirados da minha casa, com a maior violência que uma pessoa pode sofrer.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Não entramos num acordo sobre símbolos e nomes, além do que V. S^a não está investido de autoridade para falar em nome da ODEBRECHT. Está falando sobre aquilo que é pessoal, que V. S^a pode informar, e em defesa da ODEBRECHT.

Sr. Ailton, de 1989 a 1993, a ODEBRECHT teve ou tem obras em execução em todos os Estados ou há algum Estado em que não esteja presente?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Se bem entendi a pergunta do ilustre Deputado, V. Ex^a deseja saber, de 1989 para cá, quais são as obras, em cada Estado, que a ODEBRECHT teve. Em que nível: municipal ou estadual?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Em todos os Estados.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não temos.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Quais são os Estados em que V. S^a não teve nenhuma obra, de 1989 a 1993?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É muito difícil eu conseguir me reportar ao ano de 1989. Entretanto, posso encaminhar um quadro, se V. Ex^a me permite, para não incorrer no risco de fornecer alguma informação que não corresponda à verdade.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Solicitaremos por escrito ou, nesta oportunidade, já consignados, se V. S^a se comprometer a informar.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Comprometo-me a encaminhar.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - A empresa tem o nome das emendas que geraram recursos que estão sendo aplicados nas obras da ODEBRECHT?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desculpe-me, Deputado, não entendi a plenitude da pergunta.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Um de nós dois está complicado. Quais são as emendas de Orçamento que geraram os recursos que estão sendo utilizados



pela ODEBRECHT, de 1989 a 1993? É difícil para V. S^a responder, mas gostaria do seu compromisso de encaminhar isso à Comissão.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho esse material constando da parte que foi apreendida em minha casa. Essa questão orçamentária - como coloquei - representa cerca de 8% nos dois últimos anos e representava cerca de 2% durante o ano de 1991; 1990 pode ter 1% ou 2%. Acho que é possível ter isso em 1991, 1992.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - O que V. S^a tiver pode encaminhar à Comissão.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tão logo tenha acesso aos documentos que foram retirados de minha casa, os quais não tive ainda oportunidade de checar, sem dúvida alguma, terei condições de apresentá-los.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Eu gostaria que V. S^a entendesse que queremos obter essas informações porque hoje, no País, existem muitas pessoas interessadas em desmoralizar o Congresso Nacional, todas as empresas nacionais, as empreiteiras e construtoras. Contudo, sabemos da importância, principalmente da engenharia nacional, perante o mundo e não gostaríamos também que todas as empresas fossem chamadas de corruptas, como, geralmente, fala-se dos políticos todos. Queríamos separar as coisas. Como a ODEBRECHT não está sob investigação, mas tem obrigação nessa luta contra a corrupção de ajudar a CPI, eu queria que V. S^a mandasse pela ODEBRECHT esses dois requerimentos que eu fiz.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Quando V. S^a fala que há uma projeção para uma colaboração futura das campanhas eleitorais, existe um documento, dentre esses apreendidos da sua casa, em que políticos pedem antecipação de recursos que V. S^a diz que são legais, que é legal essa perspectiva de colaboração. Mas existe documento em que se pede antecipação de receita para campanha eleitoral. V. S^a tem conhecimento desse fato, não o nome?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Deputado, quanto a esta questão, eu gostaria de retificar uma posição e responder a pergunta do senhor objetivamente. Em primeiro lugar, essas intenções de contribuições futuras não é uma posição da ODEBRECHT, é uma posição minha para a ODEBRECHT. Não foi aprovada, porque será avaliada futuramente, só para efeito de... Quanto à questão levantada e amplamente noticiada pela imprensa, é altamente lastimável que ela tenha sido colocada da forma como foi, porque foi uma condição de interpretação unilateral. Aquela solicitação nunca existiu, foi uma posição do regional que me encaminhou, e eu ao fazer, aí sim, uma relação que não apareceu em lugar nenhum, não sei por quê. Mas existe uma relação, esta sim nominal, para apreciação de nomes. Jamais poderia uma pessoa da envergadura, do nome, da competência, que é um símbolo nacional... Realmente, acho lastimável que, em nosso País, procure se fazer danos com coisas desse tipo. O que houve ali foi muito mais uma força de expressão, de desejo do nosso pessoal regional do que uma solicitação.

Eu repudio na íntegra e acho lastimável que possamos ter pessoas de envergadura... É um patrimônio nacional que tem que ser preservado. Infelizmente, o pior disso tudo é que, perante o senhor ou perante o Brasil inteiro, sou o causador disso, porque invadiram a minha residência.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, vou encerrar por aqui, porque não queremos citar nomes - e ele quase citou nomes. Mas é realmente em defesa dos símbolos nacionais que queremos apurar quem é responsável ou não, independente de partidos, siglas, etc. Também isso é válido para as empresas nacionais. Elas precisam se livrar da corrupção, como precisamos nos livrar da mesma.

Quero reiterar os dois pedidos, que é o da comunicação das emendas ...



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - E serão atendidos.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - ...que geraram recursos e que caíram na ODEBRECHT e o pedido para que V. S^a levasse a comunicação pessoal de nós Deputados à direção da ODEBRECHT. Da próxima vez que um funcionário, engenheiro, a quem homenageamos, comparecer a CPI, o Presidente da Companhia deveria se colocar à frente e se oferecer à CPI para vir responder em nome da empresa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Ailton. Estamos aqui ouvindo já a terceira ou quarta vez S. S^a dizer que os documentos foram violentamente retirados da sua casa. Estamos trabalhando com esses documentos. A CPI, através desta Mesa, não baixou nenhuma diligência nesse sentido. Pergunto ao depoente se esta violência está atribuindo à CPI ou a quem.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa violência, que vai ficar registrada na História de nosso País, quer a gente queira ou não, é debitada à Polícia Federal, com a participação clara, efetiva - porque os jornais colocaram o ilustre Senador Bisol, que não conheço - saindo de dentro da minha residência carregando todos os documentos. Então, não posso, de maneira nenhuma, considerar que isso foi a posição de uma CPI; não tenho conhecimento para tal e nem acredito que a CPI, com as pessoas de responsabilidade que têm aqui, autorizaria um ato arbitrário desse. Considero que é de responsabilidade e estamos cobrando isso na justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Da CPI não partiria jamais nenhum ato de arbítrio. Agora, quando o Delegado faz uma apuração paralela à da Comissão Parlamentar de Inquérito, se ele foi à casa de V. S^a, foi certamente, no que estamos entendendo, com o documento suficiente para poder lá entrar, o mandado de busca e apreensão.

De maneira que, quanto a isso, gostaria que deixasse bem claro aqui que, a partir da iniciativa que tomou o Senador José Paulo Bisol de copiar todos os documentos, não temos aqui nenhuma razão para aceitar - se houvesse -, da parte do Dr. Ailton, qualquer tipo de acusação de prática de violência pela CPI.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Dr. Ailton Reis, V. S^a disse nesta Casa, nesta Comissão que sofreu uma violência. Devo dizer a V. Ex^a que também, em parte, sofri uma violência, porque fui levado por esta Comissão, desde quarta-feira, praticamente, a dispensar meu trabalho em outras áreas para examinar a documentação apreendida em sua casa.

Devo dizer que dividi aqueles documentos, porque o volume era muito grande: havia documentos de ordem interna, organizacional da empresa, normas de comportamento, maneira de fazer - como aquele livro americano **Como Fazer Amigos e Conquistar Pessoas** -, como se aproximar, de produzir condições de se formar uma cadeia de solidariedade em favor daquela empresa.

Naquela oportunidade, trouxe para esta Casa uma série de documentos, os quais fiz chegar ao seu Presidente Jarbas Passarinho como uma supersíntese de relatório, onde eu dizia isso que acabo de dizer.

Mas, chamava a minha atenção três tipos de documentos encontramos: um diz respeito intrinsecamente à função da empresa; outro, sobre Parlamentares que seriam colaboradores e que, portanto, não recebiam nenhuma propina ou qualquer coisa desse tipo, mas que esperavam no futuro, uma ajuda na sua campanha estadual ou municipal; e outros que diziam que era preciso até fazer uma cooptação com alguns Deputados da oposição e cita nomes - não vou citar nomes -, para que eles ficassem menos "denuncistas", criassem menos problemas, para que as coisas corresse melhor. Ora, em tese os documentos foram esses, ao lado de uma anotações que V. S^a reconhece



da sua firma, que me fez passar uma noite com uma lente de aumento, procurando decifrar aqueles nomes e aquelas siglas, chegando a um número razoável, um número que me surpreendeu.

Dr. Ailton, isso deixou-me muito confuso, porque pareceu-me que os contatos da ODEBRECHT tinham uma densidade muito maior do que aquela que esperávamos, inicialmente, nesta Comissão.

Ao lado disso, encontramos alguns documentos interessantes, por exemplo: era a alta capacidade executiva, digamos assim, da empresa de ser informada a tempo e à hora de tudo. Tem aqui um documento do Dr. José Carvalho, comunicando a V. S^a "notas para desembolso da CEF". Diz como seria feito o desembolso, o índice de frustração e, para minha surpresa, o Amapá e Pernambuco não sofreram nenhuma frustração por parte do desembolso da CEF.

Logo em seguida, vem do SDR uma informação interessante: "obras de drenagem e pavimentação do sistema viário de Recife". Segundo informações de Cássio Fernando, essa obra é 66% da OAS e 33% da CNO. Ora, somando 66% com 33%, parece-me, dá 99%. Perguntaria também: esse 1% ficaria por conta dessa possível ajuda, que já não seria compatibilizada na empresa? Se V. S^a me permitir, vou fazendo as perguntas ou V. S^a prefere responder?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Gostaria de responder, porque não tenho a vivência parlamentar, então fica difícil para mim. Não tem nenhuma correlação.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Esse 1% desaparece como?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não sei a que se referem esses percentuais.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - As obras de drenagem e pavimentação nos canais de Recife.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Mas é físico, ou é financeiro...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Valor total.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu poderia ter acesso ao documento?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Poderia, mas eu tenho uma pergunta a fazer em seguida, que diz respeito ao meu Estado: em 1991, ou seja, um ano antes, um relatório da nota da Segunda Reunião sobre o Orçamento-Geral da União - 1991 diz assim:

"Pólo Cloroquímico: o Governador J. A. está disposto a priorizar o Pólo, porém aguarda uma proposta de mudança do projeto, para, em 1992, estar o projeto priorizado, com Cr\$ 10.774.293.200,00? (dez bilhões setecentos e setenta e quatro milhões duzentos e noventa e três mil e duzentos cruzeiros)."

Pergunto então a V. S^a: essa priorização, essa mudança dependeu de entendimentos com a ODEBRECHT ou são entendimentos com o Poder Executivo? Como V. S^a me informa isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Respondendo à pergunta do Senador Francisco Rollemberg, o Projeto do Pólo Cloroquímico de Sergipe foi priorizado pelo Governador e obteve das autoridades o respectivo endosso, coisa que não ocorria anteriormente; inclusive, eu vivi de perto esse problema da priorização do Pólo, porque todas as ações institucionais foram feitas anteriormente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Das quais participei...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Das quais V. Ex^a participou. Havia uma animosidade muito grande, de caráter político, para levar à frente



o Pólo Cloroquímico de Sergipe. Não sabemos o porquê, mas não havia interesse político do Governo federal no deslanche do Pólo Cloroquímico de Sergipe. Ficamos satisfeitos com as ações do Governo que permitiu, num processo de prioridade, deslanchar o Pólo, que veio, como V. Ex^a deve saber...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Houve então uma mudança na proposta do projeto, e esse ponto pertencia à priorização; mas V. S^a não sabe qual é?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O que eu sei é que realmente havia animosidade contra o projeto; não havia interesse em que fosse implantado em Sergipe um Pólo Cloroquímico; depois, com as ações do Governador João Alves, isso mudou, e a obra saiu.

Se V. Ex^a me permite - não sei se é o caso -, nós reiteramos o nosso direito de acompanhar, junto aos setores competentes, efetivamente, com os nossos contratantes, todos os programas. A Organização jamais negou isso. Sempre os acompanhamos. Posso, inclusive, afiançar a V. Ex^a que hoje estamos num tremendo drama, porque se não houver definições, teremos um processo de paralisação da maioria das obras, de agora até o mês de março.

Portanto, mesmo com um processo de acompanhamento, não sabemos se vamos parar, se vamos demitir o pessoal. Esse é o grande drama do empresariado. Não temos uma definição sobre se vai haver recursos para trabalhar em dezembro, janeiro, fevereiro e março; o que vamos fazer? Esse é o grande problema que o ilustre Relator colocou aqui como uma contribuição nossa. Com acompanhamento, estamos tendo esse problema; imagine sem o acompanhamento: talvez as obras parassem o ano inteiro; vão parar metade das obras no Brasil inteiro daqui até março, do jeito que as coisas estão, por falta de definição.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas então V. S^a afirma que a CNO não tem emendas no Orçamento; ela não propõe, não sugere, não participa disso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A ODEBRECHT acata, aceita e apóia as decisões do seu cliente: quem tem o direito de definir, priorizar é o contratante, é o cliente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas estou perguntando isso porque tenho em mãos uma lista de emendas, em que se diz: "Lista de emendas da CNO", e é de um determinado Ministério. Vem a relação dos parlamentares que apoiaram o MINFRA, Furnas, LL, e por aí vai. V. S^a disse que a ODEBRECHT não tem nada a ver com essas emendas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse vício de linguagem que todos nós às vezes empregamos é questão de um processo de educação; ninguém é dono de emenda. Os parlamentares é que têm o dever, a obrigação de propor, em função do conhecimento pleno e amplo das prioridades do Estado ao qual ele está locado.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Queria lembrar ao senhor que há um fato interessante: ao lado das emendas dos parlamentares, eu tive acesso a um documento, em que estavam relacionadas uma série de obras, que dizia "apoiadas por...". "Apoiadas por..." já não eram apoiadas por parlamentares, governadores e pessoas outras que até não tinham mandato parlamentar.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É natural, ilustre Senador, que um programa sendo prioritário no Estado, todas as pessoas que têm projeção política, que têm compromisso com a comunidade, queiram ver aquele projeto deslanchar. Eu tenho certeza que o senhor irá defender os programas de Sergipe, independentemente do partido político que o senhor apóia, porque, em Sergipe, se as forças políticas, pela sua dimensão, não saírem em busca do seu Estado, seria lastimável.



O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Para a minha alegria, as forças políticas de Sergipe sempre se unem em torno de seus interesses.

Mas, para finalizar, há uma nota para reunião do dia 28/09/93:

"Apoio político do Nordeste. Governos estaduais. Seremos forçados a participar, em apoio a candidatos, para aqueles Estados onde estamos trabalhando, visando:

- Priorizar os nossos projetos em andamento, e que terão continuidade no próximo governo;..."

Certamente não creio que sejam aqueles devaneios do senhor de anotar assim ao lado do papel, na borda do papel.

"...- Dar liquidez aos nossos créditos futuros e passados;

- Contabilidade em função do passado;

- Confiabilidade em função do passado, para que os vícios não venham a ocorrer.

E há uma declaração aqui que foi motivo de celeuma, semana passada, porque o senhor Miguel Arraes veio solicitar ao Sr. Presidente Jarbas Passarinho um documento para confirmar que ele, em nenhum momento, pedira qualquer subvenção ao Emílio Odebrecht. Aqui, neste item "a", no momento, temos o pedido de Miguel Arraes, que está com uma campanha na rua e diz estar precisando de apoio mensal até janeiro. O orçamento mensal da despesa é de 30 mil dólares, e pede uma parte desse total. Ainda há a observação: "Ele está enquadrado na observação "d". Nos demais Estados" - para a minha alegria, e certamente para a alegria de V.Ex^{as} - "não houve pressão ainda". Mas, o documento que eu vou passar a V. S^a para que reconheça se é de sua autoria, cita um grupo de parlamentares: "deputados amigos que nos apóiam em CPIs, projetos, emendas, etc, sem cobrar, e esperam apoio nas eleições". Vêm alguns nomes e depois ele diz: "necessidade de composição com alguns, em função de reduzir áreas de agressão".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito a atenção do Plenário. Estamos dando hoje, aqui, a impressão muito desagradável de que cada um só presta atenção a si próprio, quando pergunta. Nós estamos ouvindo perguntas importantes.

Continue, por favor, Sr. Senador.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Continuando: "Necessidade de composição com alguns, em função de reduzir áreas de agressão" - e cita dois deputados. "Observação: é provável que surjam mais alguns nomes, no decorrer do processo, que não tenham sido aqui referidos. Em nível de deputados estaduais (teremos que apoiar alguns ex-secretários, entre parênteses), os valores serão pequenos, em relação aos federais".

V.S^a reconhece este papel como um dos papéis que foram detidos na sua casa, e que foi motivo de algum devaneio, de alguma elucubração, de uma preocupação para as próximas eleições?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse documento, Senador, como já coloquei aqui anteriormente, ao chegar em minhas mãos foi engavetado, porque o seu conteúdo não corresponde. Não houve essa solicitação. O que houve aqui foi um desejo da pessoa que me encaminhou isso. Ao ler e tomar conhecimento, engavetei, porque, como expliquei aqui anteriormente, tenho duas residências, uma em Salvador...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V.S^a permite que eu o interrompa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Claro.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V.S^a, para salvaguardar o bom nome do nosso colega Miguel Arraes, por que não dá o nome da pessoa que levou esse



documento? Não seria interessante, porque, aí, V. S^a salvaguardava o nome do Miguel Arraes.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A pessoa que me encaminhou isso é da nossa Organização. Como foi encontrado em minha casa, o responsável sou eu, que me retrato perante o ilustre Deputado Miguel Arraes, que considero um patrimônio do nosso País. Duas mil desculpas ao Deputado Miguel Arraes.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Finalmente, Sr. Presidente, vou encerrar, porque creio que o Sr. Relator já usou bem da palavra, os outros colegas que o antecederam também o fizeram, outros terão algumas perguntas a fazer.

Quero dizer a V. S^a que fiquei perplexo com um fato: foi denunciado ao Brasil, à Nação, que a ODEBRECHT comandava um **holding** de empresas, e eu esperava, ao examinar essa documentação, encontrar documentos comprobatórios de que a ODEBRECHT comandava um **holding**, certamente com documentos de outras empresas. Ora, não encontrei esses documentos.

V. S^a acredita, então, que há um **parti pris**, há alguma indisposição para com a ODEBRECHT neste instante?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Considero que foi uma coisa lastimável, talvez o volume de documentos, a falta de conhecimento da Organização levaram a uma precipitação. Talvez se tivesse sido convidado para prestar algum esclarecimento, essa configuração pudesse não ter se deformado, porque a nossa Organização tem feito grandes coisas pelo nosso País.

Estamos pagando um ônus muito grande aqui e lá fora. Isso interessa muito a uma Empregiro, a uma Grand Lavor de Marseille, a uma Spimbatioli, a uma Enterprise, a uma Scancas, da Suécia. Todas as empresas, hoje, que atuam, não só na América Latina, como na África, nos Estados Unidos, têm interesse em cortar o crescimento da ODEBRECHT, porque nós investimos no mercado externo para sobreviver, treinar recursos humanos e poder conviver com a recessão brasileira.

O que pedimos é que haja o reconhecimento, que nos ajudem a levar o nome do Brasil para fora.

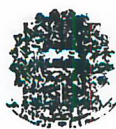
O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Dr. Reis, finalmente, eu só queria acrescentar: V. S^a, com seus devaneios, cria um problema muito sério para este País. Consegui, através de lentes, como disse, identificar quarenta nomes e várias siglas. Veja V. S^a que problemas criou quando não explicou bem. Temos, por exemplo, TV, não sei o que é isso, JF, ML, PL, GULL-PT, por aí vai, ET, JF.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Senador, é a minha privacidade, esses documentos são rabiscos internos meus que vieram à público, não sei com que intenção, entendo que não contribui. Sou uma pessoa séria, honrada e trabalhadora. A Organização ODEBRECHT vem contribuindo com o nível de emprego e com um Brasil moderno. Não merecemos isso que está sendo feito. Lastimo e peço desculpas, mais uma vez, a todos os políticos que estão mencionados ou ...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Então, V. S^a entendeu minha pergunta anterior. Porque a minha preocupação é que, em sendo uma **holding**, não tendo encontrado nada que imaginava, V. S^a diz estar ocorrendo com a ODEBRECHT nesse instante.

Finalmente, a última pergunta: V. S^a, pessoalmente, está sendo perseguido?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho mania de perseguição, Senador. Agora, quem me conhece sabe que esse é um fato inusitado, difícil de perceber qual é a intensidade, o que houve realmente. Fico estupefato que uma pessoa que tem vinte e cinco anos fazendo engenharia...se se pedir o atestado aos



CREAs deste Brasil inteiro, de Santa Catarina até o Rio Grande do Norte, onde executei obras, diretamente... Então, não mereço o que está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concluiu?

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, V. Ex^a permitiria formular uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual é o artigo? Qual é o artigo do Regimento que V. Ex^a gostaria...

O SR. NELSON TRAD - Preliminarmente, Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que me ajudasse na identificação do artigo, mesmo porque não sou um computador regimental. Mas V. Ex^a me ajudaria, no sentido de apontar se estou ou não andando nos caminhos legais do Regimento. Trata-se de uma dúvida a respeito da validade desta audiência pública que estamos realizando, caso o depoente insista na afirmação de que os documentos que estamos hoje sustentando para validade dessa reunião, não foram colhidos **manu militari**. V. Ex^a, evidentemente, explicou que a CPI não tomou a iniciativa de colhê-los, mas ficou de forma desconfortável para todos nós a omissão. Aí é que vai minha questão de ordem, para que a Mesa declame à Nação a respeito da validade dessa prova emprestada pela Polícia Federal. Se ela, a prova, foi colhida mediante **mandado de busca e apreensão domiciliar** - que reconheço traumática pela expressão profissional e social do ilustre depoente - por um despacho de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, íntegro, sereno, equilibrado, o Ministro Moreira Alves. É do conhecimento da nossa Comissão, este fato oficial, que esta prova emprestada tem origem hígida para que possibilite a identificação da idoneidade da nossa audiência nesta tarde?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Art. 403 do Regimento do Senado diz:

Art. 403 - Constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento.

Art. 404 - A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental em que se baseia, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar tese de natureza doutrinária ou especulativa.

E cabe à Mesa decidir a questão de ordem se não houver quem a contradite. Não é o caso, me parece.

A CPI como Comissão Parlamentar de Inquérito significa, portanto, a sua Mesa Diretora, não havia tomado conhecimento desses fatos senão depois que ele ocorreu. A CPI não teria nenhuma dúvida, também, de solicitar a autoridades oficiais se fosse necessário o mandado de busca e apreensão. Tudo me leva a crer que se tratou de uma delação, uma denúncia, que foi depois objeto por parte do delegado dessa iniciativa.

A informação precisa que tive, e portanto não poderia pôr em dúvida, partida do nobre Senador José Paulo Bisol, é que foi preterida pelo Ministro Moreira Alves. Foi o Ministro do Supremo que determinou o mandado de busca e apreensão, o que pode, entretanto, ser verificado depois.

O SR. NELSON TRAD - É o que nos basta para a tranquilidade da continuidade dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tranquilidade nossa. Pelo menos eu acho que não vamos nos confundir aqui como uma Corte atribiliária que não é.

Agora, relativamente à pergunta do Senador Francisco Rollemberg, é que achei importante nesse momento. Dr. Ailton, é a primeira que se diz aqui um nome



completo, que vem sempre para mim. Recebo sistematicamente, aqui, solicitações de pessoas, cujos nomes foram de qualquer modo lançados, ao conhecimento da Nação brasileira, inclusive pela televisão, que se sentiram ofendidos, estão entrando com uma ação contra a ODEBRECHT. No momento mesmo recebo uma comunicação do nobre Senador Teotônio Vilela Filho, que diz que ajuizou contra a Construtora Norberto Odebrecht perante a Justiça do Distrito Federal, requerendo seja aquela empresa notificada judicialmente, que será processada criminalmente e responderá civilmente pelos danos morais e materiais decorrentes do envolvimento do meu nome - que é o dele - em documento apócrifo encontrado entre a documentação apreendida.

Esse aqui não é o primeiro que chega. No episódio relacionado com o nobre Deputado Miguel Arraes. Ele me fez uma carta, pedindo que eu informasse se, de acordo com uma publicação do **Correio Braziliense**, S. Ex^a teria dito que teria pedido essa contribuição. Então, S. Ex^a me solicita, em uma carta, que informe se, nos documentos apreendidos, dos quais só tive um conhecimento muito superficial, havia alguma assinatura dele.

A resposta pura e simples de que não há assinatura não era, do ponto de vista do Presidente da CPI, total. Eu teria de dizer que não havia assinatura, mas havia isso, que o nobre Senador Francisco Rollemberg leu ainda há pouco.

V. S^a poupou o seu funcionário, dizendo que foi um funcionário seu, mas isso ficou muito distinto de todos os outros casos. Enquanto nos outros há uma presunção de participação, neste caso, se já está até mensurado o valor mensal que deve ele ter para a sua campanha, está perguntando com quanto a Norberto Odebrecht pode contribuir. De maneira que se pode imaginar que só as desculpas que V. S^a está apresentando aqui não vão, naturalmente, livrar a empresa dessas ações.

Agora, não quero senão dizer que a mim cabe receber esse tipo de protesto e dar, na medida do possível, respostas. O Deputado Geddel Vieira Lima também entrou com ação e já me deu documentação sobre isso, e o Deputado Pedro Irujo está levantando a mão ali, dizendo que já entrou também. Parece que ele não comunicou ao Deputado Osmânio Pereira.

Então, como V. S^a vê aqui, parece que há uma unanimidade dos nomes citados, porque foram, apenas presumidamente, pessoas que a própria companhia poderia vir a ajudar. Esse é um ponto que quero deixar claro aqui.

Não vamos fazer a diversificação do nosso trabalho; vamos continuar e dar a palavra ao Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu iniciaria a minha arguição, para tentar ganhar tempo, solicitando ao depoente que reconhecesse esses documentos que foram encontrados em sua residência.

Pediria ao secretário que os encaminhasse para que ele desse uma olhada, porque vou remeter-me futuramente a esses documentos e gostaria de antecipar-me e fazê-lo de uma vez só.

Todos esses documentos referem-se, em uma análise rápida, a contratos e programas de que a ODEBRECHT participa. Efetivamente, quanto à veracidade, não tenho condições (de me posicionar. São documentos antigos, razão pela qual fica difícil aprofundar-me. Apenas, preliminarmente, afianço que o que está aqui tem referência com nosso programa.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente. eu queria saber quais são os documentos que o depoente está reconhecendo como sendo dele.



O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu estava com a mesma curiosidade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vou mencionar isso na minha arguição.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria aqui, de público, protestar contra a tentativa de desqualificar o Senador José Paulo Bisol, que teve uma atitude das mais corajosas e respeitáveis de enfrentar essa estrutura poderosa, que é a ODEBRECHT, e esse cartel de grandes empreiteiras do País e trazer essa denúncia a público.

Em segundo lugar, antes, portanto, da minha primeira questão, quero dizer que o depoente se referiu a uma ata de uma reunião em que grandes empresas participaram dizendo que era uma audiência convocada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção a respeito da ponte Rio-Niterói. Está correto?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Presidente dessa entidade, Marcos Santana, acabou de me telefonar e alegou que jamais convocou uma reunião desta natureza com essas entidades. O ex-presidente da entidade, Deputado Luís Roberto Ponte, veio aqui a meu lado e disse-me também que jamais foi convocada uma reunião para desenvolver esse tipo de acordo institucional, além de que essa ata se encontra entre as grandes empresas e é um dos documentos que induzem à existência de um cartel poderosíssimo que controla pelo menos 70% das verbas da construção civil no Brasil.

Dito isto, passo a minha primeira pergunta.

De uma leitura preliminar, rápida, constata-se que a ODEBRECHT montou uma estrutura complexa, absolutamente competente e poderosa no sentido de acompanhar todos os passos, etapas e procedimentos do processo de elaboração de liberação e de definição do Orçamento. V. S^a é o principal responsável por essa estrutura dentro da empresa. Estou correto?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Durante os dois últimos anos, sou o responsável. Antes não tínhamos estrutura para isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nessa planilha apresentada por V. S^a, há uma estimativa de apoio de campanha para o próximo ano, em que diz: relator-geral, 19 bilhões de cruzeiros - 2,37%; relator-geral, 17 bilhões de cruzeiros - 2,65%; relator-geral, 19 bilhões de cruzeiros - 2,87%; relator-geral, 4,6 bilhões de cruzeiros - 2,73%; relator-geral, 23,5 bilhões de cruzeiros - 1,95%; relator-geral, 10,492 bilhões de cruzeiros - 2,21%; relator-geral, 13,430 bilhões de cruzeiros - 2,83%; relator-geral - 3%; e assim segue.

A minha pergunta a V. S^a é a seguinte: quanto custa a campanha do relator-geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado Aloizio Mercadante, vou reafirmar. Eu pediria ao Presidente da Mesa para não repetir, já que falei várias vezes sobre esse assunto, e para mim está sendo extremamente cansativo.

Não há uma correlação com o percentual e a proposição futura de ajuste de campanha nessa dimensão que está colocada. Expliquei anteriormente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. S^a disse que esses cálculos se referiam a uma avaliação unilateral, portanto, não os responsabilizou pelo recebimento em relação à campanha do próximo ano. Mas o senhor disse que era uma estimativa de apoio de campanha. E mais: o senhor disse que a empresa já tinha designado 12 bilhões de dólares para financiamento de campanha do ano que vem. Estou ou não correto?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu coloquei aqui que eu desenvolvi estudos de proposição de caráter pessoal, a ser encaminhado para apreciação



da empresa, incompleto, que não tem aprovação da mesma. E que os interlocutores, as pessoas aí constantes não têm conhecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, como relator, peço a palavra para um esclarecimento. Qual a data do papel? E relator-geral de quê? Porque pode ser do Orçamento, de Comissão de Orçamento...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No caso, todos são relatores parciais do Orçamento, o que dá a entender...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. Digo o geral, aí.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E relator-geral do Orçamento. E aqui é o Orçamento de 1993.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Coloquei essa posição desde o início como uma simbologia. Porque se eu fizesse a correlação estarei cometendo um...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Evidente. Mas em relação a 1991, que é um documento que V. S^a leu, portanto, não é uma "intenção de", é passado. O título diz: Estratégia para a condução do Orçamento-Geral da União de 1991. Resumo da evolução dos recursos de interesse da Consultora Norberto Odebrecht no Orçamento-Geral de 1991...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, desconheço esse documento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. S^a acabou de ler.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Acabei de dizer que tem citações que correspondem à construtora. Mas este documento eu não cuidava em 1991, e resaltei que não cuidava. Então, não tenho condições de fazer qualquer tipo de alusão a uma coisa...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. S^a há de reconhecer comigo o seguinte: "ações a serem desenvolvidas para reverter as indisponibilidades", que é vossa responsabilidade da empresa. Está escrito: "Elaboração de justificativa técnicas. GC, SDS, S e outras. V. S^a esclareceu as siglas no início desse depoimento com toda a segurança. Peço agora a mesma segurança para reconhecer.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estou disposto a ajudá-lo na discussão do documento, embora reitero que em 1991 não estava cuidando desse assunto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. Quem cuidava?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tínhamos uma estrutura montada...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Como "não tínhamos"? Se aqui diz: "escolha das obras prioritárias...; resumo das justificativas; identificação de Parlamentares com envolvimento na região; orientação dos Parlamentares sobre justificativas técnicas. V. S^a tem um documento passo a passo, data a data de como influenciar no Orçamento. Na introdução diz o seguinte: "Prioridades solicitadas ao Relator João Alves: 186 milhões de dólares. Sabe quanto dá 3% disso aqui? 6 milhões de dólares. Os recursos do Sr. João Alves vinham da Loteria Esportiva ou desse tipo de propina que era pago ao relator-geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, V. Ex^a é um homem inteligente e respeitado no meio político e empresarial, e tem uma responsabilidade muito grande com este País...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente por isso estou fazendo essa pergunta.



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito. Não vamos fazer alusão à dotações. Primeiro, não sei se isso foi realidade e desconheço o documento, embora esteja disposto a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aqui está o resumo da evolução dos recursos de interesse da Construtora ODEBRECHT.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estou dizendo que não conheço o documento. Data de 1991, e estou disposto a debatê-lo com V. Ex^a

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - No entanto, quero ressaltar que não sei se esses números... porque quando falamos em números...eu gostaria depois de ter a oportunidade para dar algumas contribuições sobre obras, custos de obra, sobre a famosa palavra superfaturamento. Eu gostaria, em algum momento, que me dessem a oportunidade de eu falar alguma coisa se for do interesse da Comissão saber.

Quando falamos em números, criamos um processo que deixa todo o mundo assustado. Quero dar um dado para o Deputado, que a minha experiência em lidar com o processo de apoiar a gestão dos nossos contratos na viabilização de recursos, para que não paralitem, vou dar um dado ao Sr. Deputado: um orçamento feito no mês de abril, em cruzeiros, transforma-se em dólar; quando chega no final do ano, em que se discute a inflação do ano seguinte, chega-se a um tipo de multiplicador. É a discussão entre o Orçamento e o Poder Executivo. Durante o transcurso do ano, esse famoso orçamento de que todos falamos muito é o volume de ingresso real, que corresponde mais ou menos, na sua totalidade, a 8%. Desses 8% de investimento, o que se está investindo em obras na realidade, nesses famosos orçamentos, é 8% de um volume que chega... Vamos considerar um volume de investimentos na faixa de 8 a 10 bilhões de dólares. É 8% o volume de investimentos que o nosso País está tendo. Por isso, estamos cheios de obras inacabadas. Mas essa é outra questão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente. V. S^a falou muito de outra questão, mas não da pergunta. Peço inclusive que desconte o tempo, Sr. Presidente, porque não houve uma resposta objetiva. Peguei os cálculos do Relator Geral para o ano que vem. Inclusive, existe um documento entre os documentos apreendidos que menciona 3% para cada emenda do Relator Geral. Aventurei que se tratava de um documento do ano de 1991, em que o Relator João Alves - cuja movimentação bancária é da ordem de 32 milhões de dólares, retirando, evidentemente, empregadas domésticas e outras contas conexas - disse que os seus recursos vinham da sua boa sorte na Loteria Esportiva. No entanto, verificamos que ele gasta mais do que arrecada na Loteria. Daí por que a questão para esta CPI é de onde vêm os recursos do Deputado João Alves? Estou chegando à conclusão de que uma parcela significativa de seus recursos - não usada para campanha, porque está incorporada ao seu patrimônio, na sua conta bancária e nas aplicações - veio exatamente desse esforço que fez em atender à Construtora Norberto Odebrecht que lhe solicitou - está escrito, aqui, "solicitadas ao Relator" - 186 milhões de dólares. Quer mais? Quarenta e seis milhões de dólares dos relatores parciais; são mais de 200 milhões de dólares. O que é mais importante, Sr. Presidente, para esta comissão e para o país discutir? Que 268 milhões de dólares não foram colocados nesta Casa. Eles vieram já do Poder Executivo para os interesses da Construtora Norberto Odebrecht. E essa é uma discussão que também temos que fazer porque é o outro lado da minha arguição. Eu deixaria...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Ex^a me permite, Deputado?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pois não.



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não vamos ser injustos.

Tecnicamente...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Injustos com quem?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Com a formação de uma opinião sobre números.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas os números não são meus. São da ODEBRECHT.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não são. V. Exª tem que pegar, me permita, eu...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O orçamento autorizativo. Concordo com V. Sª.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª me permita. Vou fazer um trabalho a pedido do Deputado Roberto Rollemberg, em que esses números poderão...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...ser menores. Concordo com V. Sª.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Serão extremamente desse tamanho. Para o nível de desgaste que estamos tendo com tudo isso, não há nenhum interesse da Organização. A ODEBRECHT não sobrevive com o problema orçamentário da União...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª há de concordar que, de 1989 para cá, uma das empreiteiras que cresceu a participação relativa dentro do Orçamento é a ODEBRECHT. Graças ao trabalho de V. Sª e de outros competentes técnicos nessa estrutura que conseguiram ter influência dentro do Estado brasileiro e dentro do Congresso Nacional para colocar os seus recursos. Concordo que, como se trata de uma verba autorizativa, parte dela não foi liberada. Mas vamos então aos outros números. Vamos dar prosseguimento ou meu tempo se encerrará.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Seria oportuno lembrar que, quando o depoente deu a resposta, fez um gesto em relação ao valor. E quando isso for reproduzido na taquigrafia, ficará um entendimento exatamente contrário do que o...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Porque o total aprovado pela Construtora Norberto Odebrecht, no orçamento autorizativo, é de apenas 626 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pequeno o valor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É. Apenas 626 milhões de dólares. É evidente que o orçamento liberado e executado é menos, a metade. No orçamento geral é a metade. Pela competente estrutura desta empresa - vou demonstrar agora - dentro do Estado brasileiro, acho que é mais da metade. De qualquer forma, podemos depois avaliar.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, chegamos no passado a ter realmente consenso para discutir processo de lei de licitações. Eu pessoalmente não, mas tenho V. Exª como um homem do futuro deste País. Então, eu gostaria de, oportunamente, poder debater tecnicamente, discutindo essa documentação com maior profundidade, trocar experiências.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Naquela ocasião, a ODEBRECHT veio me procurar para defender em plenário a aprovação do seguro-garantia, com 15% - V. Sª sabe disso -, e o meu voto no plenário foi "não", porque era mais uma manobra das grandes empreiteiras para criar um cartel nas obras de grande vulto. Era um instrumento de uma barreira à entrada, que é mais de 10% do valor das obras. E conseguiram, inclusive, muitos votos no plenário, mas o meu e o do meu Partido V. Sª não teve.



E agora vamos continuar o trabalho, passando sobre leis de licitação, porque a resposta já foi dada.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Oportunamente, eu gostaria de voltar a discutir o assunto com V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Dos 15%?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Da alimentação, do seguro-garantia. Entramos com dez obras contratadas nos Estados Unidos, em competição, a nossa Organização.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nós perdemos, o Governo vetou e já encaminhamos um projeto de lei junto com os Deputados Luiz Salomão, Luís Roberto Ponte e Paulo, do PTB, para 5% o seguro-garantia, que é o que vai moralizar e valorizar o emprego.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Acho que alimentação é um direito...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vamos seguir. Eu tive uma experiência pessoal da tentativa de envolvimento do cartel na lei de licitações. De qualquer forma, vamos continuar, voltando ao nosso ponto.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A única empresa que não (ininteligível) isso foi a ODEBRECHT, as outras não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É. Vemos que a divisão de trabalho é muito bem feita.

V. Ex^a aqui diz o seguinte: "Pontos críticos - análise CNOB." O que é B? Estrutura B?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - CNO nacional.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Brasil?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É. Brasil.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aqui tem: análise da fonte de recursos, Caixa Econômica Federal, realizada de janeiro a setembro, 70 milhões de dólares; tendência outubro/dezembro, 19; total, só na Caixa Econômica Federal, 90 milhões de dólares; novas contratações outubro/dezembro - 940, 91 milhões de dólares; previsão de ingressos para 1992, 80 milhões de dólares; pontos críticos - há o seguinte comentário: prioridades, fidelidade dos clientes com o programa da Construtora Norberto Odebrecht; estratégia de atuação: apoio político de campanha, ou seja, o apoio político de campanha sempre aparece vinculado ao programa estratégico da Construtora Norberto Odebrecht, de um lado, e, do outro, à colocação de emendas no Orçamento ou sobretudo o Relator parcial ou o Relator-Geral. Há um terceiro que aparece em outra documentação, que é a liberação de recursos das dívidas contraídas pelo Poder Público.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Infelizmente, eu não posso assumir essa condição como o ilustre Deputado coloca, porque isso não pode ser generalizado, nobre Deputado. Temos um respeito muito grande pelos Parlamentares e esse respeito é mútuo, porque a Organização não é essa figura deformada que está querendo colocar a nível público. Tenho certeza de que essa posição será revista e nos colocamos à disposição para colaborar no processo de discussão disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente e Sr. Relator, eu pediria a atenção para esse parágrafo do Item 2 de um dos documentos, que é sobre Metas e Técnicas Econômicas e Financeiras do PA/91, Programa de Ação/91, Filosofia e Estratégia de Atuação.

Vou ler literalmente:

"Foram desenvolvidas ações no sentido de ocuparmos espaços, intimidade, para total domínio das diretrizes estabelecidas pelos órgãos



nos programas de contratação e desembolso da Caixa Econômica Federal e Ministério da Ação Social."

Repito: total domínio das diretrizes estabelecidas pelos órgãos, dos programas de contratação e desembolso da Caixa Econômica Federal e Ministério da Ação Social.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, qual é a data?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - 1991. Programa de Ação de 1991.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O que V. Ex^a quer saber de mim sobre isso, da Organização?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, não quero saber. Temos uma vasta documentação. Tenho exemplos aqui do total do negócio.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Mas V. Ex^a está lendo com a conotação e com uma interpretação unilateral. Podemos ler qualquer documento e utilizarmos...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vamos pegar os dados? Vamos pegar alguns dados, então.

Recursos junto à Caixa Econômica Federal - Contratação prevista, 140 milhões de BTNs. Realizado: 234 milhões de BTNs. Foi mais do que foi contratado. Liberação: previsto, US\$ 119 milhões; realizado, US\$ 90 milhões. No caso da inflação, é menos. Mas são US\$ 90 milhões liberados.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu confirmo os números e desafio que possa ser feita uma avaliação dos volumes de serviços de todas as obras que deram decorrência a isso. Porque - veja bem, Deputado - não são os Odebrechts, é outra... Olha, número é um negócio assombroso, no tempo e no espaço; número é um negócio complicado. E projeções de recebimentos têm que estar... Empresa não recebe dinheiro direto, empresa recebe contra uma prestação de serviço. V. Ex^a jamais vai encontrar, na nossa organização, recebimentos, seja do setor privado, público, estadual ou federal, que não corresponda a um serviço efetivamente realizado. E se recebemos esses recursos, Deputado, lhe asseguro que foram atestados, têm as medições, os clientes aprovaram e foi feita a prestação de contas.

Eu gostaria de frisar: são números. É um problema, realmente, de competência da nossa organização. Agora, o fato de ser competente não significa que ele deva ser punido. Ele deve ser incentivado. Agora, se isso daí redundasse em não fazer a obra, em não procurar contribuir com o desenvolvimento, aí sim, eu estaria do seu lado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. S^a está dizendo que para todo trabalho, todo recebimento, a empresa Norberto Odebrecht exige uma contraprestação de serviço!?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, nós executamos. Infelizmente, nós executamos primeiro, bancamos o processo inflacionário, que é uma das questões sobre que eu acho que deve ser feito um fórum permanente de debates.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Portanto, imagino que também todo pagamento feito pela Norberto Odebrecht exija uma prestação de serviço para quem pagou.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, aí é uma interpretação do Deputado. O que eu coloquei é que os serviços que nós recebemos são decorrentes de faturas...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Há várias auditorias no Tribunal de Contas da União para serem analisadas quanto a isso. Ontem, inclusive, nós pudemos verificar, toda a população brasileira, num programa da Globo, à noite, o **Fantástico**, o



superfaturamento de obras, de responsabilidade dessa empresa, na região Nordeste, sobretudo ligadas ao DNOCS. Portanto, nós vamos analisar; a CPI...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, V. Ex^a me dê uma oportunidade, me permita...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, meu tempo vai se esgotar, e eu não tenho condições.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Ex^a falou em superfaturamento e eu queria discutir...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nós vamos ter tempo para discutir isso ao avaliar as obras todas, que é outra parte. Aqui, o que me interessa em relação a V. S^a e a esta CPI é a sua responsabilidade dentro da empresa. V. S^a diz que não tem competência para defender toda a empresa. Portanto, faça sobre aquilo que é de sua responsabilidade, que é o que nos interessa. Ou seja, essa estrutura de política institucional enraizada dentro do Estado brasileiro, sobretudo em alguns órgãos-chave que liberam dinheiro para as grandes empreiteiras.

Aqui, eu quero citar um exemplo concreto disso. Estou aqui com um inquérito policial, coordenado pelo Delegado Paulo Lacerda, do caso PC, e que tem uma relação direta com o que nós estamos discutindo e eu queria demonstrar.

Nós temos aqui vários cheques da Construtora Norberto Odebrecht para empresas de Paulo César Farias, que forneceram notas frias. Aqui, inclusive, a conclusão é a seguinte:

"Assim sendo, face aos veementes indícios de que o referido nas notas fiscais constitui documentação ideologicamente falsa, deverá se proceder, mediante procedimento fiscal, à análise dos elementos disponíveis junto às empresas beneficiárias da nota fiscal simulada, com vista à glosa de valores devidamente apropriados, etc".

E aqui há vários cheques da Norberto Odebrecht. Um cheque de setenta e sete milhões e seiscientos mil cruzeiros, de 10/9/90; um cheque de trinta e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil cruzeiros novos, de 24/8/90; as notas fiscais todas para a EPC e para a Mundial Aerotáxi.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, esse assunto...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Deixe-me concluir. V. S^a já vai ter o tempo para responder.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Acho que esse assunto eu desconheço.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em 92 V. S^a já estava nessa responsabilidade?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse assunto que o ilustre Deputado colocou aí não é de meu conhecimento. Eu não trato desse assunto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu sei. Sei que quando V. S^a vem para arguição, vem muito preparado. Nós encontramos na sua casa setenta perguntas e respostas para o Caso Magri. Antes de ir para uma audiência, V. S^a está totalmente preparado. Mas como isso aqui é de responsabilidade de V. S^a dentro da empresa, eu gostaria de perguntar. Quem sabe V. S^a poderia...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me. Deputado. V. Ex^a não pode dizer o que é de responsabilidade minha dentro de minha organização.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. S^a não é o Diretor de Planejamento Estratégico Institucional? Diretor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Minhas funções foram lidas no início aqui, e esse assunto não diz respeito à minha pessoa. Eu pediria a V. Ex^a...



O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. Ex^a disse aqui que a sua responsabilidade como tio ou como pai da estrutura era impedir a paralisação das liberações de verba.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Impedir a paralisação...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A paralisação das liberações de verba, a dívida contraída, o que é uma verdade, e que o Estado não paga muitas vezes e que gera toda essa deformação que estamos analisando. Uma das responsabilidades de V. Ex^a, o que disse literalmente, era impedir a paralisação.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, não sei...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Correto ou não?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Trabalhamos em um sistema descentralizado. A estrutura organizacional da ODEBRECHT foi encaminhada. Apóio as solicitações dos nossos contratos em função dos compromissos dele com os clientes. Não sou um homem de linha. Sou um homem de apoio. É diferente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. Ex^a poderia responder-me o seguinte: são dois milhões e setecentos mil dólares, dez cheques fornecidos.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desconheço esse assunto. V. Ex^a não pode...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. S^a não sabe o que vou perguntar ainda.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Mas V. Ex^a está tratando de um assunto que não conheço.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sei que V. S^a não quer discutir o inquérito do PC, mas quero fazer uma pergunta concreta. No dia 03/02/92, houve um cheque de cento e vinte e um milhões, quarenta e três mil e quatrocentos cruzeiros para a Mundial Aerotáxi Ltda. No dia 19/02, portanto, duas semanas após, foi liberada uma parcela de desembolso pelo Comitê de Financiamento à Exportação, na sua sétima reunião, para uma exportação para Angola, da Construtora Norberto Odebrecht e Furnas, num consórcio, no valor de sessenta e oito milhões de dólares.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, o que verificamos com esse processo? Que esse competente enraizamento na Caixa Econômica Federal, que domina todos os domínios dos programas de diretrizes na liberação de recursos, é feito por meio desse tipo de procedimento. Quer dizer, assim como se financia a campanha aqui, há funcionário público ou empresas de intermediação de interesses dentro do Estado, como era o caso do Sr. Paulo César Farias, recebendo parte dos recursos que a construtora libera para poder liberar o seu financiamento?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, peço que conclua, porque, com todos os descontos, já passamos até a responder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Como se liberam os recursos? Como se orientam as diretrizes que controlam o Estado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me colocar duas coisas, Deputado: primeiro, não tenho nenhuma correlação com esse assunto de Angola de liberação dessa questão. Quanto à questão da Caixa Econômica, eu gostaria de dizer ao Deputado o seguinte:

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem é o responsável por essa área na ODEBRECHT? V. S^a poderia responder. Se não é V. S^a, quem é o responsável?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me o seguinte: o responsável pelo processo de seguimento na Caixa Econômica chama-se os contratos, empresas estaduais de água e de saneamento. Quem recebe o dinheiro não é a ODEBRECHT. Nenhuma empresa recebe direto da Caixa Econômica. V. Ex^a tem que responsabilizar os Estados, para checar dentro dos Estados se os serviços do...



O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está certo, mas vi centenas de ofícios de governadores e de deputados e orientações de V. S^a, pedindo para pressionar para liberar recursos.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não é normal que a população brasileira receba água, Deputado?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Veja bem, volto àquela questão: V. Ex^a é um homem extremamente inteligente e suas colocações têm uma repercussão muito grande.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. S^a também é muito inteligente, por toda essa estrutura por que é responsável.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não sei se a troca de amabilidades está ajudando. (ininteligível) Peço a compreensão do resto do Plenário.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra, porque esse assunto é da maior importância. Inclusive V. Ex^a assinou hoje à tarde um ofício para o Presidente Itamar Franco, pedindo exatamente informações na área da Caixa Econômica, na área do saneamento, na área da habitação popular, e eu não gostaria de deixar passar esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu só queria concluir, Sr. Presidente e Sr. Relator, dizendo o seguinte: é evidente que quando a Construtora Norberto Odebrecht trabalha com o setor privado, os valores das obras são outros. Não é necessária essa estrutura poderosíssima de corrupção, quer dizer, na contraface do Estado existe uma das mais poderosas estruturas de acompanhamento do Orçamento que jamais essa Comissão do Orçamento chegou à 10% das informações, do rigor e da consistência dessas informações. Agora, esta CPI vai ter que propor uma reforma do Estado, medidas profundas e modificações, e mais, temos o desafio de entrar dentro da Caixa Econômica Federal, do Ministério da Ação Social e do DNER.

Quero concluir dizendo o seguinte: se bem que na opinião pública o que importa é o Congresso Nacional, o Congresso Nacional não tem responsabilidade por um terço dos recursos que a Construtora Norberto Odebrecht coloca e libera dentro do Orçamento. Portanto, temos que entrar no Executivo e ver a outra ponta desse esquema que começa e termina dentro do Executivo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como eu disse, V. Ex^a enviou à Presidência da República, hoje, um ofício da maior importância, solicitando dados de 1989 para cá, exatamente nessas áreas - de financiamentos da Caixa Econômica inclusive. Então, eu queria aproveitar, enquanto não vêm os dados solicitados ao Planalto, para indagar do Dr. Ailton o seguinte: certamente, pelo que vi, a Construtora Norberto Odebrecht não é um cliente da Caixa Econômica, não toma dinheiro emprestado à Caixa Econômica, certo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito. A Caixa Econômica financia diretamente construtores e...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certo. Perfeito. Então, tudo que ela recebe da Caixa Econômica é em função de prestação de serviços a municípios maiores, a estados e à própria União. Queria saber o seguinte: quais são as áreas em que primordialmente a ODEBRECHT atuou nesses últimos quatro anos (estradas, saneamento, habitação popular, barragens)? Quais foram os segmentos?



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Relator, eu não tenho assim de cabeça, mas poderia informar mais ou menos que a nossa participação no setor rodoviário, nos últimos quatro anos, é muito pequena, 2 ou 3%, talvez, do nosso faturamento. Na área de saneamento, assim como houve em 1990, este ano vai ter 15, porque os financiamentos acabaram. Então, na área de saneamento, cerca de 8 ou 10%; na área de energia, também cerca de uns 10%.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. S^a poderia me informar se nessa atividade houve consorciamento com outras empresas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Temos alguns consórcios inclusive em alguns Estados e em licitações...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E em Pernambuco, V. S^a sabe que tem lá o Projeto Nassau e também participação na construção de alguns trechos de estradas pelo DNER. Eu pergunto: a Odebrecht trabalha sozinha em Pernambuco ou se associou, quer na área de estradas, quer no Projeto Nassau, a outras empresas, outras empreiteiras e quais?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho esse conhecimento. Sei que no Projeto Nassau estamos só e, nos outros programas, eu teria que pedir as informações ao Diretor Regional. De cabeça, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, antes de inquirir o Dr. Ailton, perguntaria se as primeiras perguntas feitas pelo Deputado Aloizio Mercadante constam naquele relatório primário do Senador José Paulo Bisol, nos documentos referentes? E se consta o número das páginas?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloizio Mercadante poderia responder?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, parte da documentação consta. A outra parte, a Presidência nomeou uma diligência composta por mim, o Senador Francisco Rollemberg e o Deputado Moroni Torgan; encaminhamos, na sexta-feira, toda documentação para o Relator e para o Presidente. As informações que o Relator não se utilizou, na sua arguição, o Senador Rollemberg utilizou parcialmente, eu utilizei parcialmente e tenho certeza de que o Deputado Moroni fará o mesmo, para tentar aproveitar dados que tivemos muito pouco tempo para poder processar. Hoje, ficamos praticamente toda manhã tentando preparar e complementar a intervenção.

Alguns documentos não são do conhecimento de todos os parlamentares, mas é da Mesa, do Relator e da diligência que foi tomada para esse trabalho específico.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu não posso estar satisfeito, é lógico, porque eu faço parte também da Comissão de Patrimônio Fiscal e não tenho conhecimento desses documentos. E acredito que outros parlamentares também.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas essa matéria, Deputado...

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, mas não pode ficar sem também o direito de uma réplica. Essa matéria, em primeiro lugar, não é pertinente à Subcomissão de Patrimônio. Foi em consequência dessa primeira diligência feita, que se fez a segunda e a terceira.

Ainda hoje, pela manhã, estavam sendo ouvidos pelos três Parlamentares os disquetes; são 68 disquetes, e não dava tempo de informar a todos.

O SR. PEDRO PAVÃO - São 84 disquetes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - São 84 disquetes. Agora, eu mesmo não conheço. Era preciso aproveitar para se fazer perguntas.



O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas cabia, naturalmente,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a. não está sendo marginalizado. As informações chegarão todas a V. Ex^a.

O SR. PEDRO PAVÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É melhor V. Ex^a. contar o seu tempo a partir de agora.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de informar ao Deputado Pedro Pavão que o relatório do Senador José Paulo Bisol, no qual eu ajudei e sobre o qual tenho co-responsabilidade quanto às suas virtudes e aos seus defeitos, corresponde a apenas cinco caixas de documentação. Mais dez caixas de documentos...

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu apenas perguntei se fazia parte do processo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Mais dez caixas estão sendo levantadas; são 84 disquetes, 45 megabytes, e alguns documentos que estão aí e que foram entregues à Mesa não correspondem nem a 10% da documentação que lá está. Essa argüição, num certo sentido, é prematura, e ainda vamos ter muita informação sobre os documentos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, a partir deste momento começa o tempo de V. Ex^a.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu gostaria de perguntar ao ilustre depoente, Dr. Ailton Reis - que é uma pessoa inteligente, já demonstrou tudo isso - se poderia memorizar o porquê da criação da CPI que investiga a Comissão de Orçamento? V. S^a se lembra do fato que levou à criação da CPI?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tomei conhecimento através da imprensa, e todos nós, no Brasil inteiro, temos lido bastante sobre esse assunto.

O SR. PEDRO PAVÃO - Então, V. S^a. tem conhecimento natural de que a denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos prende-se a dois esquemas dentro da Comissão de Orçamento: um, dentro das subvenções sociais, e o outro, que relaciona diretamente o Parlamentar ou, mais diretamente, aqueles que faziam parte da Comissão de Orçamento, para com as empreiteiras.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. PEDRO PAVÃO - Qual seria o grau de gravidade ou de credibilidade que V. S^a poderia dar a essa denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos, a partir da qual foi criada a CPI do Orçamento e que é pertinente, naturalmente, ao envolvimento das empreiteiras para com os Parlamentares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, não tenho condições de fazer uma avaliação desse tipo, a não ser achar que deve ser feito tudo, e a reformulação do Estado brasileiro, porque tudo isso que está aí é decorrente de um modelo. Por que as obras no Brasil saem caras? Porque o Estado é inadimplente, porque ninguém cumpre com compromissos, porque há uma desordem. O mais importante que se pode obter é uma reestruturação do modelo brasileiro, ou seja, é avançar com a privatização, se não esses problemas todos ocorrerão.

Então, dentro do que V. Ex^a me pediu para opinar, não tenho profundidade para me manifestar. Apenas eu gostaria de dizer que achamos muito positivos, não temos nenhuma ressalva contra os trabalhos da Comissão, estamos dispostos a colaborar com ela. A nossa empresa é competente, trabalhamos com produtividade e podemos dar grandes contribuições, desde que não haja...

O SR. PEDRO PAVÃO - Naturalmente a opinião pública lá fora não tem essa consideração que V. S^a tem. Foram apreendidos documentos em sua residência que



o senhor contesta, o senhor assume a paternidade dele, eu digo, não é da empresa, são rascunhos que o senhor fez. Na realidade, o que se traz a público, o que se traz a todos que estão presenciando a sua inquirição é que as obras são superfaturadas, que existiu, naturalmente, o favorecimento por parte dos Parlamentares, da Comissão de Orçamento, que houve facilidade dentro do Executivo para que essas obras, os recursos fossem liberados ao ponto de V. S^a acrescentar valores.

O mais triste de tudo isso é que, sem citar nome de Parlamentares, pois V. S^a já assumiu esta paternidade e não adianta querermos consertar, V. S^a já assumiu a paternidade que é sua idéia, pelo menos a idéia de se criar aquele fato, mas a opinião pública, que lê jornal, que vê televisão e ouve o rádio, não tem essa mesma concepção e formação, portanto, estamos aqui tentando subtrair, tirar de V. S^a aquilo que estamos procurando de todos os depoentes.

Já tivemos depoentes que ganharam na loteria, depoentes muito importantes relacionados com os números aplicados em seus papéis. Tivemos depoentes que disseram que a sobra dos recursos, ou seja, a movimentação financeira das suas contas prende-se ao fato de ajuda financeira, ajuda natural que vieram através de contribuições de empresários, de empreiteiras, por que não dizer?

Então, já ficou caracterizado, já houve, por parte desses Parlamentares, uma grande contribuição quando disseram que a sobra de recursos de campanha, doado pelas empresas, é que fizeram com que suas contas se avolumassem. Já houve uma contra-informação dessa que V. S^a está nos dando. Lamentavelmente V. S^a não trouxe nenhum subsídio.

Por exemplo, o Dr. Cecílio, da C. R. Almeida, que depôs aqui na Comissão de Subvenções, foi claro e transparente: as empreiteiras ajudam; "dou o que é meu". Ele assumiu a paternidade de ter contribuído com candidatos e até com o Presidente; isso é muito importante para nós. Não é justo que a ODEBRECHT também não tenha feito e não fará isso. Na verdade, V. S^a não nos deixa contente e, mais do que isso, a opinião pública continuará ainda mal informada, pois todos aqueles que têm conhecimento sentam aí e procuram não contribuir, lamentavelmente.

Pergunto: a ODEBRECHT mantém algum cofre, em algum banco da cidade, alugado, de Brasília?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, inclusive disseram que em minha casa tinha um cofre, também.

O SR. PEDRO PAVÃO - Pergunto em nome da empreiteira ou em nome de V. S^a?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Nenhum cofre.

O SR. PEDRO PAVÃO - No Banco Itaú?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, que eu tenha conhecimento não.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. S^a está sob juramento. Está sendo gravado apenas esta pergunta; V. S^a alega que não tem conhecimento e que a empresa não tem?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Ex^a me dê oportunidade de ver. Permita-me que foi dito que eu tinha oferecido 1 milhão de dólares, que foi dito que eu tinha ...

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, não é isso.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Gostaria de ressaltar, porque essas coisas ditas tornam-se um problema.

O SR. PEDRO PAVÃO - Naturalmente V. S^a fez a quem perguntou. Não estou preocupado com isso. Minha pergunta é se a empresa mantém, ou V. S^a, um cofre.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não, que a empresa tenha feito, não tenho conhecimento.



O SR. PEDRO PAVÃO - Se a empresa fez, não foi com seu aval? Tenho aqui em mãos, e vou passar a V. S^a, um informe de 9 de dezembro de 92, procedente de Goiânia, descrevendo o "compromisso", em março de 90, através de fibra 072/90 de 3,27% do valor do contrato estimado em dólar, 421 mil 470 dólares sobre a construção do Edifício sede da Justiça Federal em Goiás. Ele, bem transparente, é lógico que não está assinado. Vou passar, construção do Edifício sede da Justiça Federal, Goiânia, concorrência 001/89, Goiás. Aqui então está um demonstrativo em anexo. Vou passar às mãos de V. S^a, para que possa me responder...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho conhecimento desse documento.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não faz alusão a quem possa ter encaminhado? É da empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, não tenho conhecimento desse documento.

O SR. PEDRO PAVÃO - Muito obrigado, está respondido.

Eu faria a seguinte pergunta, agora mais pessoal, porquanto V. S^a disse que estaria aqui tanto em nome próprio como em nome da empresa: V. S^a poderia declarar as fazendas de sua propriedade e qual o custo da compra dessas fazendas, se é que V. S^a as tem?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu, ilustre Deputado, adquiri a minha primeira fazenda no interior da Bahia em 1979, comprada com esforço e muito trabalho. Essa fazenda foi se ampliando em torno de si mesma. Todas as escrituras, minha declaração de imposto de renda, tenho tudo para colocar à disposição de V. Ex^{as}.

O SR. PEDRO PAVÃO - Em 1979, V. S^a já trabalhava na ODEBRECHT?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho vinte anos de ODEBRECHT. Trabalhei em duas empresas, Sr. Deputado: em uma empresa entrei com estagiário e trabalhei seis anos; depois, fui para a ODEBRECHT e tenho vinte anos naquela empresa.

O SR. PEDRO PAVÃO - Naturalmente essa propriedade foi adquirida com o seu trabalho junto à ODEBRECHT, ou V. S^a teria um outro rendimento que justificasse o investimento?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O Sr. Deputado é de qual Estado?

O SR. PEDRO PAVÃO - Sou de São Paulo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As fazendas em São Paulo são bem diferentes. Na minha fazenda, hoje, o gado está comendo mandacaru. Não sei nem se V. Ex^a conhece...

O SR. PEDRO PAVÃO - Não; eu fiz apenas uma pergunta: V. S^a adquiriu a dita fazenda...

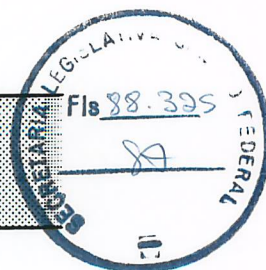
O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Em 1979, com meu trabalho na construtora...

O SR. PEDRO PAVÃO - ..na construtora ODEBRECHT?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - ... nos meus 20 anos de trabalho de 16 horas por dia e, às vezes, até 18.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu apenas vou encerrar a minha inquirição, lembrando que V. S^a pediu duas mil desculpas aos parlamentares acusados, o que naturalmente...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Acusados não...



O SR. PEDRO PAVÃO - De uma forma ou de outra, já estão na mídia como acusados de pertencerem a uma máfia, como é citado por alguns parlamentares dentro da Câmara dos Deputados ou por intermédio da Comissão de Orçamento.

Assim, faço-lhe a seguinte pergunta: V. S^a assume judicialmente o mal que causou a eles ou, neste ato, representa apenas a sua empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa pergunta...

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu preciso de uma resposta. V. S^a assumiu a paternidade da confecção dos documentos, em nome da empresa ou em seu nome?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Quem é que assume o trauma da minha família que está lá com meus filhos?

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu lhe dou todo o direito de se defender, mas lhe fiz uma pergunta.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho condições de responder. Não sou advogado, sou engenheiro. Não tenho condições de responder a sua pergunta.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. S^a foi bastante transparente quando lhe perguntaram... já lhe fizeram essa pergunta, só que não exigiram a resposta.

V. S^a assumiu a paternidade da confecção desses documentos e pediu duas mil desculpas a todos os parlamentares que ali foram relacionados. Eles já estão na televisão, no rádio, no jornal, já são manchete de *Veja* e coisa que o valha.

Assim, faço-lhe a seguinte pergunta: V. S^a responde judicialmente pelo ato que cometeu, pessoalmente?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, não posso assumir uma questão desse tipo, porque também sou vítima nesse processo. Sou vítima, nobre Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nem em nome da empresa nem em seu nome próprio?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa é uma pergunta que tem de ser feita à Organização.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas por quê? Pedir mil desculpas não vai resolver nada. Alguém vai ter que pagar pelo ato que cometeu. Apenas isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Espero também que seja resgatada a minha dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, algumas das perguntas que eu iria fazer já foram feitas. Restou apenas aqui a avaliação de um documento que teria sido encontrado na residência do Dr. Ailton. Daí porque pergunto a S. S^a: foi encontrado em sua residência um documento dando conta de que haveria uma reunião ou que foi realizada uma reunião, com a presença da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Esta reunião teria a participação da equipe do DOU, onde haveria a presença de um consultor independente, como se fosse elemento da Assessoria da Câmara, mas que, na verdade, seria o representante da sua empresa.

V. S^a confirma isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não conheço esse documento, Deputado. Não é do meu conhecimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. S^a não reconhece esse documento? Não tem notícia dessa reunião.



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho notícia dessa reunião.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Esse documento, não sei se V. S^a, nesse curto espaço de tempo, teve a oportunidade de analisar, diz respeito a uma análise sobre a ampliação da capacidade de investimentos do Orçamento de 1993, em que se fala também do empenho da empresa que V. S^a representa, no sentido de que não venham ser reduzidos os percentuais do Orçamento para 15%, no caso de investimentos, já que o volume de emendas ficará em cerca de 600 milhões de dólares, retirando-se 200 milhões que estão destinados ao DNER e que, tradicionalmente, não saem do DNER, ficam 400 milhões que poderão ser remanejados. V. S^a poderia esclarecer?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Felizmente eu gostaria de colaborar com o Senador do Rio Grande do Norte, mas realmente não tenho conhecimento dessa matéria, desse documento. Realmente não tenho como colaborar nessa avaliação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. S^a não reconhece a... Ele foi apreendido na residência de V. S^a.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Na minha residência-escritório, todos os nossos representantes regionais encaminhavam documento, como o famoso documento que tem deixado todos nós irritados, o documento famoso. Eles mandavam documentos. Não significa que tenho ligação direta ou responsabilidade com documentos, daí porque a pergunta do ilustre Deputado. Funcionei como banco de dados, armazenando documentos, olhava o documento, não tem sentido, colocava-o no local... não tenho conhecimento desse documento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas V. S^a admite que possa ter recebido esse documento de quem? Mesmo sem dar a ele a importância que V. S^a afirma.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É difícil avaliar, Senador, realmente não tenho condições de avaliar... Sei que são feitos estudos de processos de avaliação. Não sei se a pergunta do senhor é quem elaborou esse documento?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Já que V. S^a não reconhece...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Porque, no momento, não estou... quando num documento, tenho participação, dando uma olhada rápida, tenho conhecimento. Esse documento, não tenho conhecimento de causa, não sei se é nosso. Essa é a questão. Não estou familiarizado com esse assunto e com esse documento para poder me pronunciar.

Não vamos imaginar que todos os documentos levantados lá em casa, possa conhecê-los ou tê-los feito indiretamente. Aí seria realmente...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, as minhas perguntas foram calcadas nesse documento. Já que o Dr. Ailton afirma desconhecer-lo a despeito de ter sido apreendido na residência dele, até me dispenso de fazer outras perguntas, mas gostaria apenas de ressaltar aqui o que diria o nosso consultor. Ele faria um estudo, após análise da Receita, vendo o seu impacto no Orçamento, e proporia saídas para o problema. Nesse momento seria possível constatar se o Executivo subestimou a Receita Ordinária - Fonte 100, que nos interessa, e superestimou a receita de seguridade de outras fontes vinculadas.



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sinto muito não poder contribuir numa intensidade maior.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Depoente, foram apreendidos em sua residência mais de 80 disquetes.

Pergunto, inicialmente, se o senhor digita e elabora pessoalmente os seus arquivos e diretórios, ou se o senhor usa outra pessoa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desses disquetes desconheço a quantidade, até porque deveriam ter sido anotados. Então, questiono os disquetes...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perguntei se o senhor digita.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não digito. Não sei...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está respondida a pergunta.

Peço que o Relator, por gentileza, empreste aquelas anotações manuscritas ao nobre Depoente, para que eu lhe indague o seguinte: às páginas 1 a 3 há uma caligrafia; às páginas 4 e 5 há outra caligrafia; às páginas 6, 7 e 8 há outra caligrafia; e, à página 9, volta a haver uma caligrafia anterior. Portanto, nem todas essas páginas foram escritas por V. S^a. Confere?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Confere. A minha caligrafia está na primeira.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ótimo. Quero, com isso, dizer, Sr. Presidente, Sr. Relator, que, ao contrário do que disse o Depoente, outras pessoas sabem ou sabiam dessa relação de percentuais e de obras com indicação, sobretudo, de iniciais de parlamentares.

Ao contrário do que disse o Depoente, pelo menos quatro pessoas tinham conhecimento dessa questão. Não era um assunto de domínio restrito do Sr. Ailton Reis.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esta é uma colocação que o Deputado está fazendo. Posso esclarecer.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então esclareça.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Dê-me o maço todo que esclareço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a esclareça, porque há documentos com pelo menos três caligrafias, e mais os disquetes que V. S^a confessou que não digitou. Portanto, quatro pessoas, pelo menos, sabem...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O que há nos disquetes, que eu não conheço?

O SR. LUIZ SALOMÃO - As mesmas coisas que constam destas páginas. O nobre Relator não tem mais as folhas e posso encaminhar para o Depoente.

Gostaria que V. S^a identificasse a caligrafia de cada uma dessas notas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esta aqui é minha. Esta aqui, esta...

O SR. LUIZ SALOMÃO - A sua é a mais "garranchuda"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Depois, há uma letrinha de forma, mais direitinha. Essa letra, de quem é? Essa que está na sua mão esquerda?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É possível que no momento em que eu estava fazendo, porque deve haver em duplicidade isso aqui com a minha letra...

O SR. LUIZ SALOMÃO - E quem passou a limpo?



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não me lembro. Infelizmente, não...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a, então, reconhece que outras pessoas da organização conhecem essa história, o que é uma irresponsabilidade?

No início do seu depoimento, V. S^a disse que somente V. S^a sabia...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me, Deputado. Eu coloquei que eu era o único responsável...

O SR. LUIZ SALOMÃO - E era de conhecimento restrito. Anotei a sua frase.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - ...e estava guardado comigo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a disse que era de conhecimento restrito.

Há, pelo menos, três pessoas...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Na colocação que V. Ex^a está fazendo, ilustre Deputado, retifico, para que não haja nenhum tipo de colocação com relação a alguma omissão, ou situação colocada...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pergunto, então, o seguinte: quem faz a estimativa do percentual ou do valor do auxílio a ser dado aos candidatos a Presidente da República nas eleições de 1994? V. S^a fez para Governadores e Deputados.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa questão de Governadores, Deputados, e como V. Ex^a mesmo pede, de Presidência da República, essa questão é encaminhada para um colegiado...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quem decide isso, o Sr. Emílio Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É um colegiado da organização, do qual não participo. Indico o que pode ser acatado ou não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^{as} - falo no plural - tinham a intenção de montar o PNO - Partido Norberto Odebrecht -, financiando mais de quarenta parlamentares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não temos essa pretensão com relação a financiamentos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas atuavam como uma Bancada aqui dentro. Quando dizem...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu desconheço...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em seus documentos, há anotações dizendo que há uma lista de Deputados que atuam em favor da Norberto Odebrecht, em CPIs, em Comissões Permanentes, aprovando emendas em seu favor?

Uns cobrando e outros com promessa de apoio futuro.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, V. Ex^a é também um dos expoentes, em termos de competência.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Economizemos os elogios.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu sou uma pessoa que leio, também, e acompanho o trabalho parlamentar. O que ocorre é o seguinte: aquele documento é uma manifestação unilateral de um servidor da empresa, que não foi levado adiante, ok? Essa não é a posição da Organização.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ok.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A Organização não endossa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só adianto a V. S^a que não é unilateral, porque há, pelo menos, três ou quatro pessoas que participaram disso.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Esse documento que o senhor citou... O famoso documento que o senhor citou.



O SR. LUIZ SALOMÃO - Tudo bem. Vamos adiante. V. S^a costuma se reunir com parlamentares fora do Congresso Nacional?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Todos os encontros que tive, quase na sua totalidade, que eu me recorde, foram feitos... Aliás, não foram muitos, não, Deputado. Talvez possa ter...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Onde foram feitos, senhor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Nos gabinetes. Aliás, muito poucos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. S^a tem na sua agenda, marcado para o dia 16/08, um encontro na residência da Deputada Roseana Sarney.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Hum.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a tem conhecimento disso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu tinha um encontro marcado com a Deputada Roseana Sarney, que não se efetivou, para conversar sobre o processo de concessões; mas não se realizou.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Marcado pela D^a Angélica?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Minha secretária aqui em Brasília.

O SR. LUIZ SALOMÃO - De que se ia tratar nessa reunião?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ia tratar sobre assunto de concessões.

O SR. LUIZ SALOMÃO - De estradas ou de energia elétrica? Concessão de serviços públicos...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Concessão de serviços públicos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ligados à energia elétrica?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, não; em caráter geral.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estava prevista a presença de um membro do Executivo nessa reunião?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Como V. S^a explica, então, a existência, nos papéis apanhados, na sua residência, de um ofício minutado e de um ofício de igual teor, firmado pela Deputada Roseana Sarney, propondo a modificação, o aumento de verbas para o Programa de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento de Água de Imperatriz, no valor de 7,2 bilhões? Foram V. S^{as} que prepararam esse ofício para a Deputada?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Esses documentos a que V. Ex^a se refere. Deputado, vieram do meu representante, lá, do Maranhão, que lhe foram entregues pelo Governador do Estado. Esse programa de Imperatriz é um programa de saneamento, cujo contrato é com o Estado. Lamentavelmente, a emenda, não se sabe por que, saiu para o município. Portanto, o Governador do Estado teve reiteradas reuniões aqui com os poderes competentes e não se conseguiu que... Essa mudança, inclusive, não foi efetivada.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a não acha uma coincidência estranha, de baixa probabilidade, terem sido apreendidos, na sua residência, documentos, emendas redigidas para o Sistema de Esgoto de João Pessoa e de Imperatriz com o mesmo teor, um firmado pelo Deputado Ivan Burity e outro pela Deputada Roseana Sarney, com o mesmo teor?



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho esses documentos... Não tenho...

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Porto de Natal é uma obra da Construtora Norberto Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho a impressão de que lá existem dois programas, sendo nosso um deles.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Um dos programas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Uma das obras é nossa, que deve estar concluída.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a poderia detalhar o relacionamento entre a ODEBRECHT e o Ministério da Fazenda, no que diz respeito à execução orçamentária e a liberação de recursos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não existe, não conheço nenhuma empresa, nem nós, que tenha relacionamento com o Ministério da Fazenda.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas eu tenho aqui, em minhas mãos, dois documentos para os quais chamo a sua atenção: o primeiro é sobre um plano de conversa - aquilo que os americanos chamam de **talk plane** - de V. S^a com o Sr. José Carlos Alves dos Santos; outro, com o Sr. Aurélio Nonô Valença. Além disso, tem aqui um memorando, assinado por V. S^a, convidando os Srs. Francisco Schettini e Paulo Fontenelle para fazer uma palestra para os membros da Organização Norberto Odebrecht. Nesses documentos, V. S^a fala em descobrir meios de se elevar os valores que estão alocados para a ODEBRECHT e de conseguir espaço para as emendas de interesse da ODEBRECHT, que valem US\$500 milhões.

V. S^a lembra desses documento?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de ver esses documentos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Peço à Secretaria que os encaminhe. Estão firmados por V. S^a. Só se V. S^a negar a sua assinatura.

É sua a assinatura da última página?

V. S^a ou a Norberto Odebrecht pagou ao Sr. Schettini ou ao Sr. Paulo Fontenelle por essa consultoria?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Em primeiro lugar, não tivemos reunião com o Paulo Fontenelle.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas estava programada.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estava programada, mas não houve. Com relação ao Schettini, houve realmente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Os senhores o pagaram, como procederam com o Sr. Aurélio Valença.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não o pagamos. Quanto ao assunto Aurélio Valença, que nem conheço...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. V. S^a teve uma conversa com ele.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu, com Aurélio Valença?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, senhor.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ele prestava consultoria para a CVPO, atividade esta que ele deixou, no momento em que entrou para o Executivo. Trata-se de um rapaz de grande valor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Todos reconhecemos. Mas ele confessa, em declarações prestadas à imprensa, que prestava consultoria privada quando era membro



da Assessoria de Orçamento da Câmara e que deixou essa consultoria quando passou para o DOU.

V. S^a concorda, então, que o grupo Norberto Odebrecht tinha entre os seus consultores o Sr. Aurélio Valença?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Durante um período, o Aurélio prestou consultoria à CVPO.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Remunerada?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não sei lhe afirmar se foi remunerada ou não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Foi remunerado o Sr. Francisco Schettini, que fez uma palestra para o grupo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^{as} da ODEBRECHT arrogam-se o direito de acompanhar toda a tramitação orçamentária no sentido de garantir o fluxo de recursos para a continuidade de suas obras. Esta é uma situação. Outra é a tentativa de influir na composição do Orçamento, que está confessa nesse documento, nessa conversa programada com o Sr. José Carlos Alves dos Santos e com o Sr. Aurélio Valença.

Além do Dr. Eliseu Resende, que foi consultor da ODEBRECHT, o Sr. Wando Borges também faz parte dos quadros da empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Wando Borges, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ele não está chefiando ou chefiou recentemente uma missão do grupo ODEBRECHT à Tailândia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não tenho conhecimento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a não tem conhecimento, mas saiba que esteve.

V. S^a é o responsável pela articulação da Construtora Norberto Odebrecht com as outras empreiteiras naqueles órgãos onde há acordos de preços?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, nós não participamos de nenhuma reunião para acordar preço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a é quem cuida da fila, assim esquematizada: a que está em primeiro lugar ganha e, depois, passa para último, e assim sucessivamente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Nós nunca participamos dessa famosa fila a que V. Ex^a está se referindo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a é quem articula a prestação de serviços entre empreiteiras na linha das subempreitadas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Também não, Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Por exemplo, com a SERVÁZ, que tem como principal cliente, em aluguel de máquinas, a sua empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa questão operacional a que V. Ex^a se refere não sei se existe.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a, diante de uma lista que lhe foi indagada...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me, Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Ex^a me perguntou uma série de coisas sobre as quais não tenho conhecimento. V. Ex^a está me perguntando...



O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou lhe perguntando algumas e afirmando outras, mesmo que V. S^a decida não endossar a minha afirmativa.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As outras foram perguntas?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Foram perguntas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Porque nenhuma delas corresponde às minhas atribuições.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O nobre Relator indagou de V. S^a sobre as siglas, sobre as abreviaturas LM, G, ESTADO, C.W, NRMN. Essas siglas estão encabeçadas pelo Rio Grande do Norte. V. S^a pode fazer um esforço de memória para dizer quem é LM?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Infelizmente, Deputado, não posso...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a disse que eram políticos do Rio Grande do Norte. Seria o Senador Lavoisier Maia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu disse a V. Ex^a que a intenção futura de apoio político estaria na linha política, mas não me referindo a esse alinhamento que V. Ex^a colocou.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Seria o Senador Lavoisier Maia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor não sabe! A letra é sua! Como o senhor não sabe se L.M. é o Senador Lavoisier Maia? O senhor foi irresponsável até agora, agora o senhor tem de se definir. Ou é o Senador Lavoisier Maia ou não é o Senador Lavoisier Maia, e faço-lhe outra pergunta em seguida. V. S^a tem que ter a hombridade de dizer. Se V. S^a escreveu, tem o dever de dizer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O depoente conhece o Senador Lavoisier Maia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está ali, é aquele.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Coloquei as questões todas, inicialmente, com relação aos negócios das listas. Então, não vejo...

O SR. LUIZ SALOMÃO - A sua resposta ao nobre Relator pode ter sido aceitável para S.Exa.; para mim, é inaceitável. V. S^a, irresponsavelmente, com o conhecimento de pelo menos mais três pessoas, cujas caligrafias constam de outras folhas, arrolou, entre os percentuais, entre as anotações, a sigla LM. Há uma dúvida na CPI se se trata do ex-Deputado Luís Marques, até anteontem Diretor-Geral do DNOCS, ou se se trata do Senador Lavoisier Maia. V. S^a tem de dar uma resposta a esta questão, para não enxovalhar a honra de pessoas que, neste caso, têm siglas coincidentes.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, coloquei aqui e reitero que não tenho como dizer nomes de siglas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a tem o dever de fazer isso. Foi V. S^a quem escreveu.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero fazer um apelo ao digno depoente para que, se possível, resolva essa questão, porque estamos, aqui, diante de um Senador da República, cujas iniciais correspondem...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Se é para declinar que é o Senador Lavoisier Maia, está declinado a priori que não é ele.



O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não era possível sairmos daqui sem esse esclarecimento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de indagar novamente a V. S^a...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode ser Luís Maria, Lourenço Marques; outros nomes.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a também colocou no seu papel: porto de Natal, relator, e as iniciais VL. V. S^a estava se referindo ao Deputado Valdomiro Lima? Ao lado há o percentual 1,85.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não me recordo, não posso afirmar. Já pedi...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a, além de irresponsável, é esquecido. V. S^a é irresponsável e esquecido. Então, vou refrescar a sua memória.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meu caro Deputado, diz o jurista...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perdão, excedi-me, Sr. Presidente. Peço desculpas e retiro a expressão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Ex^a que conclua, pois já ultrapassou o tempo em sete minutos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perdão, Sr. Presidente, mas é uma questão extremamente importante, para refrescar a memória tão frágil do nobre depoente. Diz ele que "Tio" ou "P" poderiam ser ele próprio. O nobre Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein, já desmascarou essa farsa, mostrando que, pela forma com que está redigida, por quem é o sujeito, quem é a referência, não poderia ser ele.

Um dos expedientes, o ofício, a referência DSMM 4792, de Murilo Martins para AILTON REIS, fala que o que foi dispensado pela portaria do Paulino foi a celebração de convênios do DNOCS com os Governos dos Estados, permanecendo a exigência, prestação de contas etc. Muito bem, descobrimos que o Paulino referido é o Sr. Paulino Garcia, secretário executivo do Ministério da Agricultura, aliás uma pessoa falecida, e firma a Portaria nº 213, de 21 de agosto de 1992. Então, já identificamos o "P" deste dilema, deste mistério que tinha sido colocado pelo Sr. Relator, é o Sr. Paulino Garcia, ex-Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, porque ele é o autor da portaria a que se refere o memorando do Sr. Murilo Martins. Eu lhe pergunto agora: não sendo o senhor o tio, quem seria o tio? O Ministro Cabrera, chefe do Sr. Paulino?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, qual o objetivo do tio, do senhor conhecer o tio? Porque não estou entendendo?

O SR. LUIZ SALOMÃO - "Peço seu empenho junto ao tio no sentido de complementar os valores prometidos para o terceiro trimestre..." e assim por diante. Pergunto-lhe, em primeiro lugar: seria o Ministro Cabrera, chefe...?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A responsabilidade de dar este apoio é minha.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Peço à Secretaria que informe ali com o documento. O nobre depoente está muito esquecido. O codinome "tio" refere-se ao Ministro Cabrera?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sei. Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Como é que o senhor recebe uma solicitação do Sr. Murilo Martins, seu colega de Norberto Odebrecht, pedindo que o senhor interfira junto ao "tio" e o senhor nega que conhece...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É irrelevante para mim se fosse o tio ou o pai, porque a responsabilidade de dar o apoio...



O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas para nós é relevante, porque o senhor está faltando com a verdade. Pergunto-lhe o seguinte: seria o Sr. Cabrera? O senhor diga sim ou não.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Seria o Presidente Collor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então o PC Farias?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Há.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela idade...

O SR. LUIZ SALOMÃO - O seu silêncio é suficiente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não posso, não posso...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela idade dos dois primeiros parece que não caberia ser tio mesmo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Com a palavra o nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, sem descontar do tempo das minhas perguntas, gostaria que V.Ex^a fizesse um esclarecimento, não só a este Plenário, aos membros da CPI, mas também a todo o País.

Em conversa telefônica com o Delegado Magnaldo, fui informado que no dia em que foi fazer a busca dos documentos na casa do depoente, entrou em contato com o Senador Bisol, membro da Subcomissão de Patrimônio e que o mesmo esteve presente na apreensão dos documentos, como também entrou na residência do depoente. Sr. Presidente Jarbas Passarinho, seria muito importante que V.Ex^a esclarecesse a todos parlamentares da CPI, e como disse...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quem é esse cavalheiro aí? Assessor; que fica de costas para a Mesa; nem todos gostam de vê-lo de costas.

V.Ex^a declarou que fez um contato com o Delegado Magnaldo...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Fiz um contato com o delegado Magnaldo por telefone e ele me informou que entrou em contato com o Senador Bisol, membro da Subcomissão de Patrimônio, e convidou-o a ir à apreensão dos documentos. Informou ainda que o Senador esteve presente e que também entrou na residência do depoente.

A pergunta que faço a V.Ex^a, para esclarecer à CPI e ao País de uma vez por todas, é se V.Ex^a recebeu esse comunicado do Senador Bisol e se V.Ex^a autorizou o Senador Bisol a ir como membro da CPI na apreensão dos documentos ou se o Senador Bisol foi por sua livre e espontânea vontade como parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Entendo bem a pergunta de V.Ex^a. Só receio que daqui a pouco esteja sentado ali naquele lugar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, a intenção não é esta de jeito nenhum, mas está criando-se uma polêmica...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta é oportuna. Veja V.Ex^a que até comigo estava em silêncio, obsequioso. Estava em silêncio obsequioso. Acabamos de ouvir o nobre Senador, pelo Amazonas, que declara ter falado com o delegado Magnaldo. E está presente aqui no plenário o delegado federal que, a partir deste momento, começa a ser também uma ligação conosco, e a ele disse que, por escrito, mandei um documento dizendo que a ligação da CPI com o delegado Magnaldo, que faz um inquérito paralelo a este, era o Deputado Moroni.

Porque o delegado Magnaldo convidou o Senador Bisol, eu não sei. Qual o tipo de afinidade, qual a razão pela qual fez o convite, porque isso é sem dúvida uma descortesia, no mínimo, com esta Mesa. Não sai de Brasília um dia: o Deputado Roberto



Magalhães, que é o Relator, e o Deputado Odacir Klein também não; nem à noite. É bom deixar isso claro. Então, por que não fomos contactados para acompanhar, se fosse o desejo do delegado? Essa pergunta eu gostaria de fazer, realmente, mas a ele, porque se colocamos aqui uma pessoa de ligação, deve ser essa pessoa de ligação conosco. Isso já nos deu aborrecimentos.

Vou tratar desse assunto aqui, em uma das nossas reuniões internas, naquelas que, antes de acabar, a imprensa já sabe de tudo que se fez. Agradeço a V. Ex^a a pergunta. Não houve autorização, não houve designação. Todos os casos que temos tido têm sido exatamente através de diligência nomeada. Satisfaz V. Ex^a?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Satisfaz. Muito obrigado, Sr. Presidente. Os dez minutos agora com o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Começo a contar agora o tempo de V. Ex^a.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O senhor poderia confirmar ou negar se alguma vez realizou reunião sobre Orçamento, liberação de recursos junto a algum órgão da Administração Federal, na residência da Deputada Roseana Sarney ou de algum membro daqueles citados pelo jornal? Sim ou não?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor realizou algum tipo de negócio, compra e venda, pagou algum valor a alguma das pessoas, a algum dos parlamentares citados pelo jornal?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor é acostumado a almoçar, jantar, fazer reuniões na residência de parlamentares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, porque nunca fui convidado, nunca tive oportunidade.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nunca foi convidado. No seu conceito, qual o lucro bom, justo, de modo geral, em qualquer país do mundo, de uma empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O lucro maior é aquele de receber em dia, não importa quanto.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Pergunto a V. Ex^a, sou empresário.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A margem de lucro real é 10%.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dez por cento é real? Como V. S^a explica se, nas suas anotações, havia 3%, mais 3%, mais 8%? No meu entender, para concluir, se o lucro é 10%, como a empresa se propunha a distribuir 10% em campanhas eleitorais, por sugestão de V. S^a, que é um homem competente, que está há vinte anos na empresa? Só para que eu entenda que não existe superfaturamento nas obras da ODEBRECHT.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Já expliquei que esses percentuais não têm nada que ver com o problema da obra. São percentuais em relação a um valor que será consignado para a campanha política; não têm nenhuma relação com o valor de obra. Senador Gilberto Miranda, esse assunto de obras superfaturadas - permita-me um minuto - foi falado muito aqui e eu gostaria de falar um pouco sobre o problema.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Agradeço. O senhor me desculpe, mas só tenho dez minutos, senão o Presidente me cassa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não lembre meu passado!...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Desculpe-me. Eu gostaria de retirar dos Anais a palavra "cassação". O Presidente toma o meu tempo de dez minutos.



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Obras superfaturadas são obras que a pessoa fatura, recebe, mas não fez.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sei, mas nas suas anotações consta...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não temos isso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nas suas anotações consta 10%. Para quem tem lucro de 10%, a empresa iria trabalhar de graça. Não acredito que empresa nenhuma trabalhe de graça.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É exatamente por isso que esses percentuais não se referem, não têm nada que ver com lucro.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Como é que V. S^a, já em abril, fazia as anotações, atribuindo valores a dar a parlamentares, baseado em lei eleitoral, se a mesma não estava aprovada?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tínhamos apenas previsões de um processo de acompanhamento. Mas volto a dizer que nada foi prometido, nada foi solicitado, não era de conhecimento dos parlamentares; eram elucubrações internas minhas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. depoente, o senhor poderia, para que não tenhamos mais surpresas nesta Comissão, tendo em vista que existem aproximadamente oitenta disquetes e muitos documentos ainda, explicar-nos ou esclarecer-nos, de preferência sem omitir nada, que surpresas mais o País pode esperar? Essa lista pode aumentar? Existe mais irresponsabilidades de V. S^a, em anotações, sem que parlamentares ou pessoas saibam? É uma pergunta.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A relação de documentos que saiu de minha casa deveria ter sido anotada para que eu também tivesse conhecimento.

O SR. GILBERTO MIRANDA - No relatório do Senador José Paulo Bisol, que todos os Senadores tivemos a oportunidade de ver, consta que há parlamentares que foram citados e claramente usados sem receberem nada e há outros que foram enganados pela empresa. Quais foram citados, quais foram enganados, quais foram usados?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É uma boa pergunta para ser feita ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quais os valores ou qual o montante de valor que a ODEBRECHT conseguiu liberar do Orçamento do DOU, quando este estava contingenciado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A ODEBRECHT não consegue liberações; quem consegue são os donos dos contratos, são os governos estaduais. Como já afirmei anteriormente, só para elucidar essa questão, a nossa participação em dotações orçamentárias é mínima, variando em torno de 5 a 8% nos últimos três anos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nos papéis encontrados na sua residência, pudemos ver um extrato bancário do Banco Econômico, se não me engano, no qual se observa que, entre o dia 22 de julho e 26 de julho, em apenas quatro dias, V. S^a movimentou Cr\$600 milhões (seiscentos milhões de cruzeiros); para nós é muito difícil, tendo em vista que isso foi em julho, calcular quanto seria em dólar essa quantia. Seu imposto de renda esses valores? V. S^a tem essa disponibilidade? V. S^a recebe na sua conta dinheiro da empresa para outras despesas, sem que seja diretamente na conta da empresa? V. S^a assina cheques pela empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Ex^a fez uma série de perguntas; não peguei todas, mas vou tentar esclarecê-las.



Meu imposto de renda todo está à disposição integral do País, dos Srs. parlamentares, não há nenhuma dúvida; se todos os impostos de renda deste País estivessem arrumados e dentro do figurino, como o meu...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Seiscentos milhões de cruzeiros, é muito ou é pouco? V. S^a tem esse dinheiro à disposição para, em quatro dias apenas, dar cheques no valor de Cr\$600 milhões (seiscentos milhões de cruzeiros)?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador, eu tenho minha renda: 50% advém da venda de gado, atividade à qual me dedico em todos os fins de semana. Trabalho em todos os fins de semana.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não quero saber se V. S^a tem gado ou não; apenas se registra ou não, Sr. depoente. V. S^a tem esse valor disponível?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então está ótimo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não é só V. Ex^a quem tem, dinheiro não, Senador.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Penso que não cabe a V. S^a perguntar a mim; quem pergunta a V. S^a sou eu. V. S^a só está aqui para responder; e eu não estou, em nenhum momento, querendo abusar do fato de V. S^a estar na frente da televisão, de jeito nenhum. Estou simplesmente fazendo perguntas que não foram feitas, e tenho aqui a cópia de seu extrato do dia 27 de julho, em que movimentou Cr\$600 milhões (seiscentos milhões de cruzeiros). Eu só quero saber se V. S^a tem, se V. S^a registra, se a empresa deposita ou não.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho tudo em ordem. E lhe digo mais: mantenho uma conta-corrente diária de tudo o que faço e quando a Polícia Federal esteve em minha casa, ela levou esse levantamento desde o dia primeiro de janeiro. Estão lá os ingressos e saques, tudo muito bem detalhado, e o Senador teve acesso a isso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. depoente, após todas as denúncias, V. S^a pretende, caso os parlamentares que constam dessa relação, irresponsavelmente escrita, não sofram nenhuma punição - espero que muitos ou a maioria, pelo que ouvimos de V. S^a não têm nada a ver, não sabiam. Simplesmente eram suas anotações -, V. S^a ainda pretende mandar essa lista de apoio para 1994 a esses parlamentares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa é uma questão que a organização é que vai definir.

O SR. GILBERTO MIRANDA - A empresa ainda pretende mandar presente para aquela lista que apreendemos na sua casa? Acredito que ninguém mais está querendo receber presente da ODEBRECHT.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Os brindes, as agendas tão polemizadas, tenho certeza que todos nós os recebemos em nossa casa de todos os amigos que nos consideram.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu queria aproveitar para pedir ao Presidente da Mesa, e farei posteriormente o requerimento, a quebra do sigilo do fax da ODEBRECHT em Brasília, e se V. S^a tiver, da sua casa. Nós encontramos um fax entre os papéis: Brasília (DF), 2 de setembro de 1993, para o Deputado José Geraldo Ribeiro, fax (061) 318.22.2? e não dá para se ver. Aí há o nome de duas obras de Pólo Cloroquímico, Formosa (BA), Belo Jardim...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.



O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador, tenho a impressão de que V. Ex^a está tratando de um assunto que eu tratei. No seu caso, é o próprio fax ou é uma minuta?

O SR. GILBERTO MIRANDA - É uma minuta.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ah, é a que tenho também. Ele nega que tenha sido expedido.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele nega a extensão do pedido?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Negou.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu gostaria de fazer um requerimento à Mesa para pedir, depois, para que possamos analisar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, tendo em vista o bom andamento dos trabalhos, eu atendo os apelos do Deputado José Sarney Filho, no sentido de retificar a minha informação de que havia um ofício da Deputada Roseana Sarney pedindo liberação de verbas. Eu me equivoquei. Na verdade, é um pedido para transformar o executante do município em Estado.

Era só essa retificação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fica feita a retificação.

Eu vou conceder a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares, que é um dos padrões nossos, aqui, da forma elegante de fazer inquirições.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente e eminentes colegas, eu tinha algumas perguntas, mas, dentro da economia de tempo que deve nos assistir, eu quero dizer que o depoente já manteve uma linha de depoimento declarado. O depoente se escusou na negativa, então eu não gostaria de ser repetitivo e nem tampouco, a esta altura, deixar de respeitar aquilo que o depoente quer dizer perante esta Comissão. Porque mesmo que nós possamos divergir, no momento em que venhamos a fazer um juízo a respeito de suas respostas, eu tenho normas, sou um advogado, de que o depoente, neste momento, quando presta depoimento, tem o direito de dizer sim ou não. Agora, a conclusão do nosso julgamento, evidentemente será feita na sessão de julgamento. Portanto, para não ser repetitivo, porque acho que as perguntas mais importantes já foram feitas, principalmente por aqueles que estão tendo o trabalho altamente louvável e elogiável de fazer um levantamento, digo neste momento que a nossa Subcomissão de Subvenções Sociais por não ser, talvez, a subcomissão que tivesse qualquer envolvimento com a Norberto Odebrecht - também não averiguou nem apurou alguma coisa de relevância -, razão pela qual, neste momento, declino da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Ex^a e entro na lista dos suplentes, concedendo a palavra ao nobre Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, Sr. depoente, V. S^a prestou compromisso de dizer a verdade; se reservou, no entanto, o direito de não declinar a identificação das pessoas nominadas através de siglas. Estas siglas já foram de conhecimento público, em virtude de uma apreensão legítima, legal, feita em sua casa por determinação do Supremo Tribunal Federal. Eu acredito que dentro dessas circunstâncias V. Ex^a não tem o direito, pelo contrário, V. Ex^a tem a obrigação de declinar os nomes das pessoas identificadas por siglas. V. Ex^a prestou o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, e sabe que todas essas siglas já são do conhecimento público. Portanto, volto a insistir que o senhor está aqui sob compromisso, sob as penas da lei, de declinar esses nomes.



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Deputado, sobre essa questão de declinar nomes, eu pediria ao Deputado que reconsiderasse, em função, como já expliquei, de que eram anotações de caráter pessoal. Estou disposto, à semelhança do que foi feito aqui, a colocar, como no caso, por exemplo, do Senador Lavoisier Maia, que não é o nome dele que está ali; do Deputado Valdomiro Lima, não é o nome dele, está certo? E outros que V. Ex^a, por acaso, esteja querendo mencionar dentro do processo de...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso intervir por um momento?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estará o Deputado Luiz Máximo, cujo nome também as iniciais são L e M...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não, não tenho a mínima preocupação com o L e M, sou deputado apenas a partir de janeiro deste ano, não sou do Rio Grande do Norte, sou de São Paulo. Portanto, a preocupação não é essa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas, a empresa é nacional.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, V. S^a persiste na intenção de não fazer a declinação dos nomes referentes àquelas siglas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O motivo a que me reservo para não declinar é que essas anotações estão restritas e em caráter pessoal, e não redundam em solicitações, em promessas, em pagamentos. No momento em que declinar nomes, aí, as pessoas estarão "pichadas" por coisas que não existiam. Então não posso, porque não houve solicitação, não houve pagamento, não há como estar declinando nomes de anotações de caráter pessoal.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu recebo a posição do depoente, embora com ela não possa concordar e, obviamente, faremos, no momento oportuno, a avaliação desse seu comportamento.

Outra pergunta que faço é a seguinte: V. S^a disse que a questão dos percentuais, da indicação de Parlamentares, tudo não passou de um mero exercício de elucubração, com uma projeção para o futuro de eventuais contribuições para campanhas.

Temos documentos que foram apreendidos na sua casa datados de 1993, após a aprovação da lei eleitoral, que permite a contribuição de pessoas físicas e jurídicas, mas temos também documentos datados de 9 de abril de 1992. V. S^a falou que tinha que fazer esse trabalho dessa maneira para depois submetê-lo à apreciação de um colegiado superior da organização. Quer dizer que mesmo em 1992, em abril de 92, sem a existência ainda da lei eleitoral, porque ela só foi aprovada na Câmara em 15 de setembro de 93, aprovada no Senado no dia 22 de setembro de 93, e que veio a ser publicada no dia 1º de outubro deste ano, quer dizer que naquela oportunidade a ODEBRECHT já tinha, então, como programação eventual auxílio a políticos em campanhas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Já tinha mesmo sabendo que naquela oportunidade a proibição...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A proibição de pagar. Não pagamos nem fomos solicitados para tal, então, são previsões para estudo, que poderiam ser aprovados ou não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas, sim, quer dizer que existia a intenção, porque estava sendo feita essa projeção, seria submetida a órgão colegiado e mesmo se não fosse aprovada a lei teria essa intenção para futuro dado?



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, essa decisão seria tomada só na época da campanha em 1994.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Uma outra pergunta que tenho que fazer a V. S^a é a seguinte: qual o seu grau de relacionamento com o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O meu relacionamento?

O SR. LUIZ MÁXIMO - O seu relacionamento.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estive com o Dr. José Carlos Alves dos Santos umas duas vezes. Uma formalmente, através de uma audiência que pedi, quando tomei conhecimento da pessoa dele, pareceu-me uma pessoa extremamente competente, e apenas nos deu alguma informação sumária da visão orçamentária e nada mais que isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Porque dentre os documentos apreendidos em sua residência tem um denominado agenda, reuniões e palestras. Está aqui marcado agenda, almoço com o Dr. José Carlos Alves dos Santos, Brasília, 15 de setembro de 1992. V. S^a também programou almoço com o Dr. José Carlos dos Santos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Como afirmei, estive em torno de duas a três vezes com o Dr. José Carlos Alves dos Santos. É possível ter estado em um almoço com ele.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. S^a não se lembra com precisão.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Com precisão, a data não; mas me recordo. Isso pode ser, inclusive, perguntado a ele. Não sei se ele se lembra de mim, porque numa conjuntura dessas, três vezes só que possa ter estado, num período de um ano e meio, é possível, talvez, que ele me conheça superficialmente.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Também dentre os documentos apreendidos em sua residência...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Significa que esses aspecto do conhecimento através de solicitação, informação, ou de conceituação técnica é possível que possa ter sido o motivo dessas reuniões.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Dentre esses documentos, recolho um que traz a seguinte epígrafe: Programas com o Deputado JCA; depois vem a sigla MBES. Tem aqui várias emendas, obras de drenagem nas Avenidas V. da Gama, Ugungé e Bunogó em Salvador - Bahia. Valor solicitado com 11 milhões 750 mil, valor atendido, 2 milhões; depois tem outra emenda para o sistema de adutora de São José do Jacuipe na Bahia, valor solicitado 11 milhões, valor atendido, 1 milhão. Depois vem o sistema de adutora de Capela do A Alegre e Pintados na Bahia; valor solicitado 11 milhões, valor atendido 10. Depois temos emendas relativas ao Ministério da Integração Regional, obras de infra-estrutura urbana na Região Córrego de Salgadinho - Alagoas. Valor solicitado 3 milhões, valor atendido 1 milhão e 600. Depois temos mais emendas aqui. Mais uma, duas, três, quatro, cinco outras emendas. Gostaria que V. Ex^a explicasse o que quer dizer isso: "Programas com o Deputado JCA."

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Queria ter uma cópia do ...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito ao segurança para apanhar o programa com o Deputado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É. Gostaria que explicasse o que quer dizer esse "Programas".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É bom que se explique. É bom que se explique.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Peço para devolver, pois não tenho outra cópia.



O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para aliviar um pouco a tensão...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, em resposta a sua pergunta, a citação dos "Programas", na realidade, era apenas para referir que os dois primeiros programas eram emendas do Deputado Aleluia da Bahia. Não tem nenhum outro tipo de conotação.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É apenas para referência.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As duas primeiras emendas eram do Deputado Aleluia.

O SR. DEPUTADO - Mas não tem o nome do Deputado Aleluia.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A organização também tinha ou tem o modo de proceder, fazer ofícios, cartas, projetos, encaminhar, apresentá-los a Governadores, Prefeitos, Parlamentares, para que subscrevam que a ODEBRECHT os encaminhasse, porque foram apreendidas minutas de ofícios neste sentido.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essas minutas de ofício apreendida em minha residência-escritório são fornecidas pelos nossos clientes. Pode ter sido pelo Governador, pode ter sido pelo Prefeito ou Presidente do órgão. Não me parece que isso configure nenhum tipo de decisão que possa prejudicar qualquer situação, porque visa um conhecimento nosso.

Deputado, o grande problema é o seguinte. É o dilema de parar ou seguir com a obra. O governante, o dono da obra, quer que a obra seja tocada. E ao querer que a obra seja tocada precisa que os recursos vão para lá; ele faz a versão dele, mas a ação de acompanhamento que é o nosso caso, porque a ação institucional é de responsabilidade do poder político. E principalmente os Governadores, Prefeitos e Presidentes de autarquias do Nordeste, que é a maioria desses programas que estamos falando, têm dificuldades de conseguir, porque há uma competição muito grande a nível nacional. Então, evidentemente que a ele não interessa que a obra pare e a nós não interessa ter contrato-obra paralisado, daí por que o nosso conhecimento, porque senão teremos de parar.

Hoje estamos em um dilema: vamos ter de parar quase tudo, porque não temos - nem nós, nem os donos das obras - condições de fazer uma avaliação sobre qual é o volume de ingressos que vai ocorrer nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março.

Então, o nosso grande problema é o de que os nossos colaboradores, os nossos funcionários são pessoas que vêem. A ODEBRECHT teve, há quatro anos atrás, 20 mil funcionários no Brasil, só a Construtora. Hoje estamos com sete. Esses homens são um patrimônio, porque fizemos obras altamente especializadas.

A posição da ODEBRECHT de estar participando de obras menores é um problema de sobrevivência dessas famílias e desses profissionais. daí por que, para nós, seria mais cômodo sair desses programas de menor relevância e não nos dedicarmos a esse tipo de programa. Inclusive, esse é um assunto extremamente polemizado dentro da empresa, porque achamos que deveríamos estar fora desses programas, e os homens regionais, os nossos representantes regionais, os nossos gerentes, que têm uma tradição...

Veja-se, por exemplo, o caso de Pernambuco, o caso da Paraíba. Quer dizer, os volumes de obras que estão sendo praticados aí são mínimos; e se isso gerar um volume maior de desemprego, aí é que a situação... Nós sairíamos de sete mil homens para três a quatro mil. Essa é uma decisão que estamos sempre pesando.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pelo que entendi - se eu estiver equivocado, por favor, corrija-me -, está havendo uma inversão do procedimento. A ODEBRECHT era e é procurada por prefeitos, governadores, mesmo por presidentes de autarquias, como o



senhor falou, por políticos e Parlamentares para que ela interceda junto ao Executivo para a liberação dos recursos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O senhor entendeu mal a minha colocação.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Se entendi, quero que o senhor me retifique.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu citei o exemplo aqui colocado pelo Senador Francisco Rollemberg de que o pólo cloroquímico lá de Sergipe, que foi uma obra atrofiada durante muito tempo, talvez porque interesses políticos não quisessem que...

O SR. LUIZ MÁXIMO - A campanha, Sr. Presidente, é uma advertência para mim?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é advertência; é apenas uma lembrança sonora de que V. Ex^a já ultrapassou quatro minutos do seu tempo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quatro minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas ouço V. Ex^a.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Vou, então, encerrar, fazendo uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A mim ou a ele?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu olhei para V. Ex^a para ver se obtinha a sua aquiescência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, pergunto ao Depoente o seguinte: nos documentos apreendidos há também uma minuta de um projeto da Companhia de Água e Esgoto do Amapá - CAESA -, onde é feita uma observação no mínimo intrigante: "mudar os termos para não ficar manjado". Peço a V. S^a que a comente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não conheço essa citação, nem esse documento.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor não a conhece, não tem nenhum comentário a fazer, nenhuma explicação a dar? A empresa...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse documento... Como disse a V. Ex^a e aos demais ilustres Parlamentares, eu recebo solicitações, informações.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas mesmo assim, mesmo recebendo as informações, o que quer dizer isso? Eu transmitindo isso para o senhor, agora, o que significa "mudar os termos para não ficar manjado"? O que quer significar isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Como não escrevi, não posso dar a interpretação.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas o senhor não sabe o que significa não ficar manjado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sei qual foi a intenção de quem colocou isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor não sabe, então, dar qualquer interpretação a essa frase?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, seria... Como não participei da discussão que levou a essa observação, não tenho como...

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor sabe, pelo menos, o que significa manjado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É evidente. Deputado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor sabe o que significa. O senhor pode explicar-nos, na sua concepção?



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O senhor quer que eu explique a palavra manjado?

O SR. LUIZ MÁXIMO - O que o senhor entende sobre o que seja manjado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Manjado é conhecido, evidente, não é? Não sei se foi essa a intenção da pessoa que colocou.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sim, porque normalmente é um termo muito utilizado na gíria policial; entre aqueles que procuram praticar algo que não seja lícito, usa-se essa expressão: "cuidado para não ficar manjado, para não ficar marcado, para não deixar pista, não deixar rastro." Esse é o significado que normalmente se tem, pelo menos no meu Estado é assim. Mas se na Bahia ou no Amapá tem outro significado, como o Deputado José Dirceu fala de "manjar", não sei. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concluiu, Deputado?

Vamos tomar um intervalo. Talvez nos socorramos do novo Aurélio para verificar se há alguma identificação no verbete diferente dessa. Mas creio que V. Ex^a acertou em cheio a interpretação, pelo menos no vulgar.

Tomaremos um intervalo de 5 a 8 minutos.

(A reunião é suspensa às 19h34min e reaberta às 19h40 min)



O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Dr. Ailton Reis:

Na semana passada, as instituições tremeram diante do relatório aqui apresentado pelo eminente Senador José Paulo Bisol.

Dentre as graves colocações que S. Ex^a fazia, uma delas era a de que as prioridades do Estado brasileiro eram fixadas não por este, mas pelas empresas empreiteiras e acusava a ODEBRECHT de comandar um pool de empreiteiras que definiriam as prioridades do Estado brasileiro, mantendo uma política de interferência junto aos governantes no sentido da fixação dessas prioridades.

Decorridos alguns dias, constatou-se que as coisas não eram bem assim. Entretanto, pergunto a V. S^a se a sua empresa mantém como política o trabalho de influir junto aos governantes para definição de obras a executar.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Deputado Lázaro Barbosa, a ODEBRECHT não pode, não tem o direito e não faz nenhuma ação isolada visando priorizar os seus programas. Na realidade, a nossa ação é de acompanhamento para evitar que as obras sejam paralisadas. A decisão de paralisar ou não também não é nossa. A única decisão que temos é a que não podemos ir ao mercado financeiro captar recursos para tocar a obra. Fizemos muito isso no passado e tivemos que ir buscar dinheiro no exterior para pagarmos as nossas dívidas. A nossa experiência foi desastrosa, levando-nos quase a fechar a organização no Brasil.

Começamos a fazer obras; os governadores querem obras, os prefeitos também e, na hora de obter os recursos, aí é que é o problema. O que precisamos é que haja uma consciência de priorização de obras, de concluir as obras atuais, de não lançar programas novos e, para isso - essa decisão também não é da ODEBRECHT nem de nenhuma empresa; é daquele que tem responsabilidade com a comunidade - quem decide o ritmo de uma obra é responsável por ela: o contratante - o governador, o prefeito.

Todavia, seria descabido que nós, prestadores de serviço, não apoiássemos os clientes, desde que solicitados, para que o programa pudesse ser tocado. A nossa função não é decidir nem influenciar; é apoiar, desde que esse apoio seja solicitado. Ninguém apóia quem não quer, em nada na vida.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Dr. Ailton Reis, tornou-se lugar comum citar ultimamente que as obras públicas no Brasil têm um preço muito mais alto do que em outros lugares do mundo. V. S^a, com a sua experiência de administrar obras de porte, tanto no Brasil quanto no exterior, confirma essa versão? E se confirma, quais as razões?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A nível de países do Primeiro Mundo, não há a menor dúvida de que o Brasil faz obras bem mais caras; a nível de países de Terceiro Mundo, salvo outros países da África que, talvez, trabalhem com custos mais elevados do que os nossos, não sei; estamos mais ou menos nivelados em termos de América Latina.

Vamos separar duas coisas: obras superfaturadas de obras com preço alto. As superfaturadas são aquelas obras em que a empresa fatura e recebe mais do que ela fez. Estou falando como engenheiro, tecnicamente. Como tal, obras superfaturadas são aquelas que se faturam, mas se executou menos do que estava previsto. As obras brasileiras são obras caras, porque não há um cronograma; os projetos não são bem estudados; não há responsabilidade quanto a pagamentos e o fluxo de caixa com o custo financeiro elevado é que determina o preço da obra. O preço da obra é função do tempo.



Outro fator importante é a inflação. Se houver regulamentação de que o Estado possa cumprir com suas responsabilidades, não tenham a menor dúvida de que os custos de obras brasileiras têm que ser reduzidos substancialmente.

O SR. LÁZARO BARBOSA - A juízo de V. S^a, essas seriam as causas determinantes das obras públicas no Brasil serem mais caras do que as do mesmo porte, realizadas nos países de cultura mais amadurecida?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Na minha avaliação, há também um fator relevante que são os projetos bem escolhidos, que tenham custo-benefício. Há um problema de projetos mal estudados que se alia a esse assunto da inflação, do processo de falta de recursos. Há obras no Brasil feitas em dez ou quinze anos. Não tem alguém que assuma o custo financeiro. Ou a empresa que está construindo, ou o proprietário, ou o Governo. Alguém assume o custo; algo que pode ser feito em três anos, no Brasil, é feito em dez. Ninguém aguenta! Sai ruim e caro para todo o mundo. Ninguém ganha dinheiro no processo inflacionário. Numa obra, hoje, feita com a inflação de 30%, aparentemente, o faturamento de 100% é um número grande. No dia em que ele receber aquele 100%, representará 70%. Há um processo de deformação próprio do processo inflacionário e de uma política melhor orientada nesse sentido.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Dr. Ailton Reis, V. S^a concorda que o modelo de gestão da coisa pública no Brasil precisa mudar inteiramente?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa bandeira, o nosso grupo vem defendendo uma menor participação do Estado. Evidentemente, o Estado tem que estar presente nos grandes temas, nos problemas fundamentais da população. É inevitável que se caminhe de uma maneira associada com os problemas da sociedade, visando compatibilizar essas questões de iniciativa privada, capital estrangeiro e o Governo como um todo.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, vou encerrar as perguntas. Na verdade, entendo como o nobre relator mais ou tão importante, ao mesmo tempo, como definir responsabilidades de possíveis Parlamentares envolvidos no tráfico de influência e que tenham com isto quebrado o decoro parlamentar para a indicação dessa CPI, para que sofram as punições cabíveis. É preciso que geremos, no âmbito desta CPI, condições para despertar a consciência do País para reformar as nossas instituições. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa: Dr. Manoel Ailton Soares dos Reis, V.S^a é um dos diretores da empresa ODEBRECHT e, certamente, conhece muitos Parlamentares pessoalmente ou por meio da Imprensa.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Pessoalmente, não, mas gostaria de conhecer. Conheço pela imprensa, porque leio muito.

O SR. ROBERTO FRANCA - Não conhece muitos, mas conhece alguns?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Alguns.

O SR. ROBERTO FRANCA - V. Ex^a me conhece?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, senhor.

O SR. ROBERTO FRANCA - Já me viu?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Pessoalmente, não. Conheço de nome por várias manifestações de V. Ex^a através da imprensa, da televisão. Conhecia de nome talvez porque tenha um amigo também chamado Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - V. S^a tem um amigo chamado Roberto Franca?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sim.



O SR. ROBERTO FRANCA - É um amigo particular?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, é conhecido do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO FRANCA - Do Rio de Janeiro?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sim.

O SR. ROBERTO FRANCA - Não, porque a família Franca é grande na Paraíba. O prefeito Francisco Franca é parente distante. Faço essa indagação porque a família Franca é uma. Tem muito Franca. É importante saber se V. Ex^a realmente tem um amigo com esse nome ou um nome maior. O meu é Roberto Franca Filho.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. O Roberto Franca que conheço é do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO FRANCA - Eu gostaria de conhecer esse Roberto Franca do Rio de Janeiro, Sr. Presidente. V. S^a certamente facilitará esse contato.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Para maior esclarecimento, qual é a correlação?

O SR. ROBERTO FRANCA - Veja bem. Meu nome foi citado na lista de parlamentares amigos do Nordeste. Pode ser que em outras circunstâncias também apareça um Roberto Franca. Por isso, tenho interesse nesse particular...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - No caso específico dessa famosa lista, o nosso pessoal da área Nordeste encaminhou essa fatídica lista para cá, que foi arquivada.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Ailton Reis, sei que essa lista não foi de autoria de V. S^a; foi de um escritório regional do Nordeste.

Então, é plausível supor que a organização tenha feito avaliações de outras regiões ou só do Nordeste?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estava fazendo em outras regiões mas sem conexão com o meu trabalho.

O SR. ROBERTO FRANCA - Criou-se para a Região Nordeste um estigma muito forte. Parece até que a Região só desenvolve ações no Nordeste. No entanto, sabemos que é uma empresa que trabalha no Brasil e no exterior.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa observação é importante.

O SR. ROBERTO FRANCA - De forma que, se tivesse sido encontrado um documento com avaliação global, talvez tivéssemos uma avaliação global, como já vimos em outros documentos que a empresa faz, do ponto de vista estratégico, e pudessem ser incluídos 200 ou 300 parlamentares que estão sendo avaliados. Por coincidência, o Líder do Governo é de Pernambuco. Por isso S. Ex^a é mencionado. Parece até que, no caso do Nordeste, a empresa tem uma relação especial de amizade com alguns parlamentares do Nordeste. Nesse ponto aparece o Deputado Miguel Arraes, que é uma liderança nacional com base em Pernambuco e que foi mencionado pela viabilidade da sua campanha que está na rua.

V. S^a afirma que a empresa também recomendou a elaboração de documentos parciais por todo o Brasil?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, essa questão foi colocada pela imprensa de forma incorreta. Seria leviandade, irresponsabilidade, incompetência da empresa se propor a fazer uma avaliação e criar uma situação desagradável para ela e para os outros.

O lado pejorativo não pode ser debitado à nossa organização. Eu não quero entrar no mérito dos aspectos políticos e parlamentares, o que não me compete nem à nossa organização. Efetivamente, estou aqui em meu nome pessoal e da empresa para reiterar que, na lista de pessoas que estão em meus manuscritos pessoais, não há



qualquer alusão a pagamentos, a solicitações ou a qualquer coisa dessa natureza. A lista em que constou o nome do Deputado Miguel Arraes foi inserida dentro de um contexto de uma pessoa de uma visão que não é a da organização como um todo e, na hora em que ela veio ao meu conhecimento, acusei porque achei que não tinha cabimento. E checamos essa posição. Foi um problema de má interpretação, de um desejo e não de uma solicitação. São coisas muito diferentes.

É natural que as pessoas que estão lá no Nordeste desamparadas e precisando de apoio, no nosso caso... porque, se deixarmos o nosso pessoal lá sem apoio, pára tudo. Essa é que é a questão. Se deixar o Estado da Paraíba sem apoio, pára. Então, isso foi feito com boas intenções. Infelizmente, criou-se essa celeuma toda e está-se prejudicando todos: a mim, pessoalmente, minha Organização e o nome de muitos parlamentares que estão aí. E eu estou aqui para resgatar, em meu nome pessoal e no da Organização, esse mal-estar criado. É preciso haver grandeza de espírito de todos, porque desejar mal ao próximo é um pecado.

O SR. ROBERTO FRANCA - Estou com um documento aqui, em caráter confidencial e restrito, assinado por V. S^a, que diz respeito ao resultado de uma reunião mantida às 10h30min, com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. A ODEBRECHT tem algum interesse na privatização da ELETROBRÁS?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Olhe, não temos nenhum plano com relação à privatização do setor elétrico. Defendemos a privatização como modelo institucional. Mas, em princípio, não temos nenhum programa voltado para o assunto setor elétrico, a não ser receber as dívidas, que vêm sendo um calote muito longo.

O SR. ROBERTO FRANCA - Num outro documento, Dr. Ailton, há uma referência a avaliações macropolíticas, analisando cenários futuros - "se nada for feito, PT no poder". E há um Item 4, que fala no que fazer: então, liberar bandeiras que possam unir, entusiasmar e responsabilizar o empresariado e, nesse item, dá como exemplo a privatização e a revisão constitucional. Em outro item, fala-se, também, que devemos considerar lutar pela concentração do Congresso na reforma constitucional. V. S^a poderia explicar no que a ODEBRECHT está pretendendo lutar, de que forma, para que o Congresso, vamos dizer, concentre-se na revisão constitucional? Há um interesse específico, no caso da ODEBRECHT enquanto empresa, nessa revisão?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Evidentemente, como parte da sociedade, todos os brasileiros têm condições e devem opinar sobre os grandes temas. A capacidade de influenciar ou não é um problema difícil de ser mensurado, mas é um direito de todos os cidadãos poder opinar sobre os grandes temas.

O SR. ROBERTO FRANCA - Quer dizer, então, que há um item...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As questões políticas aí são um outro tipo de avaliação.

O SR. ROBERTO FRANCA - Porque há um item aqui muito grave, quando identifica como uma coisa que deve ser considerada a dissolução de passeatas e de CPIs para envolvimento de empresários de qualquer setor. Veja que é muito grave o fato de uma empresa se dispor a considerar a hipótese de entrar, não sei de que forma, na dissolução de passeatas e de CPIs.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desconheço essa posição desse documento colocado como da ODEBRECHT dessa forma. Eu gostaria de conhecer esse documento.

O SR. ROBERTO FRANCA - O documento foi mencionado, está aqui: Documento 1, página 5.



Mas, Sr. Presidente, havia outras perguntas que já foram feitas. No momento estou satisfeito. Talvez o Relator-Geral possa, na sua conclusão, finalizar as perguntas ainda.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Por permuta com o Senador Bello Parga, cuja inscrição fica para o final da lista de suplentes, concedo a palavra ao Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Senador Bello Parga, muito gentil e cavalheiro, porque, tendo em vista a necessidade de um compromisso, pedi a S. Ex^a que invertesse a ordem e S. Ex^a fez a gentileza de me atender.

Sr. Ailton, como V. S^a se situa na Organização? V. S^a é funcionário da **holding** ou é da Construtora Norberto Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Senador Mário Covas, eu pertencço aos quadros da Construtora Norberto Odebrecht, não falo pela **holding**.

O SR. MÁRIO COVAS - Nos quadros da Construtora, em que nível V. S^a está?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sou diretor estatutário da empresa. Reporto-me ao diretor vice-presidente executivo, que é o Elier, nosso líder empresarial, responsável pela área operacional da gestão da ODEBRECHT, da Construtora.

O SR. MÁRIO COVAS - Quer dizer que V. S^a teria acima de V. S^a apenas o presidente e o vice-presidente executivo da Organização?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu tenho atividades em Brasília, Salvador, Rio e São Paulo.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas onde é o seu escritório?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Meu escritório é em Brasília.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu gostaria de satisfazer uma curiosidade: certamente, o escritório tem condições. Por que é que havia 36 disquetes, mais 12 pacotes de documentos na sua casa e não no escritório?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Senador Mário Covas, V. Ex^a me deu, inclusive, oportunidade de colocar, aqui, a conhecimento uma coisa importante: minha casa aqui funciona como escritório, e os documentos se encontravam dentro do escritório, onde tenho minha escrivaninha, onde trabalho a noite inteira. Parte dos documentos se encontrava no **closet**, nos armários, e não no banheiro, como foi amplamente noticiado na imprensa. Parte desses documentos é colocada de forma ordenada, visando ao trabalho da semana, porque eu trabalho, como falei, fora **muito tempo**. Então, quando chego de viagem, tenho que estar com os documentos para fazer avaliações. Quando são coisas de somenos importância, eu olho e coloco no lugar de não-prioridade. Então, essa questão de os documentos realmente estarem em minha residência é em função da minha disponibilidade de tempo e de que, na realidade, a minha residência funcionava também como escritório pessoal meu.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas os documentos não são de V. S^a, os documentos são da empresa.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sim, eu tinha lá, Senador, os documentos da empresa e os meus pessoais.

O SR. MÁRIO COVAS - Quer dizer que, entre esses documentos apanhados na busca, incluem-se documentos seus?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, os meus documentos foram vistoriados, as prestações de contas, meu imposto de renda, meu



demonstrativo de ingressos e saques diários de caráter pessoal, tudo isso foi olhado. Como minha esposa estava presente, pediu que aquilo que não interessasse se mantivesse lá. Então, alguma coisa saiu, outras ficaram. Agora, quanto aos documentos que estão lá, são documentos de trabalho, de manuseio de trabalho.

Os diversos canteiros encaminham documentos para mim. Alguns eu encaminho para o escritório, outros eu arquivo. Esse fatídico documento, que tem sido polemizado, que cita o nome do ilustre Deputado Miguel Arraes, foi exatamente um documento que chegou no escritório, e eu, para não manter um documento daquele no escritório, levei para casa.

O SR. MÁRIO COVAS - Perfeito.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Agora, era imprevisível. O que aconteceu, esse episódio, é importante, foi lastimável e serve de lição para todos nós.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator. O ilustre depoente declarou que tudo que se continha nesses papéis é de sua responsabilidade, e agora diz que, em relação ao Sr. Miguel Arraes, recebeu. Recebeu de quem?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu falei, permita-me, ilustre Relator, Deputado Roberto Magalhães, esse documento me foi encaminhado pelos nossos representantes locais como encaminhamento para minha avaliação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De Pernambuco?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - De Pernambuco. Ao considerá-lo improcedente, arqueei em casa...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou satisfeito.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - ... para ter uma conversa pessoal com quem o encaminhou-me.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou satisfeito. Pode prosseguir.

O SR. MÁRIO COVAS - Tendo em vista suas atividades, qual era a área de influência de V. S^a?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Minha atuação é a nível da construtora Norberto Odebrecht, em apoio aos diretores regionais, como uma extensão do vice-presidente.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, V. S^a não tinha uma atuação específica em São Paulo ou em Minas Gerais?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Em São Paulo, eu tinha reuniões com as entidades de classe, porque eu sou Vice-Presidente do Sindicato Nacional da Construção.

O SR. MÁRIO COVAS - V. S^a tinha era a tarefa de dar apoio a todas as direções regionais. É isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito, ilustre Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - Por que uma direção regional encaminhou para V. S^a a relação de pessoas que a empresa deveria ajudar?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Em função da minha posição dentro da organização, foi solicitado aos diretores regionais que encaminhassem nomes, única e exclusivamente nomes, para que eu copilasse esses nomes, incluísse ou retirasse, e fizesse um encaminhamento à empresa para fazer uma avaliação das decisões futuras.

O SR. MÁRIO COVAS - Isso é compreensível. O que é pouco compreensível é por que só a do Nordeste respondeu.



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É porque a área Sul é uma área de atuação da CBPO e não da CNO, e da TENENGE. Se não, efetivamente, a pergunta do Deputado, do qual não me recordo o nome, perguntou essa posição - acho que foi Roberto Franca - se não estaria em nome de todos os parlamentares, sem nenhum tipo de situação desagradável ou pernicioso.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, a única das direções regionais que mandou foi a do Nordeste.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas isso tudo está em um documento só?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O documento que fiz não tem nada a ver com esse que está aí.

O SR. MÁRIO COVAS - Não tem nada a ver com o que o senhor recebeu?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Ele estava nos meus documentos em casa.

O SR. MÁRIO COVAS - Sim, o senhor recebeu e, então, fez essa síntese que está escrita aqui? É isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, de jeito nenhum. Deus me livre! Essa síntese aí não tem nada a ver comigo. O meu encaminhamento à organização, eu gostaria de saber, porque preciso ter acesso aos documentos e encontrar o que eu fiz, até para que isso possa ser melhor avaliado.

O SR. MÁRIO COVAS - Estou me referindo ao documento, nota para reunião de 28/09/93.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Exatamente esse documento não fui eu que fiz.

O SR. MÁRIO COVAS - Alguém mandou para o senhor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Mandou para mim.

O SR. MÁRIO COVAS - O que pergunto é exatamente isso: por que só uma regional fez isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Junto com esses documentos meus, havia um de Minas Gerais, de Mato Grosso, de todos os Estados do Centro-Oeste.

O SR. MÁRIO COVAS - Sei, mas este não está aqui, não estava lá na sua casa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sei o que ocorreu aí.

O SR. MÁRIO COVAS - Desculpe-me voltar a um tema que V. S^a já falou tanto, que é o tema das relações que vêm acompanhadas de números, de nomes ou, pelo menos, de letras e de percentuais. Vou fazê-lo porque acho que há uma certa lógica matemática nas indicações. Nesta obra aqui está escrito: Hospital Universitário de Teresina. Aí vem lá: emenda parcial. Aí tem uma espécie de fração, que não chega a ser uma fração. Está escrito: 2%, 4 bi; em baixo está escrito $19 \text{ bi} = 0,4$; 0,4% de 19 bi é exatamente 2% de 4 bi. Em seguida, vem o nome relator-geral: 3%. E aí 15 sobre 19 bi; 15 bi é a diferença, para 19 bi, de 4 bi; 15 bi sobre 19 bi, 3% disso, dá 2,33%. Essa lógica se repete em todos os casos. V. S^a já acentuou, e não vou discutir esse ponto, de que a sua intenção ao fazer isso era uma projeção futura de eventuais ajudas para a campanha, coisa que, conforme V. S^a salientou, hoje é permitida pela lei. Mas a idéia de V. S^a com relação a isso, eram ajudas para campanha que fossem proporcionais aos fatores, aos valores das emendas?



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, Senador, não tem nenhuma correlação, e a prova disso é a relação que falei com V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COVAS - Não, só há uma relação. Aquela relação não fala em valores à anterior. Onde se fala em valores é nesta aqui.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sei, mas afirmo ao Senador que não tem nenhuma correlação.

O SR. MÁRIO COVAS - Há, entretanto, algumas coisas aqui que devemos considerar um pouco. De repente encontro aqui: FUNASA, emenda parcial. E aí tem o nome OP, que, por alguém que andou decodificando o documento, entendeu que significava Osmânio Pereira, porque Osmânio Pereira foi realmente o relator parcial. Bem, mas o relator parcial nem sempre é proprietário da emenda. A emenda tem outra origem.

E é muito engraçado porque nesse caso específico o Deputado foi relator parcial e aprovou uma emenda no valor de 2 milhões, que é o que está aqui. O total aprovado, finalmente, foi 17 milhões; 3% de 2 milhões, dá 0,35%, 17 milhões. A conta está certa. Só que depois do 0,35% se riscou. Como foi V. S^a quem fez esse documento, o que aconteceu? V. S^a entendeu que o Deputado Osmânio Pereira - se é que OP quer dizer isso - já não deveria ser ajudado na campanha?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, senhor, não é essa a interpretação que deve ser dada ao documento. Não há nenhum vínculo com o nome do Deputado, porque eu não conheço Osmânio Pereira.

O SR. MÁRIO COVAS - Sim, mas V. S^a sabe porque riscou. Foi V. S^a que riscou.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu teria que ver o documento. Já deve ter muito tempo e não me recordo.

O SR. MÁRIO COVAS - O documento é de março de 1993.

Ao final do documento há uma coisa que acho digna de observação. Depois de citar todas as obras, há uma observação final consubstanciada em dois pontos: 1 - os percentuais terão que ser revistos afora definição exata dos números quando da aprovação do Orçamento Geral da União; 2 - concentração para identificar interlocutor no caso do porto de Natal.

O que querem dizer essas duas afirmações?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de ter uma cópia do documento.

O SR. MÁRIO COVAS - Está no texto batido à máquina, ou melhor, texto batido à máquina, não, perdão, no texto escrito à mão, mas escrito com uma letra mais legível. Estava numerado aí, na...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa questão da primeira etapa, do item 1, aqui são exercícios de especulações feitas.

O SR. MÁRIO COVAS - Hein?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não há uma correlação.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas há alguma razão pela qual esses dois itens foram colocados aí?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não me recordo, Senador, qual foi o objeto da observação. Tem muito tempo que isso foi escrito.

O SR. MÁRIO COVAS - V. S^a há de me perdoar, vou ter que fazer uma pergunta de natureza pessoal. Meu companheiro, Senador Teotônio Vilela, que aparece aqui com um percentual e sem nenhuma obra ligada a ele, me pede que faça algumas perguntas, que faço como minhas. Primeiro, como é que o nome dele aparece nessa lista? O senhor tinha intenção de ajudá-lo numa campanha futura?



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Qual é essa lista? Pega a lista aí, eu queria ver a lista.

O SR. MÁRIO COVAS - Aí tem, nos trechos feito à mão, acho que é na folha 19.

O senhor conhece o Senador Teotônio Vilela?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Não conhece?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Quer dizer, conheço como brasileiro, como uma pessoa extremamente honrada e que nos merece todo respeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Olha aqui, vou lhe passar, é o quarto nome aí.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa lista aqui, com os nomes, onde existem esses percentuais não tem nada de anormal nela, porque ela não significa nenhum tipo de situação...

O SR. MÁRIO COVAS - Bem, o percentual existe aí para que efeito? V. S^a já disse anteriormente que era intenção sua indicar empresa que ajudassem nas campanhas com os valores que estão aí. O valor no nome dele é um percentual. Não é um percentual de nada, aos outros...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse caso específico aqui, esse caso dessa lista, não se refere a problema de previsão de campanha.

O SR. MÁRIO COVAS - Qual é o que se refere então?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - São os outros. Os outros documentos. Esse documento aqui, quando fiz essa questão dos percentuais, está vinculado ao volume de recursos que poderia ingressar decorrente dessas fontes, que eram a Fundação Nacional de Saúde, a SUDENE. Isso foi coisa que não se efetivou. Não tem nenhuma correlação.

O SR. MÁRIO COVAS - Muito mais por curiosidade, vou fazer uma última pergunta a V. S^a.

Pessoalmente, ainda tenho a impressão de que o que está demonstrado nessa documentação toda é a organização de uma empresa só e não a de um aglomerado de empresas. Mas há uma longa discussão a respeito de siglas que aparecem aí. Se forem realmente da construtora Norberto Odebrecht, essas siglas são familiares a V. S^a. De modo que vou tentar perguntar a V. S^a o que significa cada uma dessas siglas. O que quer dizer DP-ODB?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Diretor- Presidente da ODEBRECHT.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer CNO?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Construtora Norberto Odebrecht.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer LE?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Líder Empresarial. É uma espécie de Vice-Presidente Executivo.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer RAIS?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Responsável pela Área de Investimentos.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer LLA? Aqui, alguém fala em Lucro Líquido Apurado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Lucro Líquido Apurado.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer GLC? Alguém aqui diz que quer dizer Geração...



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Geração Líquida de Caixa.

O SR. MÁRIO COVAS - Vejo que o pessoal aqui está começando a aprender essas coisas. O que quer dizer RG?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Resultado Gerencial.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer DGI?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Despesas Gerais, que fazem parte do BDI.

O SR. MÁRIO COVAS - Aqui em cima desta lista, está escrito: "Cálculo para o DGI."

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Qual lista?

O SR. MÁRIO COVAS - Essas listas que têm percentuais.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - DGI faz parte do BDI.

Não sei por que está escrito DGI aí. DGI faz parte do BDI; são despesas, resultados...

O SR. MÁRIO COVAS - Esses valores escalonados relativos às emendas estão abaixo de um título que diz: "Discriminação dos percentuais de DGI." Em seguida, vem toda essa relação. V. S^a sabe nos explicar o que quer dizer isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu queria ver o documento.

O SR. MÁRIO COVAS - É esse documento que V. S^a já viu; em cima de todos os documentos está escrito: "Discriminação de percentual de DGI."

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Trata-se de problema de provisionamento de custos, de centros de custos em termos contábeis. No futuro, isso seria debitado ao centro de custos, de despesas gerais.

O SR. MÁRIO COVAS - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Ailton Reis, temos em mãos uma comunicação interna que já foi comentada aqui e que data de 14 de abril de 1993, a qual partiu de V. S^a para o Sr. Rezende: "Destino - CNO; Assunto - Convite para palestra". Tal comunicação diz o seguinte:

"Com o objetivo de termos conhecimento da forma como é elaborado o orçamento, bem como de estarmos informados quanto às suas realidades e dificuldades, convidamos para proferir palestra sobre o Orçamento Geral da União de 1993 os seguintes profissionais: Francisco Schettini, Diretor da Assessoria de Orçamento da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que é o responsável pela consolidação das emendas parlamentares e confecção do Orçamento 93, ao nível de Congresso Nacional. Então, foi convidado o responsável ao nível do Legislativo. Foi convidado, também, o Sr. Paulo Fontenelli e Silva, Diretor da Secretaria de Orçamento Federal - SOF - Órgão da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, responsável pela confecção do Projeto e Lei, proposta do Executivo do Orçamento Geral da União para 1993 e acompanhamento do mesmo para o longo do ano ao nível do Executivo e pela elaboração da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - de 1994 e Projeto de Lei do Orçamento Geral da União para 1994.

Os encontros estavam marcados para Salvador e Rio de Janeiro; logo, não foram aqui em Brasília. V. S^a insiste que é importante a presença e pede confirmação.

Aqui, nos assuntos da palestra, do esquema, vem a análise do Orçamento Geral da União; qualificação: fontes e prioridades: emenda de receita de 3 bilhões de



dólares; comprometimento do IPMF com o Orçamento; distribuição, Estados e Municípios; créditos suplementares; expectativas de aumento de arrecadação, Ministérios com maior disponibilidade de recursos para todos os dois. Esta comunicação interna nos chamou a atenção.

Embora já tenha sido colocado anteriormente, farei uma pergunta um pouco diferente da que foi feita. Qual a relação da organização da CNO, da **holding**, com o Sr. Francisco Squetini e Paulo Fontenelli e Silva.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse é um assunto de competência da **holding**, foi um assunto de interesse da Construtora Norberto Odebrecht.

Na realidade, participei de uma conferência do Paulo Fontenelle, feita no Sindicato da Indústria e Construção, aqui em Brasília. Em função da explanação técnica dele, achei que seria importante que ele transmitisse aqueles conhecimentos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Isso está bem claro.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - No caso do Paulo Fontenelle, ficou marcado e ele não pode ir.

O SR. ZAIRE REZENDE - Mas eu havia perguntado qual a relação dos dois com a empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não existe nenhum tipo de relação. Foi uma situação, vamos dizer, pontual de uma solicitação que pudesse dar discussão técnica.

O SR. ZAIRE REZENDE - Temos um outro documento: reunião de coordenação geral do DP. Data: 4 de maio de 92; assunto: avaliação 91 e planejamento 92; notas para diálogo: 1 - conclusão do relatório 91; do PA, 92, do DP, apreciado em 30 de abril de 92, no CA, cópias sendo enviadas. Mais em baixo está escrito: providências 3.1 com LEs, que V. Sa diz serem líderes de empresas e RAIs, representantes de autarquias e instituições ou responsáveis pelas áreas de investimento e diz o seguinte: praticamente concluído o processo de comunicação LEs-RAIs-DP, referente às equipes. Pagamento: RVs - remuneração variável 91, iniciado conjuntamente com negociações 92. Pagou um ano e começaram negociações 92.

Outro, agendar encontros LEs-RAIs-DP, referente aos seus programas individuais, tão logo conclua as negociações 92 das equipes. Mais à frente: 3.3 - Créditos em conta-corrente sendo efetuados amanhã para LEs-RAIs e integrantes da ODDP, diretamente vinculados.

V. Sa poderia explicar quais são esses créditos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Pois não, esse documento que V. Ex^a leu refere-se ao documento do nosso Presidente, com relação ao tratamento da distribuição de resultados anuais, que ele faz com todos os integrantes da organização.

O SR. ZAIRE REZENDE - Onde entram os Parlamentares e funcionários?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não entram; isso aí é um assunto institucional da nossa Organização, que foi objeto do meu tratamento inicial aqui. A ODEBRECHT participa, durante quarenta anos, distribuindo resultados com todos os colaboradores. Então, temos uma remuneração fixa e uma remuneração variável.

O SR. ZAIRE REZENDE - Lembro-me da sua exposição. Deixo então uma sugestão para a Subcomissão de Bancos, apenas por uma questão de prudência. Essa reunião foi no dia 4 de maio de 1992. Sugiro, então, verificar, no dia 5 de maio de 1992, as contas correntes daqueles que foram apontados como tendo algum relacionamento com a **holding senior**.



Deputado? O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Da nossa empresa, Sr. ODEBRECHT.

O SR. ZAIRE REZENDE - Aliás, V. S^a disse que faz parte apenas da empresa.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Só integrante da nossa holding?

O SR. ZAIRE REZENDE - V. S^a disse que não é da CNO, não é da documento; esse documento é da holding.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse documento é outro documento; esse documento é da holding.

O SR. ZAIRE REZENDE - Naquele primeiro documento que citei...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tem nada que ver com a holding.

O SR. ZAIRE REZENDE - Mas, e: origem: CNO-Brasília, Ailton Reis; destino: CNO, Sr. Resende?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Foi para meu conhecimento que a holding encaminhou.

O SR. ZAIRE REZENDE - Ainda em uma agenda, que já foi discutida com V. S^a. Agenda: almoço com o Dr. José Carlos Alves dos Santos. Data: 15 de setembro de 1992. Essa agenda tem um ano e três meses.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Foi o dia em que conheci o Dr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Certo. Então, temos itens da agenda. Fontes de cancelamento para elaboração das emendas por Ministério. Continua depois: item 3 - diálogo permanente com o interlocutor, José Carlos, durante o processo do Orçamento Geral da União de 1993, para obtenção dos documentos e informações visando o sucesso de nossos programas; item 4 - como serão desenvolvidas as ações no PRODASEN: manutenção ou acréscimo dos números nos nossos programas. Continua aqui, já em 1992, a preocupação com o Orçamento, que vimos nessa outra agenda. Agora, a preocupação com 1993, e também com 1994.

Pergunto: V. S^a pode explicar os itens dessa agenda, sobretudo esse aspecto: "ações no PRODASEN", "como serão desenvolvidas ações no PRODASEN"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não me recordo. O que nós fomos fazer lá foi pedir orientações técnicas e uma visão do... Se é a reunião a que eu fui... Não sei se tem aí a ...

O SR. ZAIRE REZENDE - Agenda. Almoço. Tudo bem. Então, eu perguntaria: qual o relacionamento da Organização com o Sr. José Carlos Alves dos Santos? Ele seria um parceiro?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Nós não temos maior relacionamento. Ele mesmo pode responder isso a V. Ex^a. Talvez seja a pessoa mais indicada para dizer isso.

O SR. ZAIRE REZENDE - Certo. Temos em mãos uma minuta de exposição de motivos encontrada entre seus documentos. "Alteração da redação do art. 3º da Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978". Há vários considerandos, etc., e depois, no final: "Vem propor a adoção de medida provisória, com força de lei, visando a alteração do art. 3º da Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, com a finalidade de transferir aos poderes executivos estaduais a aprovação dos estudos para fixação e autorização dos reajustes de suas tarifas". Seria um assessoria a ser prestada ao Governo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho a impressão de que esse documento pode ter sido alguém do próprio Governo ou alguma instituição que nos deu conhecimento.



O SR. ZAIRE REZENDE - Não caracteriza uma interferência da empresa...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Da empresa, de jeito nenhum.

O SR. ZAIRE REZENDE - Certo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Aliás, ele não está assinado pela empresa; não deve ter timbre nosso...

O SR. ZAIRE REZENDE - Como é que V. S^a sabe?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Porque não vejo como a empresa possa intervir nisso.

O SR. ZAIRE REZENDE - Realmente, V. S^a tem razão: não tem timbre da empresa e não tem assinatura.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O tema que V. Ex^a colocou é um tema institucional, não é?

O SR. ZAIRE REZENDE - Tudo bem. Outra comunicação interna: a origem. Esta bem recente 22 de outubro de 1993. Origem CNO-Brasília, destino unidade DSGCS para o Sr. WUJPMHV. Assunto: Orçamento geral da União de 1994.

Então, há várias colocações, cancelamento ou não das emendas parlamentares apresentadas, divulgação dos nomes dos relatores parciais ou setoriais; mudança do local de funcionamento da Comissão Mista de Orçamento; novo cronograma do Orçamento de 1994; e, no final, uma observação: no entanto é muito importante que os nossos clientes - governadores e prefeitos - enviem durante a próxima semana, aos parlamentares que assinaram as emendas solicitando verba ao Orçamento de 1994, para os nossos contratos, que enviem ofício, via fax, telegrama, etc, agradecendo pela assinatura da emenda, beneficiando a sua região e, ao mesmo tempo, solicitando o empenho dos parlamentares durante o processo de discussão e votação dos relatórios parciais, setoriais e geral garantindo, assim, recursos para o Estado ou Município. E, finalmente, solicitamos que enviem para nós cópia desses ofícios, telegramas, etc.

Pergunto: por que enviar cópia desses expedientes para a CNO?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É uma questão de ter conhecimento dos programas que estamos trabalhando para poder fazer um acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Zaire Rezende, V. Ex^a tem sido sempre tão disciplinado no cumprimento do horário e, hoje, alguns excederam tanto, que comunico a V. Ex^a que o tempo está excedido em quatro minutos, mas que V. Ex^a continua com a palavra em função da disciplina de sempre.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente. Já estou terminando.

Sr. Ailton, o senhor já fez referências ao documento chamado Normas de Consenso. O senhor se referiu, no início da sua defesa, o fato de que, em 1987, existia um prédio ao qual teria sido enviado o documento, levando a CPI a pensar que o documento não teria advindo da sua casa, sob a alegação de que o mesmo datava de dia em que não existia o prédio da empresa.

Eu gostaria apenas de esclarecer que a data original do documento é 6/8/87, mas ele foi transmitido, através de um fax, de 24 de abril de 1992 e não de 1987. É interessante que é originário do SINDICON e destinado ao Sr. Maurício Vasconcelos da Norberto Odebrecht, e o senhor nega ter recebido em abril de 1992, em Salvador, um fax do Sr. Maurício Vasconcelos da ODEBRECHT, de Brasília, contendo cópia dessas Normas de Consenso?



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Negar que recebemos de jeito nenhum, Deputado. Nego que tinha conhecimento desse documento, daí por que nos encaminharam. Nós não participamos da elaboração e nos encaminharam o documento.

O SR. ZAIRE REZENDE - Esse documento, Normas de Consenso, traz na listagem, e consta do seguinte:

"Na confecção de cada lista será obedecido o seguinte posicionamento, respeitada a numeração original das empresas. Firma contemplada, desclassificada a firma que não apresentou propostas. As empresas serão chamadas pela ordem numérica de cada lista e poderão escolher para primeiro, segundo ou terceiro lugares, em qualquer lote, nos editais da reunião convocada.

§ 1º - A firma poderá optar por escolher o segundo lugar, ao invés de primeiro lugar, desde que no lote já exista firma para o primeiro lugar. A mesma situação para o terceiro lugar, ou seja, deverá haver firma no primeiro e segundo lugares e, assim, sucessivamente".

E continua toda uma série... O senhor, então, desconhece?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não temos nenhuma responsabilidade com relação a esse documento. Tomamos conhecimento dele em 1992. Não temos nenhuma obra ganha nessa condição. Temos três contratos com o DNER, todos três ganhos através de licitação de preço mínimo.

O SR. ZAIRE REZENDE - Para nós essa estrutura que a **holding**, ou a empresa utiliza para poder...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É um tremendo mal entendido, o senhor há de convir, porque esse documento não tem nada a ver com a nossa Organização...

O SR. ZAIRE REZENDE - Junto com ele, está um outro fax do mesmo dia, mesma data, mesma origem, resultado do acordo ANEOR, empresas coligadas com cinco pedras. As quarenta empresas não contempladas no acordo anterior tiveram prioridade e receberam os primeiros quarentas números ímpares. Total de empresas participantes: 445. Resultado do sorteio para CNO, CBPO: pedra nº 24, CNO. Pedra nº 150 CBPO. Pedra nº 280 CNO. Pedra nº 296 CNO. Pedra nº 341 CNO. O senhor desconhece?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desconheço a manifestação unilateral que não teve a nossa participação.

O SR. ZAIRE REZENDE - Estou terminando, Sr. Presidente.

O senhor tem sistematicamente negado, assim como também o Dr. Emílio Odebrecht, que exista uma sociedade. O Senador José Paulo Bisol alega que a estrutura administrativa da ODEBRECHT é utilizada como fachada da organização secreta. O senhor considera, realmente, a CNO uma entidade secreta?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Olhe, isso é lamentável para uma organização que saiu do Nordeste, trabalha valorizando o homem, que é a base do nosso crescimento. O nosso crescimento deve-se à confiança nos homens. Trata-se de um processo centralizado.

O SR. ZAIRE REZENDE - Eu perguntaria, então,...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É incrível que se possa criar um tipo.

Coloco a organização à disposição para poder mostrar com maior clareza essa formação das unidades que compõe a **holding** ODEBRECHT.



A **holding** atua em três áreas de engenharia: uma é chamada de CBPO, CNO e a Tenenge. A partir daí, temos os investimentos na área química, na área de petróleo e nas áreas de automação.

Deixei aqui vários elementos que entendo serem importantes de se ver e, realmente, não tem qualquer cabimento criar a configuração de uma estrutura sinistra ou de administração de empresas concorrentes ou seja lá o que for.

O SR. ZAIRE REZENDE - A última pergunta seria a seguinte: temos um documento, reunião de Brasília, 22 de setembro de 1992, Orçamento Geral da União de 1993, apresentação de emendas, presentes os Srs. Ailton Reis, José Caetano, Maurício Vasconcelos e outros. Assuntos: não devem ser feitas ações isoladas, evitar a todo custo expor clientes e a organização. Por que essa preocupação em expor clientes e a organização? O que o senhor define como organização?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu poderia chamar de grupo empresarial. A palavra "organização" foi uma opção. Trata-se da Organização ODEBRECHT, que hoje está sendo mal entendida. Todavia, organização, grupo ou conglomerado essa é que é a conotação.

O SR. ZAIRE REZENDE - Estou satisfeito.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desculpe-me a interrupção e me permita somente complementar o outro documento. Veja bem. Não existe nenhuma manifestação malévola no que está dito aí. São manifestações feitas no sentido de disciplina interna, de postura adequada e não com a conotação pejorativa ou negativa.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, as perguntas que poderia dirigir ao Depoente já foram respondidas no decorrer desta reunião. De maneira que, declino de fazer qualquer indagação.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito da lista de não membros, onde há três inscritos, Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ailton Reis, o senhor tem uma lista ao lado com nomes de percentuais e o senhor fala em Relator-Geral. Quem é esse Relator-Geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, já expliquei essa posição. Não há nenhuma correlação com o Relator-Geral. São situações configuradas, de retórica e não tem nada a ver com Relator-Geral.

O SR. MORONI TORGAN - Relator-Geral não é Relator-Geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - São documentos manuscritos por mim.

O SR. MORONI TORGAN - Sim, é isso que eu quero saber. O que Relator-Geral significa nesse documento manuscrito pelo senhor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa posição estilizada visa apenas estabelecer parâmetros internos, meus, com relação a programas que não têm nada a ver com o Relator-Geral de Orçamento.

O SR. MORONI TORGAN - Com que Relator-Geral tem a ver isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tem a ver com o Relator-Geral.

O SR. MORONI TORGAN - Mas não pode não ter a ver com o Relator-Geral, se o senhor escreveu no papel "Relator-Geral". Tem que ser algum Relator-Geral.



O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero ponderar ao depoente que é essencial declinar quem é o Relator-Geral, porque, senão, vários vão ficar sob, não digo suspeição, mas passíveis de serem individuados como Relator-Geral.

V. S^a já afirmou que esse documento é unilateral; que esse documento não envolve nenhum Parlamentar; que esse documento é de sua inteira responsabilidade. Temos Relator-Geral de Orçamento, Relator-Geral de Comissão de Orçamento e pode haver até Relator-Geral não-sei-de-quê. Não. De CPI, não, porque de CPI é Relator, não é geral.

Essa a ponderação que eu gostaria de fazer. Não sei se V. S^a sabe, mas temos aqui o Plenário, 4 Subcomissões (a Patrimonial, a Bancária, a de Emendas e a de Subvenções), que vão estudar e que vão ter que definir quem é o Relator-Geral. De modo que, se V. S^a pudesse dizer quem é, já que V. S^a não está culpando ninguém, seria melhor. Claro que se V. S^a preferir não dizer, não temos nenhuma forma de coagi-lo a isso porque é um direito seu silenciar.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Infelizmente, não tenho como atender à solicitação do Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor não tem como atender por quê? O senhor não quer dizer quem é?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Não tenho nada a ver com o nome de pessoas aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdão. Tem a ver com percentagens. E aí é que se complica tudo.

O SR. MORONI TORGAN - Esse relatório é de que ano? O senhor dizendo o ano já ajuda.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Ex^a está desenvolvendo uma linha de raciocínio de querer confrontar o documento com questão orçamentária.

O SR. MORONI TORGAN - Não. Estou lhe pedindo uma informação simples: quem é esse Relator-Geral? De que ano é esse relatório? São duas perguntas simples. Está difícil de responder ou o senhor não quer responder?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não tenho agora essa posição. Peço um tempo para pensar nesse assunto.

O SR. MORONI TORGAN - Eu não sei. O Sr. Presidente pode dar um tempo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que ele está pedindo um tempo fora de hoje.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães)(?) - É claro. Depois ele informará à Comissão, se achar que pode.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor tem que pensar qual é o Relator-Geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. A questão não é essa. A questão é que já estão se confundindo um pouco as coisas. Coloquei a posição inicial e agora está-se querendo configurar uma situação diferente. Portanto, eu pediria tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tempo para outro dia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Posteriormente, encaminho a informação.



O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Fica, então, esse compromisso do depoente em nos encaminhar, no tempo que ele achar oportuno - naturalmente, não será muito tempo também para nós -, essa informação.

O SR. MORONI TORGAN - Existem vários aspectos coincidentes com o relatório do Orçamento. Vou-lhe mandar esse outro documento.

O senhor disse que tem uma memória boa, que se lembra quando um documento veio para o senhor. Esse documento já lhe foi mostrado e o senhor confirmou que o recebeu. Não é verdade?

Esse documento veio no fim do ano passado. O senhor precisa de um tempo também para saber quem é esse "tio"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse documento veio no dia 17/09/92...

O SR. MORONI TORGAN - Que eu saiba, fim do ano passado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Efetivamente, esse assunto do "tio" já foi colocado aqui e eu...

O SR. MORONI TORGAN - Mas não foi respondido. Essa é a questão. Foi colocada, mas, primeiro, o senhor respondeu que era o senhor, um tratamento carinhoso dado ao senhor.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Eu coloquei no sentido figurado.

O SR. MORONI TORGAN - Segundo, o senhor desfigurou o sentido e disse que não se lembrava direito de quem era esse tio. Quero ver se o senhor, depois de todo esse tempo, já pôde se lembrar?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado Moroni Torgan, a minha colocação é de que é irrelevante essa citação de tio ou de pai, tendo em vista que existe aqui uma solicitação feita por um diretor regional, pedindo o apoio; a responsabilidade é minha.

O SR. MORONI TORGAN - Então, os diretores regionais participam das reuniões dos órgãos que lhe dão verba?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não recebemos verbas de órgão. Quem recebe as verbas são os Estados que tem contrato e nos pagam pelo serviço que realizamos.

O SR. MORONI TORGAN - Os diretores regionais participam dessas reuniões?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Que reuniões?

O SR. MORONI TORGAN - Das reuniões nos órgãos que dão as verbas ao Estado, que são repassadas a V. S^{as}.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não existem essas reuniões.

O SR. MORONI TORGAN - Esse documento fala de uma.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Existem reuniões... Há, sim, é raro.

O SR. MORONI TORGAN - Ótimo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Temos contrato com o cliente. Então, faz-se reunião entre ele e o cliente, o dono do contrato lá.

O SR. MORONI TORGAN - V. S^a pode ler a reunião? Quem a fez?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Informo que a reunião antes desse época foi entregue ao DNOCS.

O SR. MORONI TORGAN - Ao DNOCS?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Reunião deles lá com o DNOCS.



O SR. MORONI TORGAN - V. S^a disse que tio não tem a maior importância. No entanto, penso que tem toda a importância, porque não tem só esse documento; existem outros, de que me lembro, que fala nesse tio. Ele é o responsável por descontingenciar, por mudar verba, por liberar verba - está aí para o tio carimbar a verba para ir para essa construção. No entanto, V. S^a me diz que o tio não tem qualquer importância. Eu queria ter um tio desse, mas não o tenho!

V. S^a acha que tem importância, ou não?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não vejo relevância nisso. A relevância é se o recurso foi para a obra e se ele foi utilizado, se são serviços medidos e faturados; essa é a relevância.

O SR. MORONI TORGAN - A relevância eu lhe digo. Para terem recurso para essa obra, tiraram-no de outro lugar. Tudo isso tem que ser analisado. Agora, esse tio faz isso. Quer dizer, quem define as prioridades do País é o titio. Eu quero saber quem é esse tio. O documento fazendo referência ao tio é do fim do ano passado; portanto, V. S^a não pode se esquecer de tal documento.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu reitero a posição colocada anteriormente.

O SR. MORONI TORGAN - V. S^a reitera o quê? A primeira, que era figurada, ou a segunda, sem figuração?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A responsabilidade de dar o apoio é minha.

O SR. MORONI TORGAN - Então, V. S^a sabe quem é o tio e não nos quer dizer?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As expressões, às vezes, utilizadas pelas pessoas e situações escritas, dessa forma, podem levar a essas interpretações.

O SR. MORONI TORGAN - Eu estou lhe fazendo uma pergunta: V. S^a sabe quem é o tio e não nos quer dizer. É isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sei quem é o tio.

O SR. MORONI TORGAN - Então, esse seu diretor aí não "batia bem dos pinos", porque falar em tio com V. S^a, um tio que V. S^a nunca soube. No mínimo, foi demitido, porque fazer brincadeira com esse negócio...

Eu queria saber: V. S^a conhece este documento?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ele foi retirado dos documentos de minha casa?.

O SR. MORONI TORGAN - Foi.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Cita o meu nome? Qual a dúvida com relação ao documento?

O SR. MORONI TORGAN - A dúvida é se V. S^a o conhece. V. S^a disse que tem uma boa memória.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não me recordava, mas tem sintonia o documento.

O SR. MORONI TORGAN - Então, V. S^a o conhece?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Conhecer o documento, não me recordo; agora, tenho sintonia pelo documento.

O SR. MORONI TORGAN - Muito bem, existe uma proposição, na continuação desse documento que diz: "Proposição de funcionamento na operacionalização do OGU", Orçamento Geral da União, que diz que o responsável pela gestão plena, que compreende as elaborações das emendas, negociará com os Parlamentares, Relatores, parciais e geral; são os GCs, pelo que me lembro, V. S^a era um.



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Gerente de contrato.

O SR. MORONI TORGAN - BS que utiliza o apoio do AP CNO. O que é AP?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - AP sou eu.

O SR. MORONI TORGAN - Então, que utiliza o seu apoio e o AP OSA. O que é OSA?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Teria que ler.

O SR. MORONI TORGAN - AP OSA C.MELO. Queria apenas saber que tipo de negociações eram essas, com parlamentares, relatores parciais e geral e, se pensando nessas negociações, é que surgiu aquele relatório geral, percentagem tal, relator parcial, percentagem tal e tudo mais.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É a interpretação que V. Ex^a...

O SR. MORONI TORGAN - Não estou interpretando; estou lhe argüindo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tem nada a ver.

O SR. MORONI TORGAN - Mas isso é seu?

Vamos continuar. Aqui diz o seguinte: "Quanto à participação do AP OSA C.MELO...O senhor conhece esta pessoa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Conheço. É da Organização.

O SR. MORONI TORGAN - "...sou de opinião que o mesmo deve ter a postura de contribuir com o apoio do AP CNO BSB..." - que seria o senhor, conforme nos disse - "...nos acessos aos parlamentares. A idéia é adotar-se o mesmo partido utilizado nas eleições estaduais, em que o AP OSA C.MELO contribui com o apoio ao processo, sendo que, neste caso, ao invés de apoiar os DEs, apoiará o AP CNO BSB, além do AP OSA C. MELO não tem tempo ou estrutura para esta operação". O que o senhor me diz disto?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não vejo nada demais no que está escrito.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor não vê nada demais. Então, confirma isso? Vejo o tempo dos verbos, porque aqui diz "contribui" e não "contribuirá". O tempo do verbo é presente, não é para uma campanha no futuro e, aí, vemos um problema gravíssimo, porque essa contribuição estava acontecendo. É um problema muito grave que, infelizmente, parece que o senhor não vê. O senhor quer explicar o tempo dos verbos? Porque não está no futuro se o senhor, quando explicou, dirigiu-se ao futuro, mas, no documento, dirige-se ao presente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Qual é a data desse documento?

O SR. MORONI TORGAN - 1992.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Gostaria de ver o documento.

O SR. MORONI TORGAN - Pode ver. Vou encerrar, mas, infelizmente...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não encontrei o tempo do verbo a que o Deputado se referiu.

O SR. MORONI TORGAN - Escreveram outro? Não pode, é a mesma folha. Está "contribui". O senhor vê o verbo contribuir?

Porque senão teria que ser "contribuirá", no futuro.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse problema de contribuir...



O SR. MORONI TORGAN - Esse é o problema desta Comissão - a contribuição.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É questão de utilizar o verbo e interpretar da forma que possa ser mais...

O SR. MORONI TORGAN - Só tem uma, é a conjugação que aprendi há 20 anos. Não tem outra forma.

Para encerrar, Sr. Presidente, "para recursos do OGU - 92, apoio nos ministérios executivos, via ação dos governadores e congressistas, que apoiaram na fase de aprovação das emendas (parceiros)". Por que esta palavra "parceiros"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A palavra "parceiros", diz respeito às pessoas que estariam acompanhando o processo.

O SR. MORONI TORGAN - As pessoas, seus parceiros, que estariam acompanhando o processo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Da Organização ODEBRECHT.

O SR. MORONI TORGAN - Da Organização. Então, V. S^a tem parceria com deputados e governadores?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Ex^a é quem está dando essa interpretação, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - Depois de deputados e governadores, V. S^a escreve parceiros. Que interpretação quer que eu dê, pois, aqui, não diz funcionários da firma ODEBRECHT? V. S^a pode responder?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Ex^a está conduzindo todas as leituras, tentando essa linha de raciocínio. Não posso...

O SR. MORONI TORGAN - Estou dando-lhe o papel. Cada papel que leio, entrego a V. S^a. A condução aqui é de mão dupla: é minha e sua, só que V. S^a não evolui na condução.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não posso entrar neste raciocínio.

O SR. MORONI TORGAN - É proibido entrar neste aspecto?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - No caso, já é outro mérito; é outra questão.

O SR. MORONI TORGAN - Penso que não. V. S^a veio e não contou o que nos deveria ter contado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O que V. Ex^a queria que eu contasse, Deputado?

O SR. MORONI TORGAN - A verdade. Só isso. Mais nada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Ailton Reis, V. S^a conhece o documento "Análises e decisões para o momento Congresso X CPI X Empresas", encontrado em sua casa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Conheço-o.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. S^a reconhece este documento?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Reconheço-o.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. S^a poderia identificar, para a Comissão Parlamentar de Inquérito, quem são RC - primeiras notas de RC, acrescidas de comentários de LV, RM, JS e orientação de EAQ? Quem são essas pessoas, esses cidadãos, esses funcionários?



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Este documento foi redigido dentro de uma reunião que houve com a figura do RC. As demais pessoas não participaram deste documento.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Quem é RC?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Roberto Campos.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Algo me dizia...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Mas não é o Roberto Campos Deputado, é o Roberto Campos da ODEBRECHT.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Ainda bem. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdeu o pulo, Deputado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - LV?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - LV é Luiz Villar.

O SR. JOSÉ DIRCEU - RM?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - RM não sei.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Luiz Villar é funcionário da ODEBRECHT também?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É, mas o Luiz Villar não estava nesta reunião de que participei.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sim, mas os comentários. Quem é RM e JS?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - JS, não sei.

O SR. JOSÉ DIRCEU - E EAQ?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É a O. Emílio, mas Emílio não participou desta elaboração.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Orientação; é só sobre orientação, porque aqui está escrito: orientação de Emílio Odebrecht.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A meu ver, o fato de alguém colocar isto não significa que o Emílio tenha orientado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. S^a poderia identificar quem fez esta anotação, por escrito, na página 3? Esta é a sua letra?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, Ex^a.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. S^a sabe de quem é?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Talvez, por exame grafotécnico, poderemos saber os que participaram e de quem é esta letra. Nesta reunião, V. S^{as} entendiam pela expressão "Resultado do Cenário se nada for feito", no item 3, do documento. O que significa "nada for feito"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, eu não... Fui apenas um ouvinte nessa reunião, não tenho condições de opinar sobre a matéria.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas V. S^a não pode me explicar o que significa dissolução de passeatas e CPIs para envolvimento de empresários de qualquer setor; é muito grave esta afirmação.

Sr. Presidente, Sr. Relator, está identificado que o documento é da Organização Emílio Odebrecht, como diz o depoente. Considero que o documento é gravíssimo, porque, ao mesmo tempo que o Depoente diz que é um direito da ODEBRECHT procurar influenciar, dar a sua opinião, procurar conduzir, como qualquer outra entidade da sociedade civil, assuntos de natureza político-institucional, também é direito de qualquer cidadão fazer passeatas, e fazer CPI é um direito do Congresso Nacional, segundo a Constituição. Obstruir esse direito, impedi-lo é atentar contra a Constituição.

Tratando-se de uma organização tão importante e influente no País, considero que isso vai começar a revelar aquilo que vamos caracterizar, daqui a alguns



meses ou anos, como um cartel, como os que conhecemos no final do século passado e começo deste século nos Estados Unidos. Felizmente, Deputados, a imprensa e entidades da sociedade civil puseram fim a essas entidades nos Estados Unidos, com uma legislação antitruste.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não, Deputado. O povo de São Paulo não me deu essa honra ainda.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A recíproca pode ser verdadeira?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Qual recíproca?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Veja bem, não gostaria de legislar em situações políticas, porque não é o meu papel.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não é mesmo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está certo?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Quero que me responda o seguinte: o senhor, como cidadão, concorda que uma empresa tenha como objetivo perseguir a dissolução de passeatas e de CPIs? Como cidadão brasileiro que o senhor é, concorda ou não?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Penso que o direito é das partes.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não. Isso é uma ilegalidade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pediria a palavra, como Relator, para indagar se ouvi mal. CPIs?

O SR. JOSÉ DIRCEU - CPIs.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dissolver CPIs?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Exatamente. "Para envolvimento de empresários de qualquer setor". O texto diz: "Dissolução de passeatas e de CPIs para envolvimento empresários de qualquer setor". Está mal redigido.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está mal redigido. O Deputado está levando para uma linha...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não. O Deputado não está levando para linha nenhuma. O texto é claro, está mal redigido não sei por quê.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tem uma infelicidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Existe data, Deputado?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Dissolver esta aqui.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tem nada a ver com esta CPI aqui. O que é isso?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Vamos ver a data. Tem a data nos documentos. Não tenho o documento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso seria um objetivo absolutamente inatingível.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Quero deixar registrado que essa - respondendo à pergunta, à colocação do Deputado - não é a posição da Organização ODEBRECHT. Em nome da empresa, peço que fique consignado nos autos que isso aqui não reflete a posição da Organização ODEBRECHT.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Outra questão, Sr. Presidente, Sr. Relator. E está dito em um documento: "A imprensa é facilmente mobilizada porque foi infiltrada na mesma ideologia, há muitos anos, pela esquerda. Os informantes delatores estão por todos os segmentos". Pergunto o seguinte: quem atribuiu o direito ao Sr. Emílio Odebrecht e à empresa ODEBRECHT de emitir essas opiniões e, além disso, propor essas ilegalidades ao País? V. S^a considera que isso é lícito para uma empresa?



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Posso dizer que essa não é a posição do Emílio nem da organização.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor afirmou aqui, hoje, que a ODEBRECHT não é um lobby, não é um cartel, também não é uma sociedade secreta. O senhor pode dizer-me, então, o que é a ODEBRECHT?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - ODEBRECHT é uma organização que vem contribuindo para o desenvolvimento do País, através de programas, de investimentos e da contribuição positiva junto às instituições. Efetivamente, Deputado, se há uma posição política de conflito com as posições do PT, que está muito configurada, não compete a mim, não gostaria...

O SR. JOSÉ DIRCEU - O que tem a ver o PT com isso, senhor? Não estou entendendo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Na realidade, o que o senhor está colocando aí...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Estou colocando um documento que foi elaborado pela ODEBRECHT. Não tem nada que ver com o PT.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sei. Mas há uma manifestação política...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não tem manifestação política. V. S^a está enganado. Sou um Deputado aqui. Isso não tem nada que ver com o PT. Só estou fazendo uma inquirição, porque é um direito que me deu a Constituição.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não foi o PT que fez esse documento, foi a ODEBRECHT.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Como não fui eu que fiz o documento, gostaria de ser poupado de discutir questões políticas.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Vou mudar de questão para o senhor. Fica registrado, Sr. Presidente, que é hora de uma ampla investigação sobre a Organização ODEBRECHT, para, se ficar caracterizado que é um cartel que atenta contra as leis da economia popular e contra a legislação vigente, tomarmos medidas legislativas quanto a isso.

Os documentos apreendidos na casa de V. S^a trazem listas de brindes. V. S^a nos poderia descrever o que significa, por exemplo, um caso qualquer aqui: o Governador Joaquim Domingos Roriz ou José Henrique de Amorim de Figueiredo; o que significa "LA", "AM", "AB", "OI", "RAP"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Como?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Vou passar a V. S^a o texto. V. S^a pode fazer uma gentileza; desculpe incomodar. Verifique a primeira indicação de brindes.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - LA - livro de arte; AM - agenda de mesa; AB - agenda de bolso; OI - ODEBRECHT Informa; RAP - é um outro relatório do qual não estou me recordando.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Todos esses brindes foram enviados?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não; efetivamente, no caso aqui, é definido um brinde: um livro de arte, ou...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Livro de arte? Pensei que era livro de ata. O Senador Eduardo Suplicy pede que V. S^a repita, por gentileza.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Livro de arte.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora V. S^a está sendo reinquirido por três.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não há problema.



O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Sigmaringa Seixas, como é discreto, apenas balbucia. O Senador Eduardo Suplicy não se contém, mas eu tenho a impressão de que ninguém precisaria contribuir, porque o Deputado José Dirceu...

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Deputado Sigmaringa Seixas está aqui para conter o meu entusiasmo. Depois do Deputado Roberto Campos, ele ...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Livro de arte, agenda de mesa, agenda de bolso, ODEBRECHT Informa e o relatório - deve ser um tipo de relatório nosso.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. S^a afirmou aqui que o objetivo de todos esses apoios eleitorais seria político-ideológico, ou seja, no sentido de alinhar determinados eleitos no futuro com as idéias, as propostas para o País da filosofia da Empresa ODEBRECHT.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não da filosofia - me permita -, mas dos grandes temas que podem melhorar o nosso País.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Segundo a ODEBRECHT. Eu li aqui no relatório, e percebi o contrário de V. S^a: a ODEBRECHT tem uma grande aversão ao PT.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, eu penso que a recíproca aí talvez seja verdadeira.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não, não é verdadeira.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, permita-me dizer a V. Ex^a o seguinte: houve várias passeatas montadas pelo PT no Rio de Janeiro, no sentido de boicotar a ação da ODEBRECHT.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Isso foi constatado, porque assim como há a informação há a contra-informação.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Constatado como? A ODEBRECHT tem contra-informação?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, todo mundo tem informação.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não, mas a ODEBRECHT tem contra-informação?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas V. S^a falou que como tem informação tem contra-informação e que a ODEBRECHT constatou. A ODEBRECHT tem um serviço de contra-informação?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Nós fomos informados de que a passeata foi montada pelo PT.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Por quem V. S^a foi informado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Como eu disse a V. Ex^a: eu só estou colocando isso...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Por quem V. Ex^a foi informado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me abster da...

O SR. JOSÉ DIRCEU - A reserva da fonte?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, abster-me da questão política, porque realmente....

O SR. JOSÉ DIRCEU - Isso não é questão política; é uma questão de direito da sociedade, porque é monopólio do Estado - V. S^a o sabe - o poder de polícia. Não me consta que a ODEBRECHT tem poder de polícia no País. Sei que, pelo jeito, tem.



O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estamos falando de greve.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Greve é um direito que está na Constituição.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu defendi.

O SR. JOSÉ DIRCEU - E nem todas as greves são feitas pelo PT ou pela CUT.

No documento que tenho, "Notas para a Reunião de 28 de setembro", consta o seguinte: "seremos forçados a participar em apoio a candidatos naqueles Estados onde estamos trabalhando visando: priorizar os nossos projetos em andamento, que terão continuidade no próximo Governo; dar liquidez aos nossos créditos futuros e passados; confiabilidade em função do passado, para que o item 1 e 2 venham a ocorrer".

Então fica evidente que, se eu listar para V. S^a todos os documentos que falam de "prioridades, fidelidade, clientes *versus* programa, estratégia de atuação *versus* apoio político na campanha, atuação direta nos Ministérios na conquista das seguintes metas: contratação, contrato de uma prefeitura, contrato de outra; teremos que solicitar ao MARA - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária recursos de partes orçamentárias sem destinação específica, pois a CONAB não dispõe desses recursos; conhecimento antecipado do orçamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço".

V. S^a percebe - e nos outros documentos todos - que a atuação da ODEBRECHT, com esses objetivos estabelecidos, é absolutamente ilegal, clandestina, e que visa operar por cima do Orçamento, do Governo, da legislação, porque não é como V. S^a disse aqui, para financiar políticos que tenham os mesmos preceitos de certos temas, como privatização e outros, que estão em disputa no País, porque não é isso que dizem os outros documentos. Como é que V. S^a explica isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sobre essas questões de mérito político, já coloquei que não me vou manifestar.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. S^a me poderia informar qual a função do coronel Paiva Chaves na ODEBRECHT?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O coronel Paiva Chaves é responsável pela assessoria de imprensa.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. S^a sabe que ele foi do Serviço Nacional de Informação?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, eu sei que ele trabalhou na Rede Globo.

O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO) - Quem é o coronel Paiva Chaves? Eu conheço vários Chaves.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu conheço, inclusive, um general.

O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO) - Sim, eu conheço um general e um outro coronel, que foi meu aluno, que, inclusive, está com problemas de saúde. Qual é o prenome dele?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Aqui não tem o prenome. Só diz o coronel Paiva Chaves.

O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO) - O depoente poderia dizer qual é o prenome?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É João Baptista Malan de Paiva Chaves. Deve ser o coronel a que o Deputado está fazendo referência.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu não tenho, não. "Nome de guerra" parece coisa da clandestinidade, mas tenho só o nome de guerra.



O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO) - Nome de guerra é nome de guerra. Vale na clandestinidade e vale na paz, também.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Esta será a última pergunta.

Tenho em mãos um documento muito importante, porque trata-se de um sorteio por meio de pedras. É sobre um acordo de uma reunião da ANEOR, empresas coligadas com cinco pedras; quarenta empresas não contempladas no acordo anterior tiveram a prioridade e receberam os primeiros quarenta números ímpares. Eu pergunto a V. S^a o seguinte. As obras que eu vou citar: BR-222, altura de Itapagé-CE; BR-232, de Bom Nome a Salgueiro; BR-262, Viaduto de Alpercatas, MG; BR-364, no Mato Grosso; BR-235, próximo a Aracaju, SE; a ODEBRECHT venceu essas licitações?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não participamos dessas licitações.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas como é que V. S^a explica?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu coloquei, permita-me Deputado, anteriormente, que esses documentos nos foram encaminhados posteriormente.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas a data do fax foi de antes da licitação ter sido ganha por alguma empresa.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A meu ver, que deve ser verificado então quem ganhou, porque nós não temos nenhuma participação em relação a isso.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. S^a não tem participação em nenhuma dessas obras?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não temos o DNER como uma instituição em que temos predicação.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. S^a me explicaria por que consta, nos documentos encontrados na casa de V. S^a, demonstrativo de emendas atendidas de várias empreiteiras, e não só da OAS, como esse, por exemplo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de ver esse documento.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Com prazer.

Vou terminar, Sr. Presidente. Prometo que serei disciplinado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Este é um documento que engloba os Estados do Nordeste; foi-me encaminhado pelo nosso pessoal de lá, e pode ter sido elaborado pelo próprio Estado, ou por alguém, para checar as posições de dotações orçamentárias de cada empresa. Não há nenhuma correlação que possa ser comentada.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. S^a tem conhecimento se, entre os brindes, incluíam-se automóveis, ou automóveis alugados para cessão a esses cidadãos citados como tendo recebido brindes especiais da ODEBRECHT?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho conhecimento. Não sou eu que defino esta questão de brindes.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. S^a não tem conhecimento, então?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - De brindes, de automóveis? Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - De carros alugados para cessão a terceiros?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Onde foi isto?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Temos a informação de que o Sr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Codevasf, teria recebido, como brinde especial, o leasing de um Ômega, da ODEBRECHT.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu desconheço.



O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Ex^a e agradeço também ao Senador Eduardo Suplicy.

Como último inscrito, o Deputado Valdomiro Lima. Depois ainda teremos o Relator, o Vice-Presidente, se quiser fazer uma palavra, e eu gostaria de fazer uma pergunta final. Tem a palavra o Deputado Valdomiro Lima.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Eu me inscrevi, logo, que aqui cheguei e, todavia, as respostas que o Dr. Ailton Reis já deu, de certa forma, respondem ou me impedem de fazer as perguntas que eu desejava; como, por exemplo, por que ao lado de uma emenda parcial da Bancada do Rio Grande do Norte estava, entre parênteses, escrito V.L.

Ora, o meu nome é Valdomiro Rocha Lima; V.L. poderia ser Valdomiro Lima. Então, o que ocorreu, Sr. Ailton Reis? A imprensa brasileira noticiou que havia uma emenda e que meu nome estava ao lado dela; e, mais ainda, que havia números, uma fórmula e depois da fórmula... Uma fórmula não. Nem falavam nisso. Disseram logo que havia 1.86, e daí as ilações mais perversas.

Não vou perguntar a V. S^a novamente, porque isso já lhe perguntaram não sei quantas vezes hoje aqui, já se conhece as respostas, inclusive V. S^a também já disse, em determinado momento, uma pergunta feita pelo Deputado Luiz Salomão, com referência ao Senador Lavoisier Maia e com referência ao meu nome e V. S^a disse que tanto o LM não é Lavoisier Maia, como o VL também não é Valdomiro Lima.

Então, as minhas perguntas, Sr. Presidente, ficam prejudicadas. Não posso deixar de colocar a crueldade do que está acontecendo comigo e talvez, acredito realmente, com outros colegas Parlamentares que se vêem nessa situação.

Providenciei desde de quinta-feira entregar ao Sr. Presidente uma autorização para verificar os meus extratos bancários, declarações de imposto de renda, e já corri aos bancos nos quais tenho conta-corrente, solicitando que imediatamente me dêem os extratos de cinco anos atrás, ao menos, para trazer a esta Casa, trazer a esta Comissão. Espero que essa semana ainda isso possa ocorrer.

Quero dizer, Sr. Presidente e Dr. Ailton, que vou poder demonstrar, para conhecimento de V. S^a, parece que organizou, fez essas elucubrações ou sei lá o quê nesses tais documentos que passei os olhos, que sou um Deputado já de cabelos brancos e que estou no sexto mandato, contando os meus de vereador, de deputado estadual, passei pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, fui Presidente da Assembléia, e jamais fui acusado de coisíssima nenhuma.

As minhas contas vão demonstrar, aqui nesta Casa, que tenho, realmente, uma ilicitude praticada na minha vida. Uma ilicitude com a minha família, como costume dizer. É um empobrecimento ilícito, porque quanto mais me reelejo menos recursos tenho. Então, isso é que vou demonstrar trazendo os meus extratos bancários e as minhas declarações de imposto de renda.

Fiz questão de dizer isso até para que o Dr. Ailton saiba bem e possa, de repente, avaliar o que está causando a nós Parlamentares esse tal exercício ou sei lá o que fez para o futuro ou sei lá para quando. Quero até sugerir ao Dr. Ailton que abandone esses cálculos e que abandone até a idéia, ele e a sua empresa, de ajudar seja lá quem for na campanha que vem. É uma sugestão que deixo nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado. V. Ex^a sabe exatamente qual foi a diretriz que esta CPI tomou. Quando V. Ex^a se refere à crueldade, é evidente que as pessoas que estão machucadas, elas passam por essa provação, porque não tivemos outro tipo de conduta, senão a partir dos documentos que chegaram as mãos da CPI, através do Senador José Paulo Bisol, e na análise também



pelo Deputado Mercadante, havia suspeita em relação a esses nomes e os nomes com referência a percentuais.

O objetivo nosso foi, precisamente, fazer com que uma prioridade se desse a partir disso. O depoente chegou aqui e já pediu duas mil vezes desculpas, lançou esse problema, já assumiu a responsabilidade de tê-lo feito. Agora, nós que tomamos essa decisão pela a CPI como um todo, lastimamos, mas não nos sentimos verdugos.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Sr. Presidente, se me permite, a expressão crueldade não se refere à CPI, que tenho apoiado desde o primeiro dia, tenho estimulado e tenho dito, inclusive na imprensa em geral tanto no meu Estado como fora dele, que isso é uma necessidade, nosso País precisa, realmente, de, não apenas no Legislativo, mas também no Executivo e no Judiciário, ser passado a limpo, como se tem dito.

A expressão crueldade, Sr. Presidente, Srs. Membros da CPI, porque não pertencem a CPI, é o fato em si do que está ocorrendo comigo, e, acredito, é algo de cruel. É isso que eu quis dizer, talvez tenha me expressado mal. Mas até aproveito a oportunidade para cumprimentar a CPI pelo trabalho extraordinário que está fazendo. Sei perfeitamente que V. Ex^{as}, evidentemente, não têm culpa dessas coincidências e ilações que surgem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Devo informar a V. Ex^a - nós nos conhecemos muito pouco, estamos nos conhecendo agora - que, apesar do que podem julgar, por um passado meu, de vida militar e participação num movimento que eu chamo de cívico-militar de 64, eu desempenho esse papel com extrema repugnância. Não tenho a menor vocação policial, nunca tive na minha vida. Esporadicamente, em mais de vinte e oito anos de serviço no Exército, apenas passei trinta dias no Serviço de Informações, de uma Segunda Seção de Informações, que não era o SNI. Eu até dizia sempre que não tinha vocação para isso, porque eu tinha duas bocas e apenas um ouvido. E o pessoal do SNI, de informações, é o contrário. Mas é que, por isso mesmo, devo dizer que nós temos tido aqui um imenso cuidado, porque ora somos atacados por estar fazendo aqui proteção de alguém, ora corre notícia nos corredores de que nós estamos protegendo alguém. Já se falou aqui em cabeças coroadas que teriam tratamento privilegiado contra outros, quando, ao contrário, os que participam desta CPI acho que podem dar o testemunho unânime da forma isenta pela qual estamos trabalhando. Oxalá que tudo isso possa ser, amanhã, apenas num instante, não digo eu, mas momentos extremamente desagradáveis.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Ailton Reis, na primeira parte da inquirição que lhe fiz, V. S^a respondeu a 12 questões, na maioria delas não me convencendo. Mas eu não polemizei, nem procurei, por circunlóquios, tentar envolvê-lo, porque vi que estava diante de um executivo de uma grande empresa, experiente, e que aqui veio cumprir uma missão, com muita coragem, inclusive, a missão de assumir todas as responsabilidades, isentando parlamentares, políticos e a própria organização. Então, eu achei que não tinha porque insistir.

Mas quero agora, nesta segunda parte, dizer a V. S^a que eu jamais tive a política como profissão. Minha profissão sempre foi a de advogado e professor de Direito nesta área que é a de V. S^a: Direito Empresarial e contratos. E quero, nesta segunda parte, deixar de lado as siglas, as iniciais, os percentuais, tudo aquilo que nós já discutimos e centrar sobre essa questão, realmente, da relação entre organizações empresariais e o Poder Público no Brasil.



Então, eu começaria dizendo a V. S^a o seguinte: com a minha vivência de advogado e consultor de empresas, eu sei que uma minuta de fax, como esta que está aqui, dirigida ao Deputado José Geraldo Ribeiro, com referência a sete projetos nordestinos e com importâncias em dólar que chegam a cento e dezenove mil quinhentos e dois, jamais seria redigida por distração, nós podemos encontrar na ante-sala de um grande executivo - e é difícil, muito difícil; nós podemos encontrar uma secretária fazendo palavras cruzadas, se o patrão está viajando e tal, mas nunca um fax como este.

Então, eu quero dizer a V. S^a o seguinte: este fax nasceu, evidentemente, de algum tipo de relacionamento entre a ODEBRECHT e o Deputado José Geraldo Ribeiro. E eu insisto na minha curiosidade porque, se se tratasse de Minas Gerais, de São Paulo ou até do Espírito Santo, eu consideraria talvez que isso pudesse retratar um relacionamento normal. Mas não entendo como o Deputado José Geraldo Ribeiro trata com a ODEBRECHT de assuntos do meu Estado, projetos do Recife e projetos do agreste. V. S^a poderia, pelo menos, dizer se houve um tipo de relacionamento frustrado ou não entre o Deputado José Geraldo Ribeiro e a ODEBRECHT?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, não houve.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E a que V. S^a pode atribuir esta minuta?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A questão dessa minuta era uma solicitação com relação ao Orçamento de 94.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Que vem?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Que vem. Do Orçamento desse ano.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer, a ODEBRECHT queria esses valores...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Que ele ajudasse a apanhar esses valores.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas veja, Dr. Ailton, V. S^a vai destinar a uma barragem que conheço, porque eu fiz praticamente toda a perenização do rio Ipojuca. Fiz toda ela, praticamente. Está faltando pouco. Essa barragem é de contenção, para evitar a salinização, e 5.195 dólares não é nada.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É que esses números estão multiplicados por dez à terceira; é isso vezes mil.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que aqui está em milhares de dólares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Seriam... Como o processo orçamentário, por tudo que ocorreu, foi acabado, não mandei o...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tudo bem. Mas por que José Geraldo Ribeiro? Ele não é sub-relator, não é pernambucano. Por que ele?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu tinha conhecimento de que ele poderia ajudar na complementação orçamentária.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A resposta me satisfaz. Quer dizer, que era um homem que tinha prestígio e podia conseguir essas verbas para sete projetos nordestinos: Cloroquímico, Sergipe; Formosuí, Bahia; Belo Jardim e Ipojuca, Pernambuco; Nassau-Nassau, Pernambuco; Arapiraca, Alagoas; Porto Natal, Natal, evidente.

Segunda pergunta: V. S^a, com a sua experiência, sabe que, de um modo geral - embora isso possa mudar no futuro - até hoje as organizações, sobretudo na área de engenharia pesada, dependem bastante de contratos com o Poder Público, sobretudo na fase áurea do chamado milagre brasileiro, na Década de 70, a União era a principal



cliente. E V. S^a sabe, conseqüentemente, que havia uma luta muito grande para obter esses contratos, que muitas vezes não era leal. Essa luta deu exatamente a partida a um tipo de relacionamento pouco saudável e depois ilícito entre empreiteiras e Poder Público.

V. S^a poderia nos dizer, aqui, quais os percalços dessas organizações na luta pelos contratos públicos? Digamos: há uma concorrência e, de repente, a autoridade resolve dispensar a concorrência, por isso ou aquilo, escolhe quem quer. Seria esse um meio de frustrar a livre concorrência, que é uma das regras mestras do mercado; dispensa de concorrência. Essa singela... ficou para o passado, e a legislação hoje já não permite grande margem para isso.

Mas eu perguntaria: e as chamadas concorrências programadas? O senhor já ouviu falar nisso? Tem conhecimento disso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É plenamente conhecido, mas não existe mais a concorrência programada. Mesmo considerando que a atual lei de licitação não é completa, ela peca, tem vários defeitos, dá margem a várias interpretações. Existem interpretações duplas, e isso prejudica.

Então, acho que tem de ser melhorada a lei de licitação e sou totalmente a favor, como engenheiro, como integrante da organização ODEBRECHT, que se rearrume isso de uma forma que crie condições para haver uma tranquilidade....

Agora, para isso ocorrer, é importante que o Estado tenha a responsabilidade de definir prioridades e recursos, para que não tenhamos... A grande maioria dos problemas atuais é pela falta de prioridade e falta de definição, de responsabilidade forte dos dois lados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, o senhor disse que as concorrências programadas já não ocorrem porque há uma nova lei de licitações. Mas até ela havia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Inegavelmente, havia.

Não que fosse generalizado. Nenhuma empresa de porte se submete a outra. A qualidade entre as dez maiores empresas pode, em algum momento, ter pontos coincidentes, mas não há uma correlação, não há possibilidade, nenhuma aceita. Não é só dentro do Brasil, é fora também. Convivi com empresas francesas, inglesas, italianas, espanholas - que são muito fortes - e percebi que não há uma afinidade que possa montar um cartel de empresas, seja nacional ou estrangeiro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não vamos falar em cartel ainda. Estamos fazendo um passeio histórico pelas ilicitudes das licitações brasileiras. E vou até dizer a V. S^a quando imagino que começou a haver o tipo de licitação programada: quando, no fim do Governo Figueiredo, faltaram dólares, era difícil arrumá-los, algumas empresas tinham, não sei como, excedentes lá fora, etc. Então, tendo esse dinheiro, iam ao governador e ao prefeito dizer: tenho tantos milhões, posso fazer estrada, etc., mas tenho que fazer as obras.

Anteontem - não está mais aqui -, o Senador Gilberto Miranda dizia que soube que coloquei para fora do palácio um empreiteiro. Não vou dizer que procedi dessa forma, mas realmente o recebi duramente porque ele teve a coragem de me propor uma coisa dessas. Quando ele saiu, virei-me para o Secretário da Fazenda e indaguei como aquele empreiteiro pode ter coragem para me fazer tal proposta. Acrescentou o Secretário que pior era o fato de ele ainda ter 5% para dividir por fora.

Portanto, eu vi apodrecer o relacionamento entre organizações empresariais e Poder Público na questão das licitações. Um dos maiores sustos de minha vida, quando assumi o Governo de Pernambuco, foi ouvir do Secretário de Habitação que, em sua Secretaria, toda licitação empata. Perguntei: "empata"? Ele respondeu: "empata". "Mas como?" Ele disse: "É a norma do Banco Central. Fazemos a avaliação,



uma estimativa do preço da obra - casas populares - e quem der 10% a mais ou 10% a menos entra; daí, todo mundo coloca 10% a menos, dá-se o empate e a diretoria decide". Eu lhe disse, na época, que, a partir daquele dia, não ia mais haver aquilo. Por isso, sofri uma campanha muito grande, os empresários pernambucanos foram ao palácio dizer que eu ia destruir muitas empresas pernambucanas, porque, quando abrisse - e abri -, os cearenses e baianos iam chegar lá. Os baianos não, mas os cearenses chegaram realmente e ocuparam boa área. Respondi que estava pronto a ajudá-los, mas desde que me dessem um meio lícito, pois não iria praticar uma ilicitude para eles ganharem dinheiro.

O senhor sabia que o BNH, durante muito tempo, prestigiou esse tipo de concorrência?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa questão de preço-base dá margem a essas coisas...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A essas coisas muito graves.

E quero aqui, para alegria do nosso Presidente, dizer que, quando eu lutava para acabar com esse tipo de concorrência em Pernambuco, só encontrei arrimo no Exército brasileiro. Não aceitou e recusou-se a usar esse tipo de concorrência.

Isso foi progredindo. Estou fora da administração há oito anos, mas, pelo que sei, estamos hoje vivendo ou estávamos há pouco vivendo modalidades muito sofisticadas de fraude à licitação, que é o preço alto de quem ganha a concorrência e não executa a obra, simplesmente subempreita e ganha uma diferença. Inclusive, tenho notícias, não hoje, de que, no Governo passado, nas áreas de habitação e saneamento, foi muito comum esse tipo de hipertrofia ilícita das licitações.

O Senador José Paulo Bisol fala em sociedade secreta, em **holding** e numa organização liderada pela ODEBRECHT, que visaria exatamente uma forma sofisticada de, por meio de um grupo de empresas, fazer o que seria, no passado, uma sociedade de poder de participação e dividiriam. Não quero discutir a tese do Senador José Paulo Bisol porque é recente, por enquanto está sob análise e S. Ex^a não está aqui presente.

Pergunto a V. S^a: a nossa economia é ou não cartelizada?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A economia brasileira?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho bastante conhecimento dessa parte que envolve as multinacionais. Mas diria que talvez, em alguns setores, possa haver cartelização. Seria interessante olhar isso sob a ótica das multinacionais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou vendo que V. S^a é competente mais até do que podia imaginar. V. S^a está jogando para multinacional, o que não é bom porque a ODEBRECHT é multinacional e brasileira. Não é verdade?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Falei de um modo geral.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Veja meu raciocínio: se há cartel na indústria automobilística, no vidro, na indústria farmacêutica - que o Governo quis enfrentar e perdeu a batalha, bem como na automobilística - em "n" setores nacionais, por que não vai haver também o cartel das empreiteiras? Do ponto de vista lógico, não é surpresa para mim que exista cartel também das empreiteiras. Só que estamos aqui tentando descobrir como funciona, se ele é um. Tenho a impressão que o Senador José Paulo Bisol pode até ter descoberto uma galáxia, mas em um universo muito maior do que ele pensa.

Estamos aqui buscando exatamente identificar a partir de denúncias levantadas sobre dois esquemas de corrupção: o das subvenções sociais, inteiramente identificado e dissecado; e o das empreiteiras, que estamos tentando dissecar.



É fundamental que possamos deslindar os cartéis dessas multinacionais - dos automóveis, da medicação, etc -, que prejudicam seriamente o consumidor e causam distúrbios no funcionamento do mercado, porque garroteiam a livre concorrência e impõem preços abusivos ao consumidor. Todavia, quando se tratar de empreiteiras, os efeitos nocivos serão muito maiores, visto que não será só a questão do mercado e do consumidor, mas da desmoralização do serviço público pelo aliciamento, pela propina que levou o País à situação de ter, hoje, dentro do Congresso Nacional, uma CPI que tem investigado, constrangidamente, parlamentares.

V. S^a admite a existência de um cartel de empreiteiras na área da construção pesada?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não há espaço, hoje, no Brasil, para a formação de cartéis dessa magnitude. Essa possibilidade inexiste não só na dimensão posta pelo Senador José Paulo Bisol mas porque não há volume de serviço e há desunião. Os interesses são altamente conflitantes. Acho muito difícil essa possibilidade. Não admitiria como uma posição...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - São conflitantes os interesses?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - São.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois em Pernambuco essas grandes empreiteiras estão associadas. A ODEBRECHT não está construindo nenhuma estrada em Pernambuco?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A questão...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas está ou não?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estamos tentando concluir as duras penas a BR-101.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Com quem? Sozinha?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho conhecimento se há outra empresa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Acho que não está sozinha. Mas talvez tenha sido consórcio, não? Pirapama é uma concorrência altamente discutível, polêmica. Houve muita suspeição e realmente não tenho um conhecimento maior porque foi no governo de um adversário meu, o Sr. Miguel Arraes. Não, foi no governo de Carlos Wilson, um adversário com quem até me dou muito bem. Mas não conheço bem. Sei da obra e sei da sua urgência. Agora, não sei se foi consórcio. Porque é preciso notar o seguinte: o consórcio é absolutamente legal. Está previsto na Lei das Sociedades Anônimas, é prévio à concorrência, é levado a registro da Junta Comercial, é ostensivo. E atua como se fosse uma única empresa. Agora, o que não é consórcio e se chama de consórcio são as subempreitadas que se fazem a *posteriori*. E aí é que V. S^a talvez não saiba ou pretenda não confirmar. V. S^a sabe que hoje há empresas grandes, empreiteiras na área da engenharia pesada que praticamente subempreitam 40% dos contratos conseguidos. Quase se transformam num banco de obras para ganhar sem trabalhar, sem dar duro. V. S^a tem conhecimento de que há empreiteiras grandes concorrentes da ODEBRECHT fazendo isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não conheço em profundidade que possa emitir uma opinião. Evidentemente que os consórcios hoje são muito mais montados em termos formais, com responsabilidade e divisão de tarefas em função de pouco volume de obra. Minha visão não é de que o consórcio seja feito que não seja por um processo de somar experiências e ter responsabilidades conjuntas. Até porque a capacidade de investimento das empresas reduziu bastante. É muito difícil hoje uma empresa entrar numa obra grande e ter condições de bancar 30 dias de trabalho sem receber. Então uma posição é a de mercado restrito e a outra é a capacidade de ter recursos para tocar sozinho...



O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tudo bem. Mas eu perguntei se V. S^a sabe que há empreiteiras de grande porte que estão subempregando até 40% das obras contratadas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não é o caso da ODEBRECHT.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, concorrentes. Aliás, ostensivamente concorrentes. Mas se estiver certa a tese do Senador José Paulo Bisol, será ostensivamente concorrente, mas ocultamente parceira. Também não quero contestar a tese do Senador. Não quero adotar porque está cedo. Aliás estou adotando em tese. Sem querer responsabilizar, por enquanto, nenhuma empresa. Então, V. S^a não tem conhecimento?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bom, para terminar, nos negócios gerais da ODEBRECHT dentro do País, qual é o percentual dos seus contratos às custas senão de obras públicas, de obras financiadas com recursos públicos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A nível nacional?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Só nacional.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está se referindo a produção ou ingressos?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, o que quero saber realmente... Vou fazer a pergunta de outra forma. Como ficaria hoje se de repente perdesse todos os seus contratos financiados com recursos públicos ou decorrentes de obras públicas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Olha, o dano maior disso é realmente de caráter pelo que representa à nossa organização porque está se colocando muito as coisas no lado negativo. Gostaríamos de permanecer dentro do mercado brasileiro, tendo em vista a alta tecnologia que detemos em grandes obras. Fomos a primeira empresa a executar obras em concreto protendido, não temos a intenção de deixar o mercado brasileiro, mesmo que aqui não haja obras. Nós sempre estaremos no Brasil, porque é a nossa base de atuação. Nossos compromissos são com o Brasil, não são com o exterior. Nosso compromisso é aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E o peso maior?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Hoje temos 60% da nossa carteira no exterior, e 40%, no Brasil, de obras públicas e privadas. Estamos mais no exterior, mas a nossa posição é manter um patamar no Brasil que dê para manter a estrutura atual de sete mil homens dentro da Construtora Norberto Odebrecht.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E se V. S^a estivesse no meu lugar, com a missão de buscar e identificar tudo que há de errado - e há muito - entre o poder público e as empreiteiras, por onde V. S^a começaria?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu começaria olhando qual é o modelo real brasileiro que deve ser montado para evitar isso, porque o problema não está nas empresas ou na arrumação que se faça agora, e sim em qual é o modelo brasileiro ideal para todos nós brasileiros e que evite qualquer situação indesejável.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está bem, Sr. Ailton. V. S^a chegou com uma missão, acho até que a cumpriu da maneira melhor que podia - ninguém tem culpa, só eu sou responsável, sou o único. Espero que diante de tudo que V. S^a aqui ouviu, como brasileiro que é e como homem bem situado, possa também sair daqui com uma outra missão: a de ajudar o Congresso, a CPI e o Brasil a resolver



definitivamente essa questão dos cartéis, não só os que já conhecemos, mas também esse que estamos começando a decifrar, que é o das empreiteiras.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, peço a palavra só para informar ao Relator, a V. Ex^a e ao próprio Depoente que o documento a que fizemos referência e que S. S^a reconheceu como elaborado pelo Roberto Campos da ODEBRECHT, sob a orientação de Emílio Odebrecht, tem a data de 8/11/93, portanto refere-se a esta CPI. Acredito que essa informação é valiosa para o Relator, para a opinião pública brasileira e para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao nobre Vice-Presidente se deseja fazer alguma declaração, algum comentário final.

O SR. ODACIR KLEIN - Não, Sr. Presidente. Saírei daqui sem saber quem é o "tio". (Risos)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o Sr. Ailton Reis, respondendo ao Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães, mencionou que não haveria condições para a cartelização da área da construção civil pesada, porque o mercado não seria suficientemente grande, pelo que entendi. Ora, esse seria um argumento no sentido contrário, porque exatamente se o mercado for muito grande, aí é que não haverá condições tão fáceis para o domínio do mercado existente.

Gostaria apenas de ponderar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A judiciosa observação de V. Ex^a fica registrada.

Eu pretendia dizer alguma coisa, mesmo aproveitando aqui a nossa rarefação demográfica, porque isso que acabamos de ouvir seguramente será, no meu entender, alguma coisa importante para o Relatório que o Deputado Roberto Magalhães irá fazer.

Não vamos, espero eu, fixar-nos apenas em punir pessoas, mas sim, como o próprio Depoente disse ainda há pouco, tentar caracterizar onde estão as falhas estruturais, as falhas legais que permitem a tentação à corrupção.

No ocaso da minha vida, não tenho grandes ilusões. Sabe-se que a corrupção existe em regimes abertos, democráticos, em regimes autoritários e em regimes totalitários. Não vi até agora nada que, na história, me sugira que isso não seja verdade.

Jornalistas estrangeiros ainda perguntavam hoje para mim como é que se poderia compreender ou explicar que no Brasil tivesse crescido tanto o problema da corrupção. E eu me lembrei de uma frase que usei, certa vez, num discurso no Senado e pela qual paguei, porque nunca fui leniente com ela, mas fui entendido como tal. Dizia eu: "A corrupção começou com Adão, incrementou-se com Eva, a partir da costela do próprio, e só acabará quando o último homem sair da face da Terra, tendo o extremo cuidado de levar pela mão a última mulher". Tal a forma, com orgulho, que eu tinha no passado e em muitas conferências internacionais, tinha de verificar o Brasil respeitado. E, talvez, esta colocação que o Dr. Roberto Magalhães fez ainda há pouco responda: é por isso.

Eu via, por exemplo, o escândalo da Lockheed vendendo aeronaves no mundo e raro foi o país, no caso o Brasil, onde a Força Aérea não foi citada no relatório da corrupção internacional, enquanto o Japão o foi, enquanto outros países poderosos o foram. A Força Aérea Brasileira ficou fora disso. Lembraram da nossa dívida externa. E



nós podíamos dizer onde ela estava. Onde ela estava? Em Tucuruí, em Itaipu, no PROALCOOL, no off-shore da PETROBRÁS, no salto qualitativo e quantitativo que nós demos, por exemplo, no caso da siderúrgica, passando para sexto produtor de aço do mundo, e está nos projetos fracassados, na Ferrovia do Aço, no Acordo Bilateral Brasil-Alemanha.

Hoje eu tenho uma tristeza, Dr. Ailton, é a tristeza que vem de saber que, em grande parte, o Estado é o responsável por isso. O Dr. Roberto falou, na sua experiência de Governador de um grande Estado, que é Pernambuco, comparado com a minha pequena experiência de apenas 19 meses no Estado do Pará, em 64. E quando esbarrei nisso, eu não tinha vida pública, não tinha experiência nenhuma, saí direto de um quartel-general para governar um Estado, eu louvei, Srs. Deputados e Senadores, prezados amigos, louvei um comerciante, um industrial que chegou para mim e disse: "Governador, eu vim lhe confessar que aqui ou entrávamos dando os 10% ou não tínhamos a menor chance de competir. Ou aderíamos à regra de jogo do Estado ou não tínhamos como sobreviver". Hoje os 10% parece que aumentaram.

Então, essa talvez seja uma posição que leve o depoente me considerar um homem que, nos meus mais de 70 anos, possa ser helenicamente sínico. Mas dizer que eu não espero, em hipótese alguma, que quem esteja envolvido num processo dessa natureza - e não estou dizendo que a ODEBRECHT está - venha aqui para dizer: "Realmente, nós demos propina ao Deputado Fulano, ao Senador Beltrano, ao Governador, ao Ministro", e assim por diante - sussurra-me o Vice-Presidente: "Ou ao 'Tio'. O fato é que será extremamente difícil que nós possamos conduzir isso.

Estamos com um imenso desafio. Ainda há pouco o Deputado Valdomiro queixava-se, com razão, da crueldade que o envolveu, que o atingiu, e nós vamos ter esse tipo de queixa generalizada. Por outro lado, Dr. Ailton, se nós não tivermos a coragem e a inteligência de poder cumprir o objetivo desta CPI, vamos passar o recibo de um infame corporação que se defende com medo de mostrar a podridão em que ela vive.

Fizeram-me vários apelos. Seria violar demais a sua condição de pessoa humana para que V.S^a pudesse dizer que realmente esse número aqui ao lado significa alguma vantagem.

Verifiquei que, no início do seu depoimento, muito habilmente - é uma organização muito poderosa, tem advogados do maior renome no Brasil - V.S^a colocou a questão com "em cerca", era uma tentativa de calcular quem poderia ser apoiado pela Empresa. Seria uma imensa hipocrisia nesta Casa, na qual já tenho três mandatos de Senado, que alguém dissesse que foi concorrente a um posto eletivo majoritário, Presidente da República, Vice-Presidente, Governadores, Senadores, e que fez essa campanha com dinheiro apenas do seu bolso. Uma das minhas mais tristes surpresas quando eu era eleitor e admirador de Harold Joseph Laski - evolui, já não sou mais -, foi quando, lendo a crise da democracia, ele escreveu que os candidatos à Câmara dos Comuns, em sua quase totalidade, gastavam mais para chegar à Câmara dos Comuns do que recebiam durante todo o mandato. Eu não era político. Era um jovem Tenente, impregnado da idéia de que devia salvar o meu País.

Vamos continuar a nossa tarefa e vamos tentar fazer com que, onde as confissões não aparecerem, porque até não podem aparecer, as circunstâncias possam trabalhar a nosso favor. E vamos ter grandes dissabores.

E para não terminar com palavras muito graves ou sérias, disse que tinha uma pergunta só a lhe fazer. Num papel, desses vários que vieram aí, estava escrito assim: PA92; num determinado momento, RB versus não sei o quê; em outro, duas letras versus JP. PA lembra Pará.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Plano de ação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Plano de ação. JP?



SENADO FEDERAL - CPI DO ORÇAMENTO
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

102

06/12/93



reunião.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - João Pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Está encerrada a

Amanhã, às 10h, reunião com os Coordenadores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h50min)